

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, HISTÓRIA
E ARQUITETURA DA CIDADE
PGAU-CIDADE

Paula Scheidt Manoel

CIDADE, PODER E IMPRENSA
Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana
em Florianópolis

Orientadora: Prof. Dra. Maria Inês Sugai

Área de concentração: em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade,
Linha de pesquisa: Planejamento urbano, gestão e meio ambiente.

Florianópolis

2010

Paula Scheidt Manoel

CIDADE, PODER E IMPRENSA
Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana
em Florianópolis

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-Cidade da UFSC para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Área de concentração em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Linha de pesquisa em Planejamento urbano, gestão e meio ambiente.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Inês Sugai

Florianópolis

2010

**Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina**

M285c Manoel, Paula Scheidt

Cidade, poder e imprensa [dissertação] : notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana em Florianópolis / Paula Scheidt Manoel ; orientadora, Maria Inês Sugai. - Florianópolis, SC, 2010.

211 p.: il., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Segregação. 3. Cidades. 4. Imprensa - Florianópolis, SC. 5. Segregação. 6. Meio ambiente - Florianópolis, SC. 7. Jornais. 8. Ideologia. I. Sugai, Maria Ines. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

Paula Scheidt Manoel

CIDADE, PODER E IMPRENSA
Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana
em Florianópolis

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU-Cidade

Florianópolis, 20 de maio de 2010

Prof. Almir Francisco Reis, Dr.
Coordenador do PGAU-CIDADE

Banca examinadora

Prof. Dra. Maria Inês Sugai
Orientadora

Prof.Dr. Lino Fernando B. Peres
PGAU/UFSC

Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam
POSJOR/UFSC

Prof. Dr. Flávio Villaça
FAU/USP

Dedico esta dissertação a minha família e meus amigos pelas marcas de alegria que vêm deixando em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação e aos quais eu agradeço muito. Porém, gostaria de deixar um agradecimento especial a algumas pessoas:

Aos meus pais, Sandra Scheidt Manoel e Marcio Rolim Manoel, pelo amor, carinho e apoio que nunca faltaram;

Ao meu amado namorado Fabiano Ávila, que por tantas vezes suportou minhas crises e questionamentos sobre os rumos desta pesquisa

Às minhas queridas amigas Alessandra Guisi, Andressa Braun, Fabiane Nobrega, Flávia Favere, Fernanda Müller e Sabrina Domingos que nos últimos dois anos tiveram tantas vezes a minha ausência sob a justificativa do trabalho nesta pesquisa, mas que nunca deixaram de me dar todo o apoio necessário;

À todos da CarbonoBrasil, em especial Rui Fernando Müller e Paul Henrique Colaço, aos novos colegas da GTZ, em especial Dirk Assmann e Johannes Kissel, e do Instituto Ideal, pela constante compreensão e por me disponibilizarem o tempo necessário para realizar este Mestrado;

À Rovy Ferreira, que me ajudou na construção dos mapas;

Aos funcionários do IBGE, da CASAN e do Diário Catarinense que gentilmente me forneceram dados necessários;

Aos membros da banca de defesa, professores Lino Fernando B. Peres, Flávio Villaça e Francisco José Castilho Karam, que acompanharam de alguma maneira a minha evolução na realização desta pesquisa;

À todos os colegas, professores e funcionários da PGAU-Cidade, E, claro, à minha querida orientadora, Maria Inês Sugai, que sempre me atendeu com tanto carinho, paciência e atenção e com a qual aprendi tanto nestes últimos dois anos.

RESUMO

As desigualdades sociais e espaciais das cidades brasileiras resultam de um processo histórico conflituoso, com raízes oligárquicas. A estruturação desses espaços urbanos caracterizou-se pela tendência de segregação das camadas de maior renda em determinadas regiões, ação que garantiu o controle da produção do espaço e a concentração desigual dos investimentos públicos e privados. Porém será que isto é percebido por todos os cidadãos? Cada indivíduo cria uma imagem da cidade onde mora a partir de um conjunto de referenciais, dentre os quais está a imprensa. Por ter o momento presente como objeto de trabalho, o jornalismo não dá conta de reportar sobre todos os acontecimentos urbanos e precisa selecionar quais serão noticiados. Ao fazer isto, os veículos de comunicação apresentam um certo espaço urbano em detrimento de outro. Porém se o espaço é desigual, qual parte dele vai parar na imprensa? A pretendida imparcialidade em tais escolhas do que noticiar pode sofrer interferências que vão além dos critérios de noticiabilidade do jornalismo, principalmente quando se leva em conta o histórico de estreitas relações entre proprietários de empresas jornalísticas, poder político e a concentração de mídias no Brasil. Considerando a imprensa sob esta perspectiva e ressaltando que as cidades são fragmentadas e marcadas pela segregação espacial, a pergunta que surge é: Neste processo de seleção jornalística, como a cidade aparece nos jornais, nas revistas, nas televisões, no rádio e na internet? Os espaços desiguais ou bairros habitados por populações de diferentes rendas ganham o mesmo espaço no noticiário? Ou a imprensa reforça a imagem da cidade hegemônica sem exibir de forma clara as disparidades da cidade e a diferença nas ações do Estado? Esta pesquisa procurou compreender esse fenômeno, investigando o perfil da cidade que aparece na imprensa e se os espaços desiguais são expostos de forma equilibrada. Para isso, foram levantadas notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana relacionadas aos quatro municípios da área conurbada de Florianópolis, e publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* entre os anos de 1997 e 2005. Como resultado, acredita-se que esta pesquisa contribui para uma reflexão sobre a maneira como as cidades brasileiras são vistas atualmente pela imprensa e quais as repercussões que isto pode trazer para o espaço urbano.

Palavras-chave: Imprensa, segregação, cidades, meio ambiente, mobilidade urbana, jornal, ideologia

ABSTRACT

The social and spatial disparities of Brazilian cities are the result of a conflicting historical process, which has its roots in an old oligarchy system. The formation of these urban spaces are characterized by a tendency of spatial segregation of the higher income people, an action that secures control over the space production and the unbalanced concentration of public and private investments. But do the citizens realize this? Each individual creates an image of the city where he lives from a set of sources, among which is the press. By having the present moment as its object of work, journalism does not account for reporting on all urban events and must choose which ones will be reported. By doing this, the media shows a certain urban area over another. But if the urban space is inequitable, which part of it ends up in the press? By choosing what to report, sometimes, values that are not neutral can be incorporated, especially when one takes into account the historical close relations between owners of newspaper companies, political power and the concentration of media in Brazil. Considering the press from this perspective and noting that the cities are fragmented and has the spatial segregation as a strong feature, we end up with some questions: In this process of journalistic choices, how does the city appear in newspapers, magazines, television, radio and Internet? The unequal urban spaces or neighborhoods inhabited by people with different incomes get the same space in the news? Or the press reinforces the image of the hegemonic city without giving a clear view of the spaces disparities of the city and the different actions of the State in the urban space? This research aimed to understand this situation, investigating the city profile presented in the news and if the unequal urban spaces are shown in a balanced way. The conclusions were reached through the analysis of two daily newspapers from the conurbation area of Florianópolis, in the South of Brazil. For this purpose, environmental and urban mobility stories related to the four conurbation municipalities were raised, all of them by *A Notícia* and *Diário Catarinense* newspapers between the years 1997 and 2005. As a result, we believe that this research contributes to reflections on how Brazilian cities are currently reported by the press and what consequences this may bring to the urban space.

Keywords: press, segregation, cities, environment, urban mobility, newspaper, ideology

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Coca-cola vira símbolo da globalização na capa da revista Time em 1950.	30
Figura 2 Localização da área conurbada de Florianópolis em Santa Catarina e no Brasil. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	56
Figura 3 Divisão de municípios da Área conurbada de Florianópolis. Fonte: Paulas Scheidt Manoel (2010)	58
Figura 4 Centro de Florianópolis com as duas áreas com extremos de renda. Autor: Paula Scheidt Manoel com imagem do Google Earth (2010).....	59
Figura 5 Localização da população por extremos de renda . Fonte: SUGAI, 2002	60
Figura 6 Distrito Centro-Ilha de Florianópolis. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)	64
Figura 7 Área continental de Florianópolis. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)	64
Figura 8 Alguns bairros do Norte da Ilha. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010).....	66
Figura 9 Bairros do Leste da Ilha. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010).....	66
Figura 10 Bairros do Sul da Ilha, região da bacia do Campeche. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010).....	68
Figura 11 Bairros do extremo Sul da Ilha. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010).....	68
Figura 12 Município de São José com bairros que fazem divisa com Florianópolis e o centro em destaque. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010).....	70
Figura 13 Região central do município de Palhoça. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010).....	70
Figura 14 Beira-Mar Norte vista da Baía Norte. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	77
Figura 15 Mapa da área próxima a Avenida Beira-Mar Norte. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010).....	77
Figura 16 Principais obras dos anos 70 em Florianópolis. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)	80
Figura 17 Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Uso Limitado (APLs). (IPUF, 2008)	85

Figura 18 Vila do Arvoredo, Florianópolis. Ocupação irregular em área de dunas – Bairro de Ingleses, Nordeste da Ilha de Santa Catarina. (POMARICO/SUGAI/2004).....	87
Figura 19 Evolução da população de Florianópolis X população servida com sistema de esgoto. Fonte: CASAN (2007).....	89
Figura 20 Sistemas de abastecimento de água em funcionamento em Florianópolis em 2010. Dados Brutos: CASAN (2010)/Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	95
Figura 21 Sistema de redes de esgoto implantados e projetados em Florianópolis em 2010. Dados Brutos: CASAN (2010)/Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	96
Figura 22 Tiragem dos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> aos domingos em Florianópolis entre os anos de 1996 e 2007, em número de exemplares. Fonte: IVC/Elaboração: Paula Scheidt Manoel, 2010.....	109
Figura 23 Tiragem total dos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> às segundas-feiras entre 1996 e 2007, em número de exemplares. Fonte: IVC/Elaboração: Paula Scheidt Manoel, 2010.....	110
Figura 24 Divisão de bairros do Distrito Sede (Ilha e Continente) de Florianópolis. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	115
Figura 25 Bairros do Norte da Ilha de Florianópolis, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	116
Figura 26 Bairros do Leste da Ilha de Florianópolis, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	117
Figura 27 Bairros do Sul da Ilha de Florianópolis, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	118
Figura 28 Bairros do município de São José e área urbana de Biguaçu, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	119
Figura 29 Bairros do município de Palhoça, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	120
Figura 30 Notícia sobre Biguaçu publicada no <i>AN Capital</i> dia 03 de maio de 1997.....	123
Figura 31 Notícias por bairros publicadas nos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> na primeira quinzena de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	124
Figura 32 Distribuição populacional por bairros na área conurbada de Florianópolis. Fonte dados brutos: IBGE (2010) / Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	125

Figura 33 Distribuição da população por rendimento nominal médio na área conurbada de Florianópolis. Fonte dados brutos: IBGE (2010)/Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	127
Figura 34 Notícia sobre uma obra viária que beneficia diretamente o Kobrasol, publicada no <i>AN Capital</i> no dia 11 de janeiro de 2001.....	129
Figura 35 Notícia sobre a inauguração da Ponte do Imaruim publicada no <i>AN Capital</i> no dia 10 de maio de 1999.	130
Figura 36 Notícia sobre a inauguração da Ponte do Imaruim publicada no <i>Diário Catarinense</i> no dia 8 de maio de 1999.	131
Figura 37 Notícia sobre o bairro de Coqueiros publicada no <i>AN Capital</i> no dia 15 de janeiro de 1999.....	132
Figura 38 Notícia sobre o Centro publicada no <i>AN Capital</i> no dia 05 de janeiro de 2005.	134
Figura 39 Notícia sobre o Maciço do Morro da Cruz publicada no <i>AN Capital</i> no dia 4 de setembro de 1997.	134
Figura 40 Notícia publicada no <i>AN Capital</i> no dia 5 de janeiro de 2001.....	136
Figura 41 Notícia sobre o Campeche publicada no <i>AN Capital</i> no dia 13 de maio de 1997.	137
Figura 42 Notícia sobre o 'abraço à Lagoa' publicada no <i>AN Capital</i> no dia 12 de maio de 2003.....	139
Figura 43 Notícias ambientais por bairros publicadas nos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	143
Figura 44 Notícia sobre construção irregular na Palhoça publicada no <i>AN Capital</i> dia 3 de maio de 1997.	141
Figura 45 Notícias sobre mobilidade urbana por bairros publicadas nos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	145
Figura 46 Notícia sobre a duplicação da SC 401 publicada no <i>Diário Catarinense</i> em 16 de maio de 1997.....	146
Figura 47 Comparação de duas notícias publicadas nos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> sobre a construção de uma estrada no Sul da Ilha, em 2 de setembro de 1997.	148
Figura 48 Notícias por bairros publicadas no jornal <i>A Notícia</i> nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	151

Figura 49 Notícias por bairros publicadas no jornal <i>Diário Catarinense</i> nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010).....	152
Figura 50 Número de notícias publicadas sobre mobilidade urbana e meio ambiente, relacionadas com a área conurbada de Florianópolis, nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro nos anos exibidos.	153
Figura 51 Notícias por bairros publicadas nos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> na primeira quinzena de janeiro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	155
Figura 52 Notícias por bairros publicadas nos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> na primeira quinzena de maio dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	156
Figura 53 Notícias por bairros publicadas nos jornais <i>Diário Catarinense</i> e <i>A Notícia</i> na primeira quinzena de setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	157
Figura 54 Mapa de notícias levantadas, mapa de população e mapa de rendimento médio mensal. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	160
Figura 55 Mapa de distribuição da população. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	161
Figura 56 Mapa de rendimento médio mensal. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)	161
Figura 57 Comparação de duas notícias sobre falta d'água publicadas em anos diferentes. A superior, foi publicada no <i>AN Capital</i> em 04 de janeiro 1997, e a inferior no <i>Diário Catarinense</i> em 04 de janeiro de 2005.	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Lista dos 10 maiores jornais em circulação no Brasil em 2008.....	52
Tabela 2	Total de jornais em circulação no Brasil.	53
Tabela 3	População da área conurbada de Florianópolis de 1949-2005	69
Tabela 4	Taxa de Crescimento Anual dos municípios da Área Conurbada de Florianópolis	69
Tabela 5	Distribuição Espacial da População Atendida com Serviços de Esgoto no Município de Florianópolis em Dezembro de 1998.....	93
Tabela 6	Distribuição Espacial da População Atendida com Serviços de Esgoto no Município de Florianópolis em Dezembro de 2007.....	94
Tabela 7	Notícias sobre bairros habitados ou de lazer da camada de maior renda (acima de 12 s.m) na área conurbada de Florianópolis	128
Tabela 8	Assuntos noticiados sobre o meio ambiente ligado ao sub-tema ‘Espaço Construído X Ambiente Natural’	141
Tabela 9	Assuntos abordados nas notícias levantadas sobre meio ambiente .	190
Tabela 10	Assuntos abordados nas notícias levantadas sobre mobilidade urbana	191
Tabela 11	Rendimento Nominal mensal médio no município de Florianópolis	192
Tabela 12	Rendimento Nominal mensal médio no município de São José....	195
Tabela 13	Rendimento nominal mensal médio nos municípios de Biguaçu e Palhoça	196
Tabela 14	Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana relacionadas ao município de Florianópolis publicadas nos jornais <i>A Notícia</i> e <i>Diário Catarinense</i> nos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005	197
Tabela 15	Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana relacionadas aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu publicadas nos jornais <i>A Notícia</i> e <i>Diário Catarinense</i> nos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005.	200
Tabela 16	Notícias sobre meio ambiente relacionadas ao município de Florianópolis publicadas nos jornais <i>A Notícia</i> e <i>Diário Catarinense</i> nos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005.....	202
Tabela 17	Notícias sobre meio ambiente relacionadas aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu publicadas nos jornais <i>A Notícia</i> e <i>Diário Catarinense</i> nos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005	205
Tabela 18	Notícias sobre mobilidade urbana relacionadas ao município de Florianópolis publicadas nos jornais <i>A Notícia</i> e <i>Diário Catarinense</i> nos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005.....	207

Tabela 19 Notícias sobre mobilidade urbana relacionadas aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu publicadas nos jornais <i>A Notícia</i> e <i>Diário Catarinense</i>	210
--	-----

SUMÁRIO

Introdução	23
1. Espaços da Desigualdade: As relações entre a cidade capitalista, a ideologia e a imprensa	29
1.1 Urbanização e desigualdades sócio-espaciais	29
1.1.1 Segregação Espacial	35
1.2 Espaço urbano e Estado	38
1.3 Espaço urbano e ideologia	42
1.4 Espaço urbano, imprensa e poder	44
2. Desigualdades espaciais, o meio ambiente, a mobilidade urbana e a imprensa na área conurbada de Florianópolis	55
2.1 Mobilidade urbana	76
2.2 Meio ambiente e saneamento ambiental	83
2.2.1 Saneamento ambiental	88
2.2.2 Um tema em evolução	97
2.3 A imprensa e as relações de poder em Santa Catarina	98
3. O meio ambiente e a mobilidade urbana nos jornais	103
3.1 Metodologia	104
3.1.1 Temas das notícias	111
3.1.2 Localização espacial das notícias	113
3.2 As notícias e a ocupação do espaço	121
3.2.1 Meio ambiente: o que é notícia na área conurbada de Florianópolis	140
3.2.2 Mobilidade urbana: o que é notícia na área conurbada de Florianópolis	144
3.2.3 Diferenças no decorrer dos anos	153
4. Cidade, Poder e Imprensa	159
5. Considerações Finais	171
Referências Bibliográficas	177
Anexos	189

INTRODUÇÃO

A relação entre espaço urbano e imprensa é um tema ainda pouco estudado no meio acadêmico brasileiro. Um levantamento feito no primeiro semestre de 2008 identificou alguns estudos que abordavam esta questão como, por exemplo, os conflitos urbanos em veículos sindicais cariocas ou a representação de um bairro de Fortaleza em um jornal estadual. Contudo, não foi encontrado nenhum trabalho acadêmico que tivesse como foco as relações entre a segregação espacial e ‘a cidade’ reportada pelos veículos de comunicação.

Essa dissertação pretende ser um começo no preenchimento desta lacuna e, para isso, iniciamos apresentando as premissas sobre imprensa e espaço intra-urbano na qual ela finca seu ponto de partida.

A primeira delas é que, apesar de pregar a imparcialidade, a neutralidade e a objetividade como valores a serem seguidos pelos jornalistas, nem sempre as empresas jornalísticas, em função de seus interesses políticos ou financeiros, incorporam estes valores. A relação entre o poder político e os proprietários de veículos de comunicação está enraizada na história da imprensa no Brasil, interferindo diretamente na neutralidade. A ‘linha editorial’ de cada veículo já inclui posicionamentos políticos que vão influenciar no modo como deve ser produzida a notícia (desde a seleção de assuntos que serão publicados ou irão ao ar até a escolha de fontes ouvidas e edição final do texto ou reportagem televisiva). Além da “estrutura de propriedade das empresas jornalísticas” reproduzir

com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade de terra, na gestão dos jornais predominam as práticas hedonísticas e de favoritismo típicas da cultura de mando da grande propriedade rural familiar. Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas há um grau substancial de pluralismo ideológico na imprensa escrita, no Brasil os jornais, propriedade dessa oligarquia, compartilham uma ideologia comum, variando apenas em detalhes não significativos. (KUCINSKI, 1998, p.16)

O processo de concessão de licenças de rádio e televisão no país também esteve baseado na lógica do favoritismo ou mesmo sendo usa-

das como moeda de barganha política (Ibid). E, falando em televisão, ela é quem predomina de forma hegemônica no espaço público no país e “dominada por uma empresa com forte vocação monopolística” – a TV Globo, que se tornou “um centro das articulações políticas das elites dominantes e de definição dos destinos do país”. (Ibid). Há diversos exemplos de políticos brasileiros que detém veículos de comunicação, com os ex-presidentes Fernando Collor de Mello e José Sarney sendo os mais conhecidos. Fora isso, a característica da propriedade de mídias do século XXI, de conglomerados de empresas que atuam em áreas muito além do jornalismo, configura um novo poder de mídia. Agora, como falar em imparcialidade da imprensa frente a este cenário?

A próxima questão que se coloca é a origem de tamanho poder. Pelo seu papel social de informar e por ser vista pela população de um modo geral como uma instância legítima da verdade, a imprensa é um importante instrumento de reprodução da ideologia.

A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmo o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade) pode ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos “ensinam” a conhecer e a agir. (CHAUI, 2006, p.15)

Este real que a ideologia busca ocultar é o dos conflitos e contradições sociais que são resultado de um processo histórico. Através da ideologia, a classe dominante escamoteia também a dominação que exerce, apresentando explicações desligadas do tempo e espaço sobre a realidade concreta. Os discursos ideológicos vão sendo repetidos e vão ganhando legitimidade pelos dominados, que passam a reproduzi-lo. Villaça (IN: FERREIRA, 2007, p.12) exemplifica como a classe dominante difunde a desigualdade, injustiça, favela e combate policial à violência como coisa de bandido e não como algo de uma sociedade deformada.

A idéia (totalmente aintidialética) de que uma pessoa ‘é’ bandido tem sido sustentada entre nós

pela classe dominante, para se opor à idéia de que uma pessoa ‘*torna-se* bandido’. Com efeito, a prevalecer esta última, necessariamente teria que ser colocada a questão: o que *torna* uma pessoa bandido? Por essa via nossa classe dominante não quer penetrar, já que precisa ser ofuscada a idéia da violência como o último recurso dos desespeçados e encurralados, que não vêm outra saída. (VILLAÇA in: FERREIRA, 2007, p.12)

Com o discurso ideológico, as diferenças aparecem como “diversidade das condições de vida de cada um” e não seriam ‘culpa’ de ninguém, quando na verdade elas são resultado de um processo histórico e têm a ver com o modo como se comporta a classe dominante.

E, na sociedade contemporânea, onde os meios eletrônicos substituíram os testemunhos presenciais dos fatos,

a mídia passou a ser a instituição política e ideologicamente mais notável da sociedade, suplantando outros poderes, como o Parlamento, no jogo político. E superando outras instituições poderosas, como a igreja e a escola, na produção e disseminação das ideologias, condicionando tudo à lógica midiática. [...] Há muito a imprensa (e o resto da mídia) deixou de apenas intermediar o real e o simbólico para estruturar e constituir o real. É a imprensa que seleciona, tipifica, descontextualiza, e recontextualiza, estrutura e referencia o real. (MOTTA, 2002, p.16)

Entre as diversas esferas de controle da classe dominante que a ideologia busca ocultar está a organização do espaço intra-urbano. Afirmando que o espaço urbano é homogêneo, assim como seria a sociedade, a classe dominante tenta dissimular um processo de segregação espacial que garante a dominação¹ do espaço e a conseqüente concentração de investimentos públicos e privados.

Na obra “Espaço intra-urbano no Brasil”, Villaça (2001) mostra como, desde meados do século XIX, as camadas de maior renda de seis metrópoles brasileiras vêm apresentando a tendência à segregação, ou

¹ Entende-se *dominação* no mesmo sentido apresentado por Villaça (2001), como sendo “o processo segundo o qual a classe dominante comanda a apropriação diferenciada dos frutos, das vantagens e dos recursos do espaço urbano”.

seja, de se concentrar em uma única região do espaço intra-urbano. Ao se aproximar fisicamente, as populações com maior renda detêm um maior controle sobre o Estado e conseguem direcionar mais facilmente as melhorias para seus bairros, favorecendo assim sua localização no espaço e seu consumo e, ainda, a valorização imobiliária.

Com a ideologia, “a classe dominante representa seu interesse particular como o interesse geral” (Ibid, p.311) e, deste modo, consegue fazer com que esta parte da cidade que é de seu interesse seja vista como a cidade em si. Assim, legitima a concentração de investimentos e faz com que pareça um processo natural a existência de partes da cidade mais valorizadas (o que ocorre devido justamente à concentração de investimentos) e, naturalmente, restritas apenas às classes de maior renda. Ao usar a ideologia para mascarar este processo (que não tem nada de natural), a classe dominante ‘impede’ uma revolta dos outros habitantes caso percebessem que, através deste mecanismo, eles são prejudicados, pois seguem vivendo em áreas com pior infra-estrutura, serviços públicos precários, má acessibilidade devido a uma desigualdade na distribuição de investimentos, sejam públicos ou privados.

E a desigualdade é a maior marca das cidades brasileiras, onde se por um lado há estas ‘ilhas de primeiro mundo’ que recebem uma grande fatia de investimentos, do outro há uma enorme população que não consegue ter acesso à terra urbana devido aos altos custos e parte para a autoprodução das moradias nas ‘cidades ilegais’, assim chamadas por estarem fora das legislações urbanísticas. Maricato (2000, p.122) se refere ao modo como o urbanismo brasileiro se volta para apenas uma parte da cidade da seguinte maneira:

Podemos dizer que as idéias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias. (Ibid)

Se consideramos as estreitas relações entre o poder e a imprensa, a cidade como sendo o espaço dos conflitos e da segregação e a ideologia sendo aplicada em ambas as esferas, surgem algumas perguntas. Qual cidade aparece na imprensa: a formal ou a informal? Estes espaços desiguais são expostos de forma equilibrada ou há favorecimento de alguns bairros? Será que a imprensa contribui para que as pessoas per-

cebam estas diferenças ou atua no sentido de reproduzir a ideologia dominante de que os espaços urbanos, seus habitantes e suas necessidades são homogêneos e equilibrados? Há diferença no modo como os fatos são noticiados por jornais concorrentes?

Este é justamente o objetivo desta dissertação: investigar se a imprensa contribuiu para o entendimento de como se organiza a cidade real e de quais são as necessidades reais de seus habitantes; analisando se há um equilíbrio no noticiário, ou seja, se os espaços desiguais são tratados da mesma maneira ou se alguns bairros ou regiões são mais noticiados que outros.

Com o intuito de facilitar a compreensão, optou-se por concentrar a atenção em apenas uma área conurbada brasileira, a de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Cidade de médio porte, Florianópolis viveu um intenso processo migratório, principalmente a partir da segunda metade da década de 90, que trouxe um grande impacto para a estruturação do espaço urbano dos municípios da área conurbada (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu).

Para alcançar o objetivo, o principal recurso empregado neste trabalho foi a pesquisa em dois jornais estaduais – *Diário Catarinense* e *A Notícia*. Nesses dois periódicos impressos diários foram identificadas notícias sobre mobilidade urbana e sobre meio ambiente em cinco períodos específicos entre os anos de 1997 e 2005, que serão devidamente explicados mais adiante.

Esta dissertação foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, é analisada a cidade como espaço segregado e suas relações com o Estado, a ideologia e a imprensa. Na primeira parte, é descrita como se desenvolve a estruturação do espaço urbano nas cidades brasileiras frente ao conflito social e disputas. Na segunda, é apresentado o modo como o Estado age no espaço urbano. Na terceira, é explicado como a classe dominante usa a ideologia para garantir o controle sobre o espaço urbano. E, na quarta, é descrita as relações do poder e da imprensa, que cresce justamente com a evolução da esfera pública no espaço urbano.

No segundo capítulo é apresentada a área conurbada de Florianópolis, descrevendo como, ao longo da sua história (com foco no século XX), a classe dominante atuou para garantir que os investimentos públicos e privados fossem sendo direcionados para as suas áreas de interesse. Também são apresentadas a relação das cidades da área conurbada com o meio ambiente (e sua evolução no decorrer dos anos) e também a questão da mobilidade urbana na área. Por último, a imprensa catarinense é caracterizada, em especial a sua relação com a elite e o poder no estado.

No terceiro capítulo são descritos os resultados da pesquisa empírica realizada nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia*, fazendo comparações do volume e qualidade das notícias selecionadas com a caracterização do espaço urbano, em termos de renda e distribuição da população no território. A cobertura dos dois jornais também é confrontada, assim como são analisadas as variações em volume de notícia e tipo de notícia ao longo dos 10 anos que compreendeu o recorte temporal.

No quarto capítulo são feitas as análises que relacionam os assuntos apresentados nos capítulos anteriores, discutindo as ligações entre as cidades, o poder e a imprensa.

1. ESPAÇOS DA DESIGUALDADE: AS RELAÇÕES ENTRE A CIDADE CAPITALISTA, A IDEOLOGIA E A IMPRENSA

A estrutura física de cada cidade, erguida com matérias-primas como o ferro, o cimento e o aço, tanto quanto resultado de um trabalho físico de sua construção efetiva, é consequência de um processo histórico de escolhas políticas, econômicas e sociais baseado em conflitos sociais pelo melhor usufruto do espaço urbano. Nas próximas páginas, será feita uma reflexão sobre esta questão, abordando a formação do espaço urbano a partir da sua relação com as disputas sociais, o Estado, a ideologia e a imprensa.

1.1 URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADES SÓCIO-ESPACIAIS

O complexo desenho das cidades do século XXI, caracterizado por um emaranhado de contradições, com algumas áreas bem estruturadas e ricas e outras precárias e pobres, é resultado de um longo processo histórico de conflitos sociais pela construção e consumo do espaço urbano, que têm suas origens na revolução industrial.

No século XVIII, conforme descreve Benevolo (1994), o aumento da população devido à queda nas taxas de mortalidade começou a exigir mais espaço para moradias e sustento. Como a terra, contudo, é um bem irreproduzível, a solução encontrada pelos proprietários de terras e pelo Estado foi a “vedação” das antigas terras comuns, transformando os agricultores em arrendatários ou assalariados das indústrias.

Avanços tecnológicos num curto período (1760 a 1790), como o uso do coque ao invés do carvão vegetal para trabalhar metais ferrosos e a máquina a vapor, fizeram a produção industrial se desenvolver rapidamente, atraindo muitas famílias para onde se concentravam os trabalhos ligados à indústria. (BENEVOLO, 1994, p.20) “Nasceram assim, improvisadamente, novas cidades, e muitas das cidades antigas cresceram desmedidamente.” (Ibid)

O urbanismo começa a surgir como uma tentativa de organizar os espaços e uma ferramenta de equilíbrio para as desigualdades na paisagem urbana que surgiam nos espaços habitados pelas diferentes camadas sociais. Isto tornou necessárias ações urbanísticas, principalmente de aspectos de higiene relacionados à moradia dos mais pobres, já que os

camponeses iam se agrupando nos lugares vazios que encontravam, preferencialmente próximos ao local de trabalho.

Benévolo (Ibid, p.45) cita uma longa descrição feita por Engels em *A situação da Classe Operária em Inglaterra (1845)* sobre como viviam estas pessoas.

A raça humana que vive nestas *cottages* a cair, por detrás das janelas partidas e remendadas com tela, por detrás de portas desconjuntadas e de caixilhos podres, ou nas caves húmidas (*sic*) e escuras, no meio de toda esta porcaria sem limites e deste mau cheiro, numa atmosfera que parece propositadamente fechada, esta raça humana deve pertencer realmente ao mais baixo degrau da humanidade; esta é a impressão e a conclusão que somos constrangidos a tirar tão só pelo aspecto exterior do bairro. Mas que dizer ao tomar conhecimento de que em cada uma destas casitas, que contêm no máximo dois quartos e as águas-furtadas, e quando muito ainda uma cave, habitam em média vinte pessoas, ao saber que em todo o bairro existe uma única latrina – naturalmente, na maior parte das vezes impraticável – para cada 120 pessoas, aproximadamente, e que não obstante todas as advertências dos médicos, não obstante a agitação provocada na polícia sanitária pelas condições da 'Pequena Irlanda'[...] (ENGELS apud BENEVOLO, 1994, p.45)

Se grandes áreas urbanas cresciam com tais características e praticamente sem nenhum planejamento, em algumas partes das cidades, planos urbanísticos eram empregados para atender as camadas de maior renda. E esta diferenciação urbana entre ricos e pobres foi se acentuando com o passar das décadas, acompanhando as mudanças no sistema econômico que viriam pela frente.

Hoje, dois séculos mais tarde, o mundo tornou-se definitivamente urbano, com o crescimento exponencial da população mundial e a consolidação do sistema capitalista

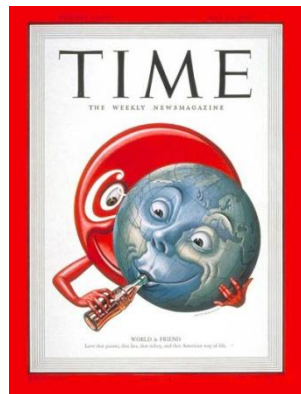


Figura 1 Coca-Cola vira símbolo da globalização na capa da revista Time em 1950.

de produção, o qual refletiu diretamente no modo como as cidades se organizam.

Com o objetivo de maximizar o lucro, as empresas sediadas em países ricos se desprenderam dos limites territoriais de suas nações e partiram em busca de melhores condições de rentabilidade. O termo globalização emerge para explicar este mundo e as atuais relações socioeconômicas. Ele passa a ser usado para justificar desde as virtudes do sistema financeiro global e o acesso mundial a produtos como a Coca-cola, que chegou a virar símbolo da expressão nos anos 50², até para explicar injustiças sociais como a proliferação das favelas pelo planeta.

A força ideológica do ‘pensamento único’ é tanta que, evidentemente, associa-se a globalização à hegemonização do modelo econômico neoliberal, porém sem a visão crítica necessária e considerando-o como um fenômeno ‘natural’, portador de modernidade e formador de uma supostamente homogênea e consensual ‘aldeia global’ (segundo o termo cunhado ainda na década de 60 por Marshall McLuhan) em que impera o consumo generalizado e feliz dos mais modernos produtos do capitalismo global. (FERREIRA, 2007, p.109)

O termo, todavia, tem apenas uma utilidade: legitimar a centralização e concentração do capital nas mãos de poucos, que controlam territórios locais em diversas partes do mundo a partir de decisões da cúpula de multinacionais. Ele oculta a polarização, legitima as desigualdades territoriais e resguarda governos e empresas da responsabilidade de distribuir benefícios do trabalho ao capital. Afinal, todas as mazelas e virtudes atuais passam a ser culpa da ‘globalização’.

A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. (HARVEY, 2004, p.40).

² Em 15 de maio de 1950, a revista Time conclamava a coca-cola como símbolo da globalização do “American way of life”. Na capa, a animação de um logo do refrigerante segurava uma garrafa de Coca-cola para que um globo terrestre bebesse o conteúdo - <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601500515,00.html>

Harvey (Ibid) lembra que mesmo Marx e Engels já falavam de um capital global que transformava a geografia do mundo, a partir do comércio com as colônias e com os mercados Orientais, como China e Índia, e citando as expedições de “descobrimientos” da América como a abertura de caminho para o desenvolvimento da indústria moderna, que “criou o mercado mundial” (MARX, ENGELS – 1952 - apud HARVEY). “Com esses recursos geográficos, a burguesia sobrepujou, solapou por fora e subverteu por dentro os poderes feudais restritos a territórios. Também por meio deles a burguesia transformou o Estado (com suas forças militar, organizacional e fiscal) no executor de suas próprias ambições.” (HARVEY, 2004, p.41)

E sob a máscara da ‘globalização’, o mundo vê um processo intenso de concentrações e centralizações de capital, que serão as bases para a passagem de um capitalismo concorrencial para o dos oligopólios. Bacelar (2008) também cita Marx, dizendo que ele é quem melhor explica este papel estruturante da internacionalização para o capitalismo. A tendência de aumento da massa de capital em poucas mãos se mantém tanto em momentos de expansão quanto de crise. “Por isso o capitalismo chegou ao estágio a que chegou e gerou, ao longo desse caminho secular, os comandantes do processo de globalização, que são os conglomerados transnacionais, grandes massas de capital, que se acumularam tanto pela concentração quanto pela centralização.” (BACELAR, 2008, p.08)

Políticas de liberalização, desregulamentação e privatização facilitaram a centralização e concentração de capital vista nas décadas de 80 e 90, em volumes históricos.

O movimento de centralização e concentração vem se desenvolvendo há mais de dez anos de um modo sem precedentes, impulsionado pelas exigências da concorrência aos grupos mais fortes no sentido de arrebatar das firmas absorvidas suas fatias de mercado e reestruturar e “racionalizar” suas capacidades produtivas, sendo favorecidos e facilitados pelas políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização. (CHESNAIS, 1992, p.09)

Segundo Silver (2005, p.21), entre os anos 80 e 90 há uma hipermobilidade do capital produtivo, que cria um mercado de trabalho único, “no qual todos os trabalhadores do mundo são forçados a compe-

tir”. “Estados formalmente democráticos são forçados a tomar decisões essenciais de política econômica e social com um olho no Fundo Monetário Internacional (e no capital multinacional) e outro no eleitorado” (Markoff apud Silver, 2005, p.22).

E, ao mesmo tempo em que o global é colocado como a escala mais importante para as decisões político econômicas, o local emerge como escala de contraponto de valorização das peculiaridades sócio-culturais. “O mesmo discurso que proclama a globalização, associa às virtudes desta a importância que passa a deter a esfera local e suas tradições, cultura e personalidades próprias para o desenvolvimento urbano e regional.” (FERNANDES, 2001, p.28)

Bacelar (2008) destaca que os agentes globais (multinacionais, por exemplo) contestam a escala nacional, pois desejam ter o controle total sobre o espaço local. “Daí a máxima “pensar globalmente e atuar localmente”, que é puro produto da ideologia neoliberal a serviço de uma globalização que não aceita limites.” (Ibid, p.09)

Seguindo os preceitos de valorização das questões econômicas em detrimento dos aspectos sócio-culturais, as cidades passam a ser administradas como empresas que competem por investimentos externos de corporações transnacionais em uma disputa que inclui o oferecimento de incentivos fiscais, formação da força de trabalho, qualificação do espaço construído, melhorias na infra-estrutura e logística. Nesta cidade-empresa, os gestores públicos atuam como empresários, confundindo o interesse público com o privado, e tratam o cidadão como consumidor. O resultado deste modelo de gestão da cidade será visto na morfologia urbana, que irá se adequar aos interesses dos beneficiários com a centralização do capital.

O novo empresariamento urbano se caracteriza, então, principalmente pela parceria público-privada tendo como objetivo político e econômico imediato muito mais o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos do que a melhoria das condições em um âmbito específico. (HARVEY,1996, p.53)

Segundo Harvey (Ibid), o empresariamento contribui para as disparidades de riqueza e renda, principalmente por facilitar a transição do sistema de produção fordista para formas de acumulação flexível e não ligadas ao local geográfico, mas sim baseadas no mercado. O governo

local acaba sustentando a empresa ao oferecer um ambiente de negócios atrativos (com mão-de-obra barata, consumidores, infra-estrutura), levando ao encorajamento do 'setor informal'.

Harvey (Ibid) conclui que o empresariamento urbano mascara, com projetos bem sucedidos, os sérios problemas sociais e econômicos locais. Estes “'maus' projetos expulsam os 'bons'” e

coalizões de classe benevolentes e bem intencionadas se comprometem a ser 'realista' e 'pragmática' a um grau que as faz atuar de acordo com as regras da acumulação capitalista em vez de perseguir o objetivo de atender as necessidades locais ou maximizar o bem-estar social. (Ibid, p.63).

Nas cidades, isto se reflete na forma de um conflito, nem sempre evidente, entre classes sociais pelo controle da produção do espaço urbano. A elite local vê a cidade como uma máquina de crescimento, “a partir do qual pode-se promover uso mais intenso da terra, coletar rendas mais elevadas ou capturar riquezas ali produzidas por aqueles na posição adequada para tanto”. (FERNANDES, 2001, p.36) Interessadas em transformar o território urbano de acordo com as suas necessidades, passam a desenvolver um trabalho de convencimento às lideranças governamentais locais de que as cidades são a escala geográfica de maior relevância no capitalismo globalizado. (Ibid, p.26)

Fernandes (Ibid) lembra que no discurso do local, que cresce em paralelo ao fenômeno da ‘globalização’, não existem diferenças entre as classes sociais, grupos de interesse, entre outros, e a “sociedade local é divulgada como sendo um bloco monolítico em torno do qual as contradições e conflitos sociais se esvanecem”. (ARANTES apud FERNANDES, 2001, p.35)

Assim, a balança acaba pendendo para o lado dos que possuem maior controle sobre o capital local e os investimentos públicos vão em direção aonde está a camada de alta renda. E esta disputa sócio-espacial, que se torna uma questão central na construção deste espaço, levará ao desenvolvimento de cidades fragmentadas, partidas, segregadas.

Criam-se sítios sociais uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os à suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outras, mais valorizados. Por isso,

são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente [...]. É deste modo que as diversas parcelas da cidade ganham ou perdem valor ao longo do tempo. (SANTOS, 1994b, p.96)

O desenvolvimento das cidades de extremos no país (espaços de riqueza versus pobreza, de qualidade de vida versus miséria, de infraestrutura versus precariedade) se deve ainda à herança histórica de uma sociedade com raízes coloniais de manutenção de privilégios para uma pequena parcela da população e a industrialização com base em salários baixos baseados nos exércitos de reserva de mão-de-obra. (MARICATO, 2001, p.41)

Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo. A cidade ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização. Até mesmo parte dos trabalhadores empregados na indústria automobilística, que ingressa no Brasil nos anos 50, mora em favelas. (Ibid)

1.1.1 Segregação espacial

Um dos pilares do crescimento de cidades fragmentadas no Brasil está no modo como se estruturou o espaço urbano, em um processo marcado pela segregação sócio-espacial. A aproximação de populações com características similares, como de migrantes que formam bairros com o intuito de uma ajuda mútua, é o tipo mais conhecido desta segregação. Um exemplo é a aproximação de japoneses e chineses no bairro da Liberdade em São Paulo.

Contudo, é a outro tipo de segregação ao qual nos referimos aqui – uma auto-segregação resultante do movimento de aproximação das camadas de maior renda para uma determinada região da cidade.

Diferentemente da primeira forma, neste caso as populações de maior renda tendem a se aproximar para garantir o controle da produção e consumo do espaço urbano e investimentos públicos privilegiados. Afinal, os recursos financeiros são insuficientes para atender toda a cidade de forma igualitária e esta concentração espacial facilita a atração e a reprodução dos investimentos.

Estudando o espaço intra-urbano em algumas metrópoles brasileiras, Villaça (2001) identificou esta crescente segregação das camadas de maior renda em uma única região geral. No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, por exemplo, isto ocorre na Zona Sul; em São Paulo, no quadrante sudoeste; em Salvador, no Nordeste da cidade; em Recife nas zonas Oeste e Sul, e em Porto Alegre no Leste. Sugai (2002) identificou um processo similar na área conurbada de Florianópolis, onde os bairros com alta concentração das camadas de maior renda se aproximaram ao longo do eixo viário que faz a conexão entre o acesso à Ilha, a área central da cidade e os balneários a norte e leste da Ilha³.

O estudo desenvolvido por ambos os autores demonstra que a distribuição espacial urbana não ocorre de forma geograficamente equilibrada ou uniforme e nem está baseada em decisões técnicas ou de forma aleatória. “(...) A lógica que determina a localização dos investimentos públicos na conurbação metropolitana está vinculada à distribuição das classes sociais no espaço intra-urbano” (SUGAI, 2002, p.162). Ao apropriar-se dos territórios onde pretende concentrar e expandir as áreas de residência e lazer, a classe dominante dirige o processo de distribuição espacial das classes e tem um grande controle sobre as ações do Estado. (Ibid)

A conclusão *espacial*, ou melhor, a conclusão sobre o efeito do espaço sobre o social, a nosso ver importante, é que uma certa geografia, uma certa *configuração espacial* (a segregação) se faz necessária para viabilizar aquela dominação e aquela produção ideológica. Sem essa configuração, seria talvez impossível - ou extremamente difícil - a dominação e a desigual apropriação. (VILLAÇA, 2001, p.46)

³ O processo de estruturação do espaço urbano na área conurbada em Florianópolis será abordado com mais detalhes no Capítulo 2, onde será retomada esta questão da segregação espacial específica para cidade.

A rede de bairros habitados pelas camadas de maior renda passa a concentrar a melhor ligação viária, melhor oferta de serviços públicos e uma infra-estrutura geral com mais qualidade que a maior parte do espaço urbano. Todos estes fatores reduzem o tempo gasto nos deslocamentos das populações que vivem nesta região urbana e interferem na ‘localização’, fazendo determinados pontos ficarem mais perto (pois têm melhores sistemas viários e se gasta menos tempo para alcançá-los) e outros mais longe (vice-versa). (VILLAÇA, 2001)

A ‘localização’ terá ainda um reflexo no valor da terra, que poderá ser valorizada ou não dependendo do tempo de deslocamento. E, não apenas a terra muda de valor, mas conforme Santos (1998, p.81), o homem também terá um valor dependendo do lugar onde está. “(...) Seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território” e, as diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição, é que levam a esta diferença de valor.

A segregação, como um mecanismo de dominação e exclusão, sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados a algum serviço, benefício, direito ou vantagem, seja público, seja privado. Pode ser o conforto de um serviço de transportes, um bom parque, os serviços públicos ou os shoppings. A segregação espacial urbana atua através da acessibilidade, ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano. Uns têm os equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis, outros, menos acessíveis, entendendo-se acessibilidade em termos de tempo e custo de deslocamento no espaço urbano. (VILLAÇA, 2003)

A concentração de investimentos em determinadas regiões da cidade, induzidas pelo movimento de auto-segregação da classe dominante, resulta na valorização fundiária e imobiliária. Estas terras passam a ser inacessíveis para os mais pobres, aos quais, inseridos na lógica de salários incompatíveis com as suas necessidades básicas de moradia, transporte e alimentação, não resta outra saída senão fixar residência nas periferias ou nas áreas de ocupação irregular nas zonas centrais livres e desocupadas, normalmente de preservação ambiental e imprópria para a construção de habitações. Quando assentados nas periferias, arcam com os custos em termos de tempo de deslocamento, já que estão distantes

dos empregos e possuem as piores condições de transporte. Quando nas áreas de ocupação informal, que no Brasil comumente são os morros, mangues, dunas, bordas de rios ou outras áreas de preservação permanente (APP), enfrentam os riscos de verem suas casas desabarem, já que foram construídas em locais totalmente inadequados. Estes também são espaços segregados, mas que, neste caso, são chamados de ‘favelas’, ‘comunidades’, ‘vilas’, etc.

Como explica Santos (1998, p.85), em todas as cidades há uma parcela da população com baixa ou nenhuma possibilidade de mudar sua residência de um bairro para outro. Isto justamente porque a precariedade de serviços e transporte públicos do bairro onde os mais pobres moram contribui para que sua pobreza seja ainda maior, pois paga mais caro por bens e produtos de serviços privados e arca com maiores custos de deslocamento.

Desta forma, o fenômeno da segregação sócio-espacial conduzido pela classe dominante acaba por contribuir para o empobrecimento e a exclusão social, dificultando inclusive o exercício da cidadania. A concentração dos investimentos em uma determinada região da cidade, habitada pelas camadas de maior renda, leva a um círculo vicioso que praticamente condena a maior parte da população urbana a conviver com uma infra-estrutura precária e sem acesso a serviços públicos de qualidade.

1.2 ESPAÇO URBANO E ESTADO

Este processo de centralizar investimentos em determinadas áreas da cidade, beneficiando assim apenas parte da população, não seria possível sem a participação do Estado. Esse se posiciona do lado das classes médias e altas, “privilegiando demandas das classes médias altas do ponto de vista do seu gasto na urbanização”. (OLIVEIRA, 1982, 53) Para Oliveira (Ibid), há pressupostos históricos no Brasil para esta relação entre o Estado, o urbano e a concentração do capital, em especial no modo como o país se insere na divisão internacional do trabalho.

O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes, e, do lado do regime político, da falta de voz das classes populares, direcionando, portanto, os gas-

tos do Estado, todo o seu poder, desse ponto de vista de investimento, para atender sobretudo aos reclamos advindos das demandas das classes médias. (Ibid, p.37)

Santos (1994b, p.95) diz que, através da urbanização corporativa, ou seja, aquela ‘sob o comando dos interesses das grandes firmas’, a expansão capitalista devora os recursos públicos ao desviá-los para a ‘cidade econômica’ em detrimento da ‘cidade social’,

Conforme Oliveira (1982), a primeira intervenção estatal brasileira a favor da acumulação do capital industrial, na década de 30, é a regulamentação das relações capital-trabalho, criando assim um mercado de força de trabalho. Nos anos 50, o Estado passa também a determinar a taxa de lucro, fazendo a economia substituir uma fase concorrencial por outra monopolista, que “politiza as relações econômicas ao máximo”. E “(...) no capitalismo da fase monopolista esse distanciamento entre Estado e economia encurtou-se de tal forma que qualquer crise econômica hoje – (...) – reflete-se imediatamente numa crise do Estado também”. (Oliveira, 1982)

O poder político – concebido como capaz de modificar o comportamento de amplos grupos sociais – configura-se como uma estrutura complexa na qual as instituições que formam o Estado interagem com os grupos que dominam o processo de acumulação e com as organizações sociais capacitadas para interferir de forma significativa na distribuição da renda. (FURTADO, 1978, p.15)

No espaço urbano, não apenas no Brasil mas de modo generalizado pelo mundo, o Estado tende a concentrar seus investimentos em determinadas partes da cidade que favoreçam tanto as empresas quanto a classe dominante. Harvey (2008) afirma que isto é um dos resultados do neoliberalismo

El neoliberalismo también ha creado nuevos sistemas de *governance* que integran los intereses del Estado y de las empresas, y que, mediante el uso del poder del dinero, han asegurado que la utilización del excedente a través de la Administración pública favorezca al capital corporativo y a las clases dominantes a la hora de conformar el proceso urbano. (HARVEY, 2008, p.37)

E, para atrair fluxos financeiros em forma de investimentos urbanos, o Estado se transforma em um agente de marketing de sua cidade. “As políticas de promoção da cidade são, sobretudo, políticas destinadas a garantir e a impulsionar o desenvolvimento econômico, mediante atuações diretas ou indiretas.” (BORJA; FORN, 1996, p.34)

A imagem da cidade precisa estar sempre positiva para manter as possibilidades de acumulação de capital com a terra urbana. Por isso, o marketing urbano e o planejamento estratégico aparecem, ambos inspirados nas teorias de gestão empresarial, como uma das tendências recentes na administração de cidades. Ferreira (2007) ressalta ainda que o problema não seria tanto a formulação em si ou as bases empíricas originais que levaram a adoção deste modelo de gestão urbana (com Barcelona sendo o principal exemplo de aplicação prática), mas sim a “sua transferência para a realidade urbana de outros países”, como o Brasil que tem um quadro de desigualdade social muito mais grave que a Espanha, por exemplo.

Este modelo acaba assim “se tornando um instrumento ideológico de difusão de alguns preceitos urbanísticos de perfil nitidamente liberal. Em outras palavras, são as ‘idéias fora do lugar’”. (FERREIRA, 2007, p.117) Ainda segundo Ferreira (Ibid), o planejamento estratégico urbano garante que sejam colocadas em práticas as políticas públicas necessárias para “desregular, privatizar, fragmentar e dar ao mercado um espaço absoluto”. (MARICATO in FERREIRA, 2007, p.120)

Parcerias público-privadas, por exemplo, levam ao desenvolvimento de empreendimentos pontuais, como a revitalização de áreas turísticas ou construção de centros de convenções, que podem mascarar (ou mesmo desviar recursos) de problemas mais importantes.

[...] Atrás da máscara de muitos projetos bem-sucedidos, se encontram sérios problemas sociais e econômicos, os quais, em muitas cidades, estão assumindo a forma geográfica de uma cidade dual: de um centro renovado cercado por um mar de pobreza crescente. [...] A concentração no espetáculo e na imagem mais do que no conteúdo dos problemas econômicos e sociais podem também revelar deletéria a longo prazo, apesar de que benefícios políticos podem ser obtidos até fácil demais. (HARVEY, 1996, p.62)

Enquanto a atenção do Estado se volta para planos urbanos com grandes obras que valorizam a cidade e ajudam a atrair capital, mantendo uma boa imagem da cidade legal (MARICATO, 2001); uma vasta parte do crescimento urbano vai ocorrendo fora de qualquer lei ou plano.

O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente. O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que, inspirados na interpretação de Arantes e Schwarz sobre Brecht, podemos repetir que “a regra se tornou exceção e a exceção a regra”. A cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria. (MARI-CATO, 2001, p.39).

E mesmo existindo legislações que dão ao Estado poder de polícia para agir nas áreas ilegais, elas vão sendo toleradas. “Impossível admitir o contrário, pois se essa gigantesca ocupação de terras não fosse tolerada e a população pobre ficasse sem alternativa nenhuma, teríamos uma situação de guerra civil, considerando os números envolvidos [no município de São Paulo seriam dois milhões de pessoas morando em favelas].” (MARICATO, 2000, p.161) A autora destaca, contudo, que nas áreas valorizadas pelo mercado, a invasão não é tolerada e, neste caso, a lei é aplicada.

Portanto, as ações do Estado, seja na execução de obras públicas quanto na adoção de legislações, contribuem para a segregação e manutenção das desigualdades. A abordagem com relação ao espaço urbano é investir de forma concentrada em regiões pontuais, justamente aquelas que interessam à classe dominante, para manter uma imagem positiva da cidade, garantindo o fluxo de investimentos privados para o local e a contínua valorização imobiliária. Por outro lado, as verdadeiras necessidades da população não são atendidas, já que o compromisso maior do poder público é com o capital privado. Os investimentos em ações sociais se transformam em estratégia de manutenção do poder (já que garantiriam o voto das camadas de menor renda).

Porém, se o Estado se comporta como uma empresa e a publicidade favorece os interesses privados, não basta apenas executar tais obras, é preciso divulgá-las. Esta é uma etapa fundamental do marketing urbano: garantir que os projetos sejam vistos e que a boa qualidade urbana da cidade seja conhecida. A imprensa entra então neste círculo, como uma importante aliada do Estado para garantir o sucesso do seu

planejamento estratégico. O orçamento publicitário é uma fatia relevante do faturamento dos veículos de comunicação, que vêm aí também um ponto vantajoso para tal aproximação. Para o Estado, a legitimidade que a imprensa tem com seu público, a torna um canal vital para propagar suas idéias e beneficiar-se com a transferência desta legitimidade para sua atuação. A manutenção do modo como o Estado gerencia o espaço urbano, concentrando investimentos em áreas segregadas (o qual agrada a classe dominante) é garantida pelo uso da ideologia, assunto que será explorado nas páginas a seguir.

1.3 ESPAÇO URBANO E IDEOLOGIA

Como vimos até agora, a classe dominante tende a se segregar no espaço urbano tendo como objetivo o direcionamento dos investimentos públicos e privados, que levam a valorização imobiliária. O Estado, influenciado pelas idéias de cidades-empresas, atua como um gestor empresarial que busca atrair capital corporativo, divulgando sua cidade de forma positiva. Deste modo, concentra seus investimentos em determinadas partes da cidade, conciliando com os interesses da classe dominante. Como resultado, vastas área do espaço urbano não vêm suas necessidades sociais atendidas, levando ao desenvolvimento independente do Estado e muitas vezes de forma ilegal.

A pergunta que surge, contudo, é: Por que esta população excluída, expulsa para as periferias urbanas e continuamente sofrendo com a piora na acessibilidade não se revolta frente a este processo de direcionamento de investimentos para áreas específicas da cidade?

Villaça (2001) explica que o controle da produção do espaço intra-urbano como uma forma de controle social e garantia de investimentos públicos que atendam seus interesses é feito pela camada de alta renda através de três mecanismos: “um de natureza econômica – o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; outro de natureza política: o controle do Estado, e, finalmente, através da ideologia”. (VILLAÇA, 2001, p.335).

A imprensa entra no terceiro mecanismo como ferramenta de legitimação do domínio da elite, que utiliza a ideologia (CHAUÍ, 1989, p.21) para apresentar as idéias e problemas de uma classe como os da sociedade e da cidade como um todo.

O seu papel [da ideologia] é fazer com que no lugar dos dominantes apareçam idéias “verdadeiras”. Seu papel também é o de fazer com que os homens criem que tais idéias representam efetivamente a realidade. (Ibid, p.87)

Assim, por exemplo, ao exibir constantemente os mesmos bairros nos veículos de comunicação com seus problemas e virtudes, que coincidentemente são os locais de interesse da classe dominante, aquela é a idéia de cidade que será construída na mente de cada habitante. Este passará a enxergar aquelas questões também como sua prioridade, pois passam a crer que resolver aqueles problemas irá melhorar a “sua” cidade. Há uma desconexão total entre a cidade concreta e a idéia de cidade, e é desta alienação que a ideologia se “transforma numa força quase impossível de se remover” (CHAUI, 1989, p.86).

A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária. (MARI-CATO, 2001, p.165).

Villaça (2001) fez um levantamento de todas as menções feitas a logradouros públicos (ruas, avenidas, praças, parques, bairros, etc) de toda a área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e São Paulo em vinte edições aleatórias do caderno *São Paulo* e no suplemento dominical *Revista Folha*, do jornal *Folha de São Paulo*, e na seção *Cidade* e no suplemento *Domingo* do *Jornal do Brasil* (nos anos de 1993 e 1994) para verificar o que estes veículos impressos consideravam ser a “cidade de São Paulo” e a “cidade do Rio de Janeiro”, respectivamente.

O resultado mostrou que a cidade que aparece nos jornais é a habitada pela classe de alta renda. No Rio, 47,29% das notícias referem-se à Zona Sul, onde estão apenas 9,40% da população e que representa 7,12% da área urbanizada da Área Metropolitana. Em São Paulo, a discrepância é ainda maior. Apesar de apenas 15,90% da população estar na região de concentração das camadas de alta renda (21 sub-distritos localizados no quadrante sudoeste), 74,66% das notícias citavam logradouros públicos dali. O centro tradicional da cidade, que como destaca Villaça há muito tempo foi abandonado pela classe dominante, é citado em apenas 5,87% das notícias pesquisadas.

Outro instrumento de dominação ideológica muito utilizado é o planejamento urbano que, como afirma Maricato (2000), “contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo.

Abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo etc.) convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada. (MARICATO apud MARICATO, 2000, p.124)

E claro que, fundamental neste processo, é dar visibilidade aos planos, obras e ‘benfeitorias’ feitas na cidade, usando estratégias de marketing e a mídia. A imagem é fundamental para manter a cidade competitiva no cenário nacional e internacional. Por isso, os projetos ‘revitalizantes’ ou as grandes obras que tem a pretensão de transformar a cidade precisam ser vistas pelo mundo. Ao menos esta é a visão associada ao empresariamento das cidades, as quais são vistas como mercadoria a ser vendida. No entanto, Maricato (Ibid) lembra que “o ambiente construído não existe independentemente das relações sociais e essas imagens cumprem uma função ideológica de abafar o conflito.” E, citando Peter Marcuse, diz que “cidades são lugares e não agentes ou atores” e, por isso, quem arca com os benefícios ou sacrifícios são os moradores e não as ‘cidades’. “Daí a importância de não sufocar o conflito [...]”. (Ibid, p.170)

1.4 ESPAÇO URBANO, IMPRENSA E PODER

A história da imprensa, tendo como marco inicial oficial a invenção da tipografia por Gutemberg em 1440, caminha em paralelo ao desenvolvimento das cidades e da luta política pelo poder. No final do século XVI, a cidade européia começa a configurar-se como uma entidade política, com clara distinção entre as áreas de representações e residência senhoril, onde são dirigidos os negócios, e as de atividade produtiva, conforme descreve Argan.

Enquanto forma visível, a cidade já não expressa os ideais e os interesses de uma comunidade cívica, mas os valores e os princípios sobre os quais o

poder político se sustenta e justifica. O aparato militar já não é apenas defensivo. A cidade é um núcleo de força no âmbito de um sistema mais amplo e de um jogo de interesses mais complexo. (ARGAN, 1999, p.57).

A informação ganha cada vez mais importância como fator de acumulação de capital mercantil e o centro das cidades torna-se o principal local para obtê-las, nas páginas da imprensa periódica. Ao tratar da liberdade do jornalismo, Cornu (1994) destaca que, a ação de informar, aos modos dos jornalistas, “é um acto (*sic*) social que se desenrola em um espaço público, num território que é também o do político”.

No Brasil, o primeiro jornal – *Correio Braziliense* – surge quando a família real portuguesa desembarca no país, em 1808. Porém, por ser proibido pela Coroa de Portugal, o periódico era editado de Londres pelo jornalista Hipólito José da Costa. Três meses depois da primeira edição do *Correio Braziliense*, é autorizada a impressão de um único jornal no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que era justamente o órgão oficial do governo. (SEABRA, 2002, p. 33)

“Não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder.” (MOTTA, 2002, p.13). Motta explica que isto não significa que ela “seja apenas um instrumento nas mãos do poder”, mas quer dizer que todo governo “fez e continua fazendo uso da imprensa e de outras formas de persuasão para criar melhores condições de governabilidade”.

Há quinhentos anos dizia Maquiavel: governar é fazer ver. Hoje, mais do que nunca, essa frase sábia continua a convencer os governantes que precisam utilizar a imprensa para persuadir o povo e legitimar-se diante das massas. (Ibid)

Ao relatar diariamente o que acontece pelo mundo, a imprensa faz um registro histórico e permite que os mais diversos fatos sejam conhecidos pelas pessoas. As vitórias e derrotas nos esportes, a posse de presidentes, a destruição provocada por terremotos, o lançamento de espaçonaves, os debates políticos no Congresso Nacional ou mesmo acontecimentos rotineiros como a alteração no trânsito de sua cidade. As pessoas sabem de maneira muito rápida desde acontecimentos com repercussões internacionais até aqueles que afetam diretamente sua rotina.

Isto é a notícia: a informação que, uma vez revelada, afeta as expectativas do cidadão, do consu-

midor, do homem e da mulher comuns quanto ao mundo que os cerca, quanto ao futuro ou quanto ao passado. Notícia não é apenas uma ‘novidade’. É uma novidade que altera o arranjo dos fatos, dos poderes ou das idéias em algum nível. A notícia incide, portanto, sobre as relações humanas: ela é socialmente notícia. [...] Seu objeto primordial não é difundir aquilo que os governos, igrejas, grupos econômicos ou políticos desejam contar ao público, embora também se sirva disso, mas aquilo que o cidadão quer, precisa e tem o direito de saber, o que não necessariamente coincide com o que os outros querem contar. (Ibid, p.42)

Desta forma, a imprensa estabelece uma agenda de temas a ser discutidos pelas pessoas – chamado *agenda setting*. Esta função “permite aos *media* de grande difusão fornecer à sociedade a ordem do dia das suas próprias preocupações e os temas merecedores de atenção”. (CORNU, 1994, p.229) Daí vem o poder da imprensa e o perigo dela ser mal utilizada.

Quando a notícia se transforma em mercadoria, o direito a informação passa a ser menos importante que as conveniências comerciais e políticas, justificando inclusive sacrifícios éticos.

Os jornalistas entendem agir de acordo com o direito à informação que a sua deontologia reconhece aos cidadãos, enquanto a direção (*sic*) procura responder às expectativas dos clientes: os anunciantes e os leitores em primeiro lugar, mas também os diversos actores (*sic*) sociais que gravitam à volta da empresa e influenciam de algum modo o seu destino, grupos de pressão e fontes de informação institucionais. (Ibid, p.261)

Por questões práticas de espaço em número de páginas e tempo para o trabalho de reportagem, é feita uma escolha de quais acontecimentos sobre a cidade serão publicados nos jornais. E é nesse processo de seleção de fatos que o veículo deixa transparecer qual sua visão sobre o espaço urbano. Valores como neutralidade, objetividade e imparcialidade são adotados pela imprensa para se aproximar da tarefa de relatar apenas os fatos e tentar afastar posicionamentos individuais ou julgamentos sobre os conflitos urbanos, ficando a cargo do leitor esta tarefa.

Contudo, as relações estreitas entre poder e imprensa fazem parte da história do jornalismo brasileiro. E, por mais que o jornalista se esforce para ser imparcial e objetivo, a direção dos veículos jornalísticos, assim como de qualquer empresa atuando em um sistema capitalista, tem interesses políticos e financeiros que muitas vezes os levam a tomar decisões no campo da cobertura jornalística que não se baseiam na neutralidade.

Quanto não são os casos de jornais ligados direta ou indiretamente a políticos: *Estado do Maranhão*, de José Sarney⁴ (dono também do principal sistema de rádio e televisão do Maranhão); *Gazeta de Alagoas*, da família de Fernando Collor de Mello⁵; *Correio da Bahia*, da família de Antônio Carlos Magalhães⁶ (além da *TV Bahia*, afiliada da Rede Globo) etc.

Segundo um levantamento feito pelo projeto *Donos da Mídia*⁷, 271 políticos eram sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação no Brasil até dezembro de 2009. Destes, 54,24% eram prefeitos⁸. Mais do que isso, há no país uma forte concentração dos meios de comunicação, o que não poderia ser diferente em um sistema capitalista de oligopólios. Os dez maiores grupos de mídia de abrangência nacional controlam 327 veículos e as cinco maiores redes de televisão (Globo, SBT, Band, Record e EBC) englobam 938 veículos espalhados por todo o território brasileiro.

⁴ Ex-presidente do Brasil (1989), foi governador do Maranhão (1966-71) e em 2003 foi eleito senador pelo Amapá. Em 2009, passou a ocupar a presidência do Senado. Sua família tem uma longa história na política do Maranhão, com sua filha Roseana Sarney assumindo o governo do estado em 2009 e seu filho, Sarney Filho, tendo sido eleito pelo sétimo ano consecutivo para deputado federal em 2006.

⁵ Presidente do Brasil eleito em 1990 que sofreu impeachment em 1992 devido a denúncias de corrupção. Foi eleito senador em 2006. Sua família também possui histórico político no Alagoas.

⁶ Foi três vezes governador da Bahia, duas senador, deputado federal e estadual, com sua família também tendo um longo histórico de poder no estado. ACM, como era conhecido, faleceu em 2007.

⁷ O Projeto Donos da Mídia foi criado na década de 80, a partir de um trabalho pioneiro elaborado pelo jornalista Daniel Herz. Em 2002 os dados das pesquisas que vieram sendo realizados na área até então foram digitalizados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom). Em 2008, o projeto foi lançado na internet e reúne dados públicos e informações fornecidas pelos grupos de mídia para montar um panorama completo da mídia no Brasil – www.donosdamidia.com.br

⁸ Os números foram obtidos a partir do cruzamento de dados fornecidos pela Agência Nacional de Telecomunicações com a lista de prefeitos, governadores, deputados e senadores de todo o país.

Ao longo de quase quatro décadas, enquanto expandiam-se País adentro, com a patriótica missão que lhes foi atribuída, as redes de tevê aberta também forjaram um mapa do Brasil baseado nos interesses políticos e comerciais privados dos seus proprietários. Células desses interesses foram disseminadas em cada recanto do País sob a forma de grupos afiliados às redes. O resultado foi a criação de um Brasil refém de grandes empresas de mídia, imunes a qualquer forma de controle público, comandadas de forma vertical e sustentadas em alianças regionais que reproduzem e amplificam idéias, concepções e valores para 170 milhões de habitantes. (HERTZ, GÖRGEN, OSÓRIO, 2002, p.17)

O magnata das comunicações do Brasil nas décadas de 40 a 60, Assis Chateaubriand, é o símbolo máximo da lógica de favorecimentos entre imprensa e poder, seja público ou privado. Chatô, como era conhecido um dos principais “barões da imprensa” no país, montou a maior cadeia de jornais brasileiros, os Diários Associados, “usando estritamente o dinheiro dos outros, e os favores do Estado” (KUCINSKI, 2006).

Os "barões da imprensa", como eles são chamados na sociologia da comunicação de massa, tornaram-se famosos a partir das duas últimas décadas do século passado, com o apogeu da imprensa escrita como fonte de poder. A explosão na tiragem dos jornais levou ao acirramento na disputa de mercado, à concentração da propriedade, à medida que os mais fortes engoliam os mais fracos, que os mais espertos tapeavam os ingênuos. Formaram-se, assim, grandes cadeias de jornais, dominadas pelo vencedor de um processo de seleção natural capitalista. Esse vencedor, naturalmente, sentia-se dono do mundo. Assis Chateaubriand foi um deles. (Ibid)

Seu gosto pelo poder era tanto que Morais (1994) termina as 700 páginas da biografia de Chatô descrevendo a homenagem feita pelo diretor do MASP (em 1968), Pietro Maria Bardi, no velório do jornalista e empresário. Bardi pendurou na parede atrás do caixão três pinturas: duas de dois cardeais (dos pintores Ticiano e Goya) que cercavam “uma exuberante mulher” (pintura de Renoir. (Ibid, p.695). Quando questio-

nado e criticado pelo ato, visto como desrespeito ao morto, Bardi respondeu: “-Mas *dottore*, esta é a minha última homenagem a Assis Chateaubriand, *vero*? Nesta parede estão as três coisas que ele mais amou na vida: o poder, a arte e mulher pelada”. (Ibid).

Porém não é preciso ser dono do veículo para exercer influência sobre o que é nele exibido ou publicado. Em *Notícias do Planalto*, Conti (1999) traça o processo de decisão de grandes jornais, revistas e televisão, exibindo como as relações pessoais, a identidade política com o governo e os interesses econômicos das empresas influenciavam a cobertura jornalística nacional. O pano de fundo para isto é a eleição e o impeachment de Fernando Collor de Melo.

Em outro cenário que ilustra como funciona o processo de seleção de pautas é aquele no qual os próprios valores dos donos de jornais fazem o controle interno do trabalho dos jornalistas. Depois de conviver durante anos com os proprietários dos veículos onde trabalhava, como Júlio Mesquita no *Estado de S. Paulo*, Abramo (1989) aprendeu a compreender a mente de quem realmente dita as regras da notícia. E é justamente esta vivência profissional, nas décadas de 50 a 80, durante a qual presenciou como funcionam as relações entre os donos de jornal e o poder, que Abramo (Ibid) narra no livro *Regras do Jogo*.

O dr. Julinho não queria que na primeira página saíssem notícias nacionais, só internacionais. Era o seu colonialismo recôndito, que considerava a Europa e o mundo mais importantes do que o Brasil, mesmo para os brasileiros. E assim o Estado só deu o suicídio de Getúlio Vargas na primeira página por extrema concessão do dr. Julinho e após grande e veemente insistência minha e de seus filhos. A reserva da primeira página para temas internacionais (dirigidos principalmente na linha anti-soviética em geral) mostra até que ponto o dr. Julinho estava contra a sociedade brasileira tal como ela era, contra a constituição de 1946, que no entanto fora feita principalmente pela UDN, e contra as soluções de aparência democrática. (Ibid, p.37).

Mais do que a ligação direta com políticos, a estrutura de conglomerados de mídia, característica dos anos 90 em diante, traz um poder diferente do ligado as oligarquias políticas – o poder de mídia.

A criação de grandes conglomerados globais de mídia segue a tendência de outros setores econômicos de centralização e concentração de capital, como explicado no sub-capítulo 1.1. Deste modo, se há gigantes multinacionais no setor automobilístico e agrícola, por exemplo, não é de se espantar que o mesmo tenha ocorrido com o setor de comunicação. Empresas como News Corps, Viacom, AOL Time Warner, General Electric, Microsoft, Bertelsmann, United Global Com, Disney, Telefónica, RTL Group e France Telecom reúnem todas as formas clássicas de comunicação (imprensa, rádio e televisão), mas também todas as atividades que poderiam ser chamadas de setores da cultura de massa, da comunicação e da informação (RAMONET, 2003). Muitas vezes estes grandes grupos englobam ainda a propriedade de empresas em setores distintos, como bancos, empresas aéreas ou de armamentos e com atuação muitas vezes não apenas local e nacional, mas global.

O verdadeiro poder está atualmente nas mãos de um punhado de grupos econômicos planetários e de empresas globais cujo peso nos negócios do mundo inteiro parece, às vezes, mais importante do que o dos governos e dos Estados. São eles, os "novos senhores do mundo", que se reúnem anualmente em Davos, no âmbito do Fórum Econômico Mundial, e que inspiram as políticas adotadas pela grande Trindade da globalização: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. É neste contexto geoeconômico que se produziu – no próprio coração da estrutura industrial – uma metamorfose decisiva do lado da comunicação de massa. (Ibid)

Esta estrutura de propriedade jornalística interfere nos valores de noticiabilidade, pois leva os veículos a considerarem ‘notícia relevante’ fatos ligados aos interesses destas outras áreas de atuação do conglomerado ao qual estão ligados. “Os grandes meios de comunicação privilegiam seus interesses particulares em detrimento do interesse geral e confundem sua própria liberdade com a liberdade de empresa, considerada a principal de todas as liberdades”. (Ibid)

Um dos maiores grupos de mídia do mundo está no Brasil. A Organizações Globo é o maior conglomerado de mídia da América Latina, com empresas de televisão aberta, satélite e TV a cabo, rádio, jornais, internet, revistas, gravadora, cinema e distribuidoras, além de participação societária em outras empresas. Ao todo possui 340 veícu-

los, 35 grupos afiliados (única com grupos afiliados completos com rádio, televisão e jornal) e presença em todos os estados garantida pelas 3.305 retransmissoras de TV. Somente no meio mais tradicional de jornalismo – o jornal - são 33 títulos, lembrando que este é um tipo de veículo que dá “poder de divulgação do meio, que promove o conteúdo da cabeça-de-rede e também aufere credibilidade editorial e empresarial” (HERTZ, GÖRGEN, OSÓRIO, 2002, p.17).

Amaral (2002) coloca bem que

Os meios de comunicação de massas reproduzem a sociedade em que atuam – e que antes ajudaram a moldar – e, por isso, no Brasil, caracterizam-se pela concentração de veículos e pela exclusão de grandes massas. A modernização aqui operada nas últimas décadas é servidora desse modelo concentracionista: nela, as mudanças se fizeram para que não ocorressem mudanças políticas. Quando dizemos que reproduzem a sociedade, não estamos dizendo que atuam passivamente, pois, entre nós, os meios de comunicação de massas são agentes políticos, interferem na ordem política, têm voz ativa no processo eleitoral, tomam partido e são um partido. Servem a manutenção do *status quo*, porque há coerência entre os interesses instalados no Estado e os interesses representados pelos meios. Nesse sentido, eles não são meros reprodutores passivos da sociedade, mas, principalmente, defendem esse modelo de sociedade. (Ibid, p.84)

E se de um lado estão os interesses dos proprietários dos veículos, que utilizam com esperteza o poder que tem em mãos, na outra ponta estão as fontes de reportagens – instituições e empresas que possuem departamentos especializados para garantir a sua presença na imprensa e, principalmente, com uma imagem positiva.

As fontes, hoje sujeitos institucionalizados, se capacitaram para produzir acontecimentos noticiáveis. Aprenderam a gerar conteúdos e a interferir na pauta jornalística. E transformaram o jornalismo em espaço público dos conflitos em que se movimentam, usando-o para agir e interagir no mundo, à luz dos seus interesses, possivelmente legítimos. (CHAPARRO, 2007, p.14)

Muitas destas fontes ocupam cargos públicos e falam em nome do Estado, já que são recorrentes as notícias que exigem a ‘voz’ oficial no seu conteúdo. Os representantes de governos aproveitam esta possibilidade para divulgar suas idéias, que acabam por propagar a ideologia dominante, assim como o fazem as fontes de empresas privadas.

Apesar do alcance do rádio e da televisão ser muito superior ao dos veículos impressos, o jornal ganha importância como formador de opinião. Além disso, esta mídia possui um caráter de proximidade maior com o leitor por estar fisicamente circulando de mãos em mãos na cidade. E, como não poderia ser diferente, também são de propriedade de grandes conglomerados de mídia. Por esta característica, nosso enfoque nesta pesquisa será nos jornais.

Tabela 1 – Lista dos 10 maiores jornais em circulação no Brasil em 2008

Título	Editora	Circulação (exemplares/dia)	Estado
1- Folha de S.Paulo	Empresa Folha da Manhã	311.287	SP
2- Super Notícia	Sempre Editora S/A	303.087	MG
3- Extra	Infoglobo Comunicações SA	287.382	RJ
4- O Globo	Infoglobo Comunicações SA	281.407	RJ
5- O Estado de S.Paulo	S/A O Estado de S.Paulo	245.966	SP
6- Meia Hora	Editora O Dia S/A	231.672	RJ
7- Zero Hora	Zero Hora Editora Jornalística S/A	179.934	RS
8- Diário Gaúcho	Zero Hora Editora Jornalística S/A	166.886	RS
9- Correio do Povo	Empresa Jornalística Caldas Júnior	155.569	RS
10- Lance!	Arete Editorial S/A	113.715	RJ

Fonte: ANJ/Instituto Verificador de Circulação (IVC) – circulação média diária no período de jan a dez .

Na tabela 1 estão os 10 maiores jornais em circulação no Brasil em 2008, onde é possível já perceber sinais da concentração. Quatro deles são de propriedade de filiadas ou diretamente da Rede Globo (O Globo, Extra e as duas publicações do Zero Hora Editora Jornalística S/A, de propriedade do Grupo RBS).

Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ), até 2008 o Brasil tinha 4.103 jornais impressos em circulação, sendo 673 diários. Como nosso interesse aqui é a relação com o espaço urbano, a primeira questão que surge é o público para o qual estariam direcionados todos estes veículos. Apesar dos jornais populares, direcionados as classes de menor renda, estarem crescendo rapidamente no país em meados dos anos 2000; os impressos tradicionais (como Folha de São Paulo e Zero Hora) são voltados para as classes de maior poder aquisitivo. Esses leitores habitam justamente a cidade legal, as áreas segregadas e ricas do espaço urbano.

Tabela 2 – Total de jornais em circulação no Brasil.

Periodicidade	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Diário	500	508	523	529	532	535	532	555	673
TOTAL	2045	2324	2684	2993	3004	3098	3076	3079	3439

Fonte: ANJ, ABRE, ADJORI, ADI/Brasil, Anuário da Mídia/ JOVE

Portanto, as relações entre poder e imprensa irão repercutir também no espaço urbano. Os jornais precisam da publicidade para garantir seu lucro, o Estado quer divulgar seus projetos urbanísticos e uma imagem positiva da cidade como parte da estratégia do marketing urbano, a classe dominante quer manter o controle da construção e consumo do espaço intra-urbano. Assim, por que não priorizar a cidade habitada pela classe dominante no noticiário e garantir as boas relações com o Estado e os leitores? O Estado, por sua vez, investe fartas fatias publicitárias que, além de divulgar sua imagem de forma positiva, ganha a simpatia (e boas relações políticas) com os proprietários dos veículos. Finalmente, a classe dominante vê-se beneficiada pela manutenção da ideologia de que a parte da cidade que lhe interessa é ‘a cidade’, já que esta acaba estando com mais frequência nos jornais. Desta forma, Estado e classe dominante mantêm o círculo de concentração de investimentos e valorização imobiliária dos bairros segregados.

Mais a frente, nos capítulos 3 e 4, serão apresentados os resultados desta pesquisa que investigou justamente se a cidade legal, habitada pela classe dominante, é a que mais aparece nos jornais.

No próximo capítulo, as idéias até aqui discutidas serão contextualizadas para a realidade urbana da área conurbada de Florianópolis, apresentando a singularidade ambiental da capital catarinense em relação a outras capitais e a questão da mobilidade urbana local. Tanto o conflito constante entre espaço construído e ambiente natural quanto a mobilidade urbana são duas questões centrais para o desenvolvimento da área, que tiveram fortes repercussões com o intenso processo migratório ocorrido a partir dos anos 90.

2. AS DESIGUALDADES ESPACIAIS, O MEIO AMBIENTE, A MOBILIDADE URBANA E A IMPRENSA NA ÁREA CONURBADA DE FLORIANÓPOLIS

Os moradores do Olimpo e a nova aristocracia burguesa (quem o (sic) ignora?) não habitam mais. Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país de dentro de um iate, estão em toda parte e em parte alguma. Daí provém a causa da fascinação que exercem sobre as pessoas mergulhadas no quotidiano; elas transcendem a quotidianidade; possuem a natureza e deixam os esbirros fabricar a cultura.
(LEFEBVRE, 1991, p.117)

“O lugar para estar: Florianópolis, Brasil”, anunciava o jornal norte-americano *The New York Times* em janeiro de 2009⁹ em uma reportagem que concedia a capital catarinense o título de destino de festas do ano, desbancando lugares como Ibiza ou Miami. Logo abaixo do título vinha uma imagem que ajudava a seduzir e criar um ideário de paraíso, sem conflitos urbanos, sociais e ambientais: jovens felizes, de roupa de banho, dançando a beira da piscina. Onde foi tirada a fotografia? Em uma das danceterias existentes as margens do mar no loteamento Jurerê Internacional, no norte da ilha.

A ‘mais chique e badalada’ praia do Brasil, ou a Beverly Hills do país, apresentava o Fantástico¹⁰ no quadro ‘Repórter por um dia’ no início deste ano¹¹. “É o paraíso dos ricos, meu camarada”, anunciava no programa o sambista carioca Dicró em uma lancha no mar de Jurerê Internacional, cercado por duas mulheres jovens, bonitas e bronzeadas.

⁹ SHERWOOD, SETH. The Place to Be: Florianópolis, Brazil. *New York Times*. 11/jan/2009 Disponível em: <http://travel.nytimes.com/2009/01/11/travel/11party.html?scp=1&sq=Florian%F3polis&st=nyt> Acesso em: 16/fev/2009.

¹⁰ Programa dominical misto de jornalismo e entretenimento exibido pela Rede Globo desde 1973.

¹¹ Quadro na qual um artista ou celebridade faz uma reportagem no estilo de entretenimento. O quadro citado foi exibido no dia 17 de janeiro de 2010 e pode ser assistido no link <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1451459-15605,00.html> . Acessado em 04.03.2010.

Estes são dois exemplos de como Florianópolis foi muitas vezes divulgada nos anos 90 e na primeira década dos anos 2000, com os bairros bem estruturados e habitados pelas camadas de maior renda se tornando sinônimo da ‘boa qualidade de vida’ que a cidade estaria oferecendo a seus habitantes. Contudo, Florianópolis não é só formada por ‘Jurerês’. Na verdade, a ‘praia dos ricos e famosos’ é apenas um lado de uma estratégia de desenvolvimento urbano de concentração de investimentos com benefícios selecionados para poucos. O outro, que apesar de fisicamente estar muito próximo, se mantém ideologicamente a quilômetros de distância desta realidade exibida nas duas reportagens.



Figura 2 Localização da área conurbada de Florianópolis em Santa Catarina e no Brasil. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

A ilha representa 97,22% do território total de Florianópolis, que possui 436,5 km², e os outros 2,78% estão no continente - 12,1 km². (Figura 2) O centro da cidade está localizado na parte insular, próximo

ao continente e onde estão as duas pontes. Às margens da via de contorno norte, chamada de Beira-Mar Norte, 30% da população vivia com 20 salários mínimos em 2000 (IBGE, 2000). A menos de um quilômetro dali, no Maciço Central do Morro da Cruz, está a maior concentração de favelas do município, onde 61% dos moradores viviam com até três salários mínimos no mesmo ano. (SUGAI, 2002). (Figura 4) O processo histórico que levou a esta configuração sócio-espacial, caracterizada pela desigualdade, nem sempre é perceptível, além de ter sido favorecido pela organização territorial local de urbanização em uma região dividida em ilha e continente. Dado isso, esta dinâmica histórico-espacial poderia ser chamada de “segregação silenciosa”. (SUGAI, 2002)

Esta segregação sócio-espacial, produzida ao longo do processo histórico de ocupação urbana de Florianópolis, é identificada em dois movimentos. A cidade foi formada pelos loteamentos legais, mesmo que ilegítimos, nas planícies centrais e litorâneas, nos manguezais e encostas acima da cota determinada pela legislação urbanística; e também por intervenções que desrespeitavam os planos, com a consolidação até da ocupação de áreas públicas pela população mais rica. (PIMENTA, 2005).

Que prefeitura, pretendendo se eleger, incomodaria essa parcela da população? As posturas eleitorais são sempre prioritárias, favorecidas, ainda, pelo controle mediático da opinião nacional. Transformam-se, assim, rapidamente, procedimentos ilícitos em processos legais, porque consolidados. (Ibid, p.45)

Diferentemente do que ocorre com os moradores do loteamento Jurerê Internacional, favorecidos por uma boa infra-estrutura e serviços urbanos, nas comunidades pobres do Maciço Central os habitantes vivem sem sistema de saneamento, em casas precárias, sem a infra-estrutura e os serviços adequados e, muitas vezes, convivendo com a violência gerada pelo tráfico de drogas. E não são os únicos. Segundo dados do Relatório Infosolo (SUGAI & PERES, 2007)¹², cerca de 10% da população da área conurbada de Florianópolis vive abaixo da linha de pobreza, com 64,2% destes habitando em bairros da parte continental.

¹² A rede de pesquisa INFOSOLO, coordenada por Pedro Abramo (IPPUR/UFRJ), pesquisou o mercado imobiliário informal e o acesso dos pobres ao solo urbano em 8 regiões metropolitanas brasileiras e também em Florianópolis em 2005, sob a coordenação de Maria Inês Sugai (ARQ/UFSC).

Contudo, entre as 83 favelas da área conurbada registradas na década de 90, 55 localizavam-se em Florianópolis, com os extremos mais baixos de renda se concentrando nas encostas do Morro da Cruz. (SUGAI, 2002). Segundo Sugai (ibid), entre 1992 e 2001, teria havido um incremento de 56% no total de pessoas habitando favelas.

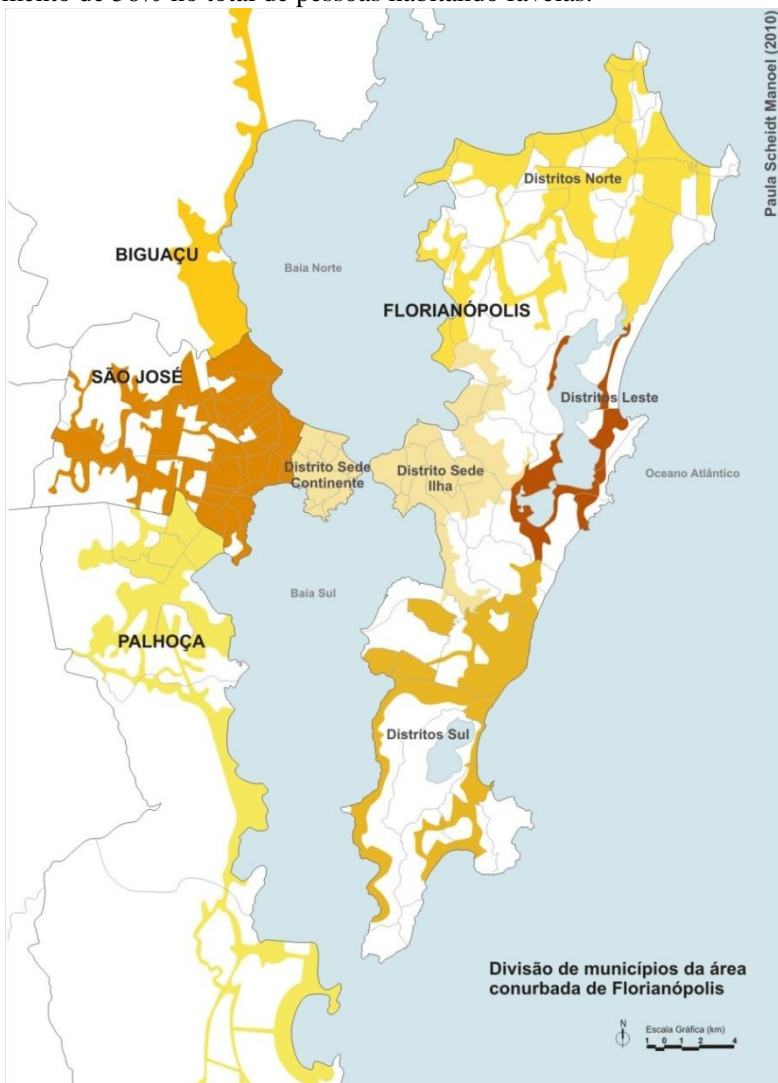


Figura 3 Divisão de municípios da Área conurbada de Florianópolis. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 4 Centro de Florianópolis com as duas áreas com extremos de renda. Autor: Paula Scheidt Manoel com imagem do Google Earth (2010)

Levantamentos feitos em 2004 pelo grupo Infosolo (SUGAI & PERES, 2007) constataram a presença de mais de 13.100 moradias em 61 assentamentos precários em Florianópolis. Nos outros municípios da área conurbada, o número chega a 110, com São José contando com 66 processos de ocupação irregular, Palhoça, 27 e Biguaçu, 16. A estimativa é que nestes 171 assentamentos viviam 111.144 pessoas até 2004¹³, representando 15% da população da Área Conurbada de Florianópolis. (Ibid, p.26). Na Figura 5 é possível perceber esta maior concentração dos extremos de menor renda na área continental.

A década de 90, portanto, marca o terceiro momento de expansão e de formação de novos assentamentos pela população pobre. Consta-se, além do adensamento de áreas de ocupação mais antigas, como as do Maciço Central do Morro da Cruz e os localizados no continente, também o aumento significativo do número de áreas de assentamentos precários nas periferias, tanto na Ilha - Tapera da Base, Saco Grande, Vila do Arvoredo, travessão do Rio Vermelho, etc. -, como no continente –

¹³ Considerando a previsão populacional estimada pelo IBGE para o ano de 2003.

Frei Damião, McLaren, Pedregal, Vendaval, Praia do Tamanco, entre tantos outros. (Ibid, p.22)

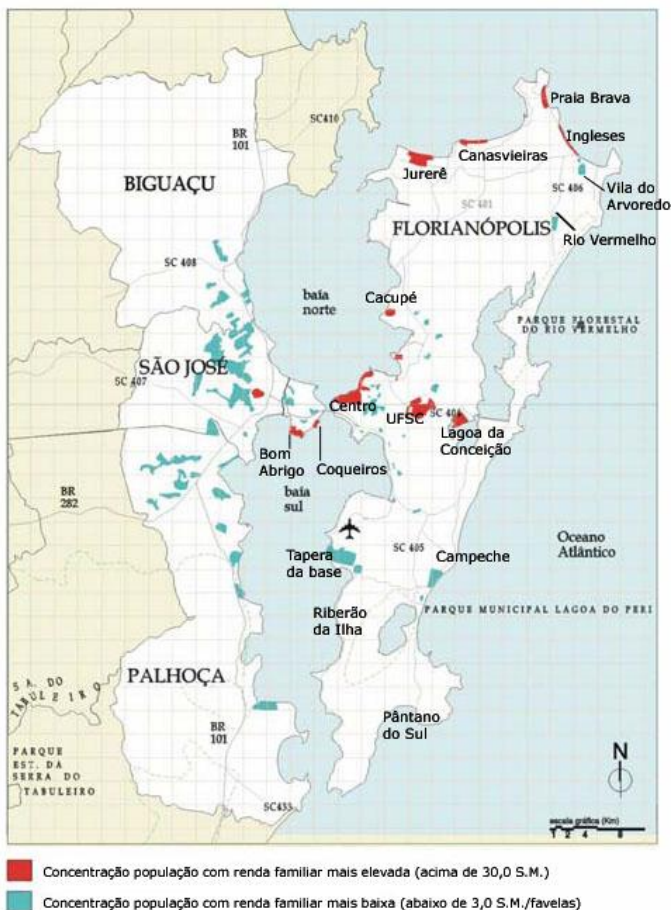


Figura 5 Localização da população por extremos de renda. Fonte: SUGAI, 2002

Como destaca Maricato (2000, p.140), “parte de nossas cidades podem ser classificadas como não cidades: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (...)”.

Porém sem esta parte da cidade, não é possível construir a outra que mais comumente aparece na imprensa representando a cidade como

um todo. E, em Florianópolis este processo de segregação espacial teve início no final do século XIX, consolidando-se durante o século XX a partir de investimentos públicos e planejamentos urbanos que levavam em conta decisões políticas de interesse de uma minoria dominante.

Até a segunda metade do século 19, a ocupação urbana em Florianópolis ocorreu principalmente na península central, onde se situa o chamado centro histórico da cidade, no entorno da atual Praça XV de novembro. Ali estava a principal fonte de água doce, além de ser uma área mais adequada para atividades portuárias (CABRAL apud SUGAI, 1994, p.13). Os primeiros sinais de separação espacial das áreas residenciais da população mais rica e da mais pobre aparecem no final do século 19. (SUGAI, 1994) A expansão da malha urbana e das áreas residenciais da população mais rica se dava em direção à zona das chácaras, aos bairros da Praia de Fora¹⁴ e do Mato Grosso¹⁵ devido aos antigos caminhos já existentes para o norte da península – em direção aos antigos fortes –, mas também por questões sanitárias, pela facilidade de acesso aos pontos d'água, a vista privilegiada das baías e da posição dos ventos.

Essas residências, (*sic*) não se diferenciavam muito das demais construções da área mais central da cidade, visto que muitas delas conservavam características que em nada contribuíam com a higiene, como a existência de alcovas e a ausência de instalações sanitárias, a vantagem porém, é que eram mais “amplas, arejadas, ensolaradas e alegres” e se localizavam em locais arborizados e mais agradáveis para se morar. Essas chácaras eram o recurso sanitário existente para aqueles que sofriam com a falta de higiene e podiam se dar ao luxo de conviver em um lugar mais salubre. (MÜLLER, 2002, p.73)

A proteção às epidemias era considerada melhor nesta região por situarem-se em cotas mais altas em relação ao nível do mar, onde até hoje se localizam as habitações da classe alta no centro de Florianópolis. Varzea (1984) enfatiza a diferença do bairro com relação ao resto da cidade em uma descrição de 1900:

¹⁴ Atualmente chamada Beiramar Norte (Av. Rubens de Arruda Ramos).

¹⁵ Próximo à rua Victor Konder, área ao redor da praça Getúlio Vargas.

Um dos mais belos arrabaldes de Florianópolis, senão o mais belo, é a Praia de Fora, porque representa para os catarinenses o que é o Botafogo para a Capital Federal: o bairro de *linha*, o bairro *chic*, o bairro aristocrático. [...] Distingue-se tanto a Praia de Fora dos demais pontos da cidade, que até a vida catarinense dir-se-ia ter aí outro aspecto, outras tintas, um todo à parte, mais culto, mais artístico, mais civilizado. (Ibid, p.37)

Este também é o momento de expansão do trabalho livre no país. E, aos recém libertos escravos, não restou outra opção senão morar nas áreas rejeitadas pela classe dominante e que possuíam as condições mais insalubres, como as bases do morro da cruz e o caminho para o cemitério (localizado na cabeceira da ponte), também uma área de prostituição.

Além do núcleo central de povoamento da ilha, os descendentes de açorianos formavam freguesias e arraiais no interior, que se mantinha totalmente rural. Varzea (1984) identificou 28 pequenos núcleos no final do século 19, a maioria se consolidando como atuais bairros da cidade: Saco dos Limões, Pantanal, Córrego Grande, Pregibaé, Rio Tavares, Ribeirão, Caiacanga-açu, Pântano, Lagoinha, Naufragados, Lagoa, Aranhas, Ingleses, Rio Vermelho, Rapa, Ponta das Canas, Cacheira, Capivaras, Várzea Grande, Várzea Pequena, Canasvieiras, Ponta Grossa, Ratonas, Santo Antônio, Sambaqui, Cacupé, Itacorubi e Trás do morro.

Em 1926, foi construída a primeira ponte da cidade, trazendo repercussões para a dinâmica espacial. O argumento utilizado para este alto investimento estadual na época foi a tentativa de resolver dois problemas: acabar com as reivindicações de mudança da capital para o interior devido ao isolamento e promover o desenvolvimento econômico da cidade, que estaria com dificuldades por não ter uma ligação rodoviária com o continente. Contudo, justamente nas primeiras décadas do século 20, a elite local aumenta os investimentos em compras de terrenos no continente. “A ponte, portanto, foi uma intervenção do governo estadual que, coincidência ou não, atendeu aos interesses dos setores fundiários do Estreito e imobiliários de Florianópolis” (SUGAI, 1994, p.48).

Em 1944, o distrito do Estreito, no continente, é desmembrado do município de São José e passa a integrar Florianópolis. Segundo Sugai (Ibid), esta anexação envolvia interesses econômicos de grupos de alta renda que já haviam comprado terras e investido no continente, como uma das famílias mais tradicionais da cidade, os Ramos, que possuíam

negócios lá, como depósitos e exportações de madeira. A área, contudo, passa a ser ocupada por populações de menor renda. Segundo Peluso Jr. (1991, p.319), a abertura da Avenida Mauro Ramos, no centro aos pés do Morro da Cruz, extinguiu ruelas e becos, expulsando a população mais pobre que ali habitava para o Estreito ou para o morro. Além disso, migrantes de outros municípios que desejavam ficar próximo à capital também foram se estabelecendo nesta área.

Enquanto a população que dá vida à economia urbana ocupa as melhores áreas da cidade, a que integra o 'circuito inferior' vai mudando de lugar. Deixou o morro em que se exibia na década de quarenta, e foi encontrado, em 1970, na parte sul do maciço montanhoso e na área continental a oeste da cidade. Em 1981, afastou-se para mais longe, e em parte ficou apertada entre loteamentos nos sítios mais desfavoráveis. (PELUSO JR. 1991, p.343)

Durante as décadas de 40 a 60, a população de maior renda ainda mostrou interesse por algumas partes do continente, como os bairros de Coqueiros e Balneário, onde mantinham casas de veraneio. Porém com o processo de migração rural-urbana ocorrido nas décadas de 60 e 70 levou a expansão dos habitantes de mais baixa renda nesta parte da cidade. (SUGAI, 1994, 53). Com o início das obras da BR-282, começaram a surgir assentamentos de camadas mais pobres em áreas ainda rurais entre os municípios de Florianópolis e São José, às margens da rodovia.

Este também foi um período de 'indecisão' da classe dominante sobre a direção que deveriam tomar com relação à expansão dos investimentos imobiliários, o qual é superado na década de 50. Neste momento, o Norte da ilha passa a ser o novo foco de interesse. (Ibid, p.60)

Começaram-se a estabelecer as áreas de interesse ou as áreas urbanas privilegiadas e prioritárias para receberem benfeitorias, em especial, investimentos em acessibilidade. Solidificaram-se os antigos interesses de investimentos no norte da península e, principalmente, a intensificaram-se as atenções do setor imobiliário para um grande filão quase inexplorado – as praias do norte da Ilha e o

desenvolvimento do turismo, em especial na região de Canasvieiras. (Ibid, p.61)



Figura 6 Distrito Centro-Ilha de Florianópolis. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)



Figura 7 Área continental de Florianópolis. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)

Além de possuir águas calmas para banho, hábito introduzido no início do século XX, praticamente toda área que integra os bairros de Canasvieiras, Ponta das Canas, Jurerê e parte dos Ingleses nos anos 2000 foram terras comunais no passado, uma prática trazida pelos açorianos. (Ibid, 36) Segundo Campos (1991,p.105), “a ilha de Santa Catarina foi talvez a área do estado onde as terras de uso comum ocorreram com mais frequência”. Tais áreas acabaram sendo apropriadas por políticos, empresários, comerciantes, altos escalões do poder público que as transformaram em grandes fazendas (sem moradores e com pouca produção) ou loteamentos para grandes empreendimentos imobiliários no setor turístico. (Ibid, p.125)

Na década de 60, o Brasil passava por um processo de industrialização e de concentração de renda que empobrecia a população rural, levando a um processo migratório. E, após o golpe de 1964, o modelo de desenvolvimento dos militares foi de rápida urbanização, trazendo problemas de favelização, trânsito, saneamento e desemprego, entre outros. Choinacki (2003) afirma que neste mesmo período houve um ‘aumento inacreditável da concentração de renda em Santa Catarina, patrocinado pelo governo do Estado com apoio dos militares’.

O professor Ido Michels¹⁶ analisa como o crescimento de empresas – com subsídios e financiamentos baratos e a superexploração dos trabalhadores – esteve intimamente ligado às relações com o poder. “Em 1965, de todos os recursos investidos, 78% foram aplicados no meio (energia, rodovias e arquitetura urbana) e em expansão econômica (armazenagem, fomento agropecuário, abastecimento, participação em empreendimentos pioneiros e no Banco do Estado). Os outros 22% foram destinados à cultura, justiça e segurança pública, saúde e assistência, serviços de água e esgoto”. (Choinacki, 2003, p.212)

Nas décadas seguintes, em Florianópolis, aumentam os interesses turísticos e imobiliários das camadas de maior renda pelos balneários do Norte da Ilha, ajudando a “direcionar os investimentos públicos na década de 70, em especial os grandes investimentos viários.” (SUGAI, 2002, p.81). Esses repercutiram “na distribuição sócio-espacial, na dinâmica imobiliária” e contribuíram para “consolidar o eixo viário de

¹⁶ ‘Críticas ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento’. 1988

interligação dos bairros residenciais das elites no contexto da área conurbada”. (Ibid, p.108)

Nos anos 80 e 90, balneários como Canasvieiras, Ponta das Canas, Brava, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses e Jurerê passam a ser importantes áreas de casas de veraneio das elites na Ilha em um processo de ocupação que muitas vezes desrespeitava as áreas de preservação ambiental.

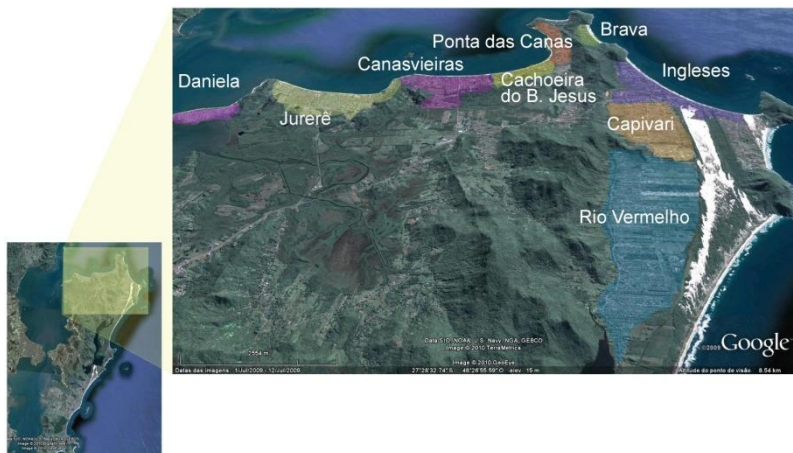


Figura 8 Alguns bairros do Norte da Ilha. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)

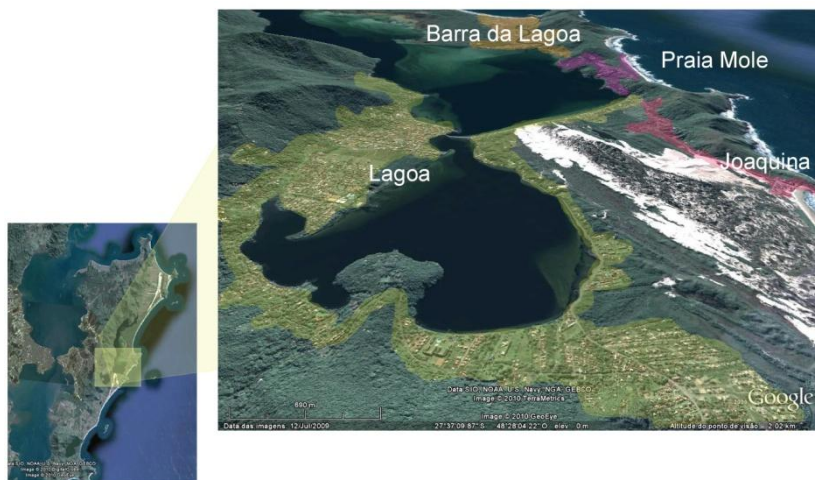


Figura 9 Bairros do Leste da Ilha. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)

Processo similar ocorre com o Leste da Ilha, em especial no entorno da Lagoa da Conceição. Com a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina (1960), e a inauguração da sede da Eletrosul (1978) nas proximidades e melhorias no acesso viário para a região leste, a comunidade tradicional açoriana da Lagoa da Conceição, com atividades baseadas na pesca e renda, passa a dividir espaço com as camadas de maior renda, que ocupam o espaço através, principalmente, de condomínios residenciais. O impacto ambiental também foi intenso nesta região, entre os quais a ocupação em áreas de preservação e a poluição da Lagoa.

De modo inverso, o Sul da Ilha, caracterizado pela forte presença da cultura açoriana, não atrai a atenção da elite e do setor turístico, sendo chamado até os anos 80 de interior da Ilha. Boppré (2003) explica que, após este período, o preço relativamente baixo dos imóveis leva ao crescimento populacional, com bairros como o Campeche, a Fazenda do Rio Tavares, Morro das Pedras, Areias do Campeche, Armação do Pântano do Sul, Ribeirão da Ilha e Tapera se transformando em áreas populares e densas. A ocupação espacial deu-se também, em boa medida, à revelia do controle do poder público municipal. Os lotes foram traçados via poder da propriedade da terra. (BOPPRÉ, 2003, p. 40)

Se o norte se ocupou do glamour, outros locais se ocuparam de oferecer terras a custos menos proibitivos. Ocupações marginais pontuam a ilha, em especial aquelas que se apropriam das preexistências do parcelamento rural reproduzindo, loteamentos irregulares, onde a chamada servidão é a peça urbana pública de maior significância. A pouca ação de planejamento e controle facilitou o parcelamento ocorrido à margem da municipalidade. O desmembramento dos lotes rurais finos e alongados, organizados a partir de uma servidão é um dos modelos mais recorrentes em toda a Ilha. Caracterizadas por este processo de crescimento destacam-se as Planícies do Campeche e do Rio Vermelho. (MITTMANN, 2008, p.39)

Na década de 70, Florianópolis passa a constituir conurbação com os municípios vizinhos (PELUSO JR. 1991, p.320) de São José, Palhoça e Biguaçu. “Essa conurbação resultou da pressão do aumento da população sobre seu plano urbano, resultando daí um plano próprio dessa unidade maior”. (Ibid)

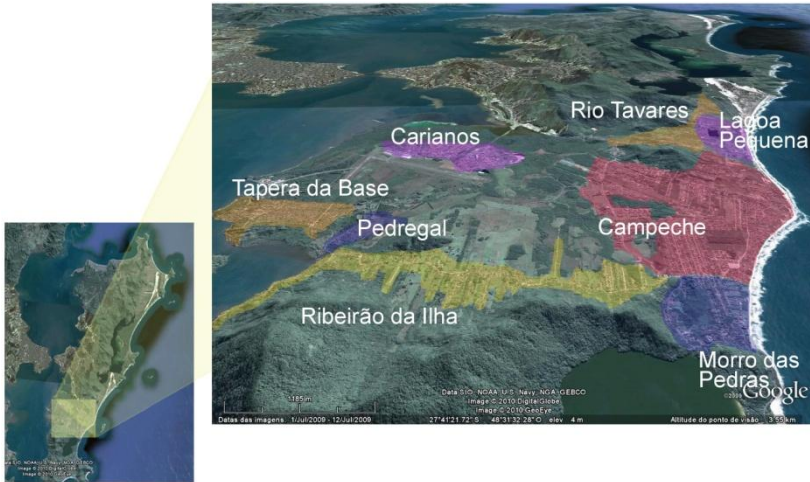


Figura 10 Bairros do Sul da Ilha, região da bacia do Campeche. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)



Figura 11 Bairros do extremo Sul da Ilha. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)

O aumento populacional de São José (6,38%) foi o dobro de Florianópolis (3,13%) já na década de 60, subindo ainda mais na década de

70, quando o município de Palhoça também teve o dobro de crescimento da capital (6,30%). (Tabelas 3 e 4)

Um sistema viário fortemente conectado entre estes quatro municípios é um importante fator que mostra esta condição de conurbação. Exemplos desta conexão são uma via em direção ao Norte a partir das duas pontes, a qual atravessa o bairro do Estreito e Barreiros (em São José), chegando à cidade de Biguaçu, e, ainda no Estreito, outra via conecta Florianópolis ao bairro do Kobrasol (São José), o qual também é cortado pela BR101, que faz a ligação com Palhoça em direção ao Sul.

Tabela 3 População da área conurbada de Florianópolis de 1949-2005

MUNICÍPIO	1949	1959	1970	1980	1991	2000	2005
FLORIANÓPOLIS	67.630	98.520	138.337	187.871	254.941	342.315	396.778
SÃO JOSÉ	14.562	21.537	42.535	87.817	139.318	173.559	196.902
BIGUAÇU	12.265	13.751	15.337	21.434	34.027	48.077	56.857
PALHOÇA	11.716	14.266	20.652	38.031	68.298	102.742	124.239

FONTES DE DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos de 1950, 1960, 1991, 2000 ; FIBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980 / Elaboração: Maria Inês Sugai

Tabela 4 Taxa de Crescimento Anual dos municípios da Área Conurbada de Florianópolis

MUNICÍPIO	1959-70	1970-80	1980- 91	1991-2000	2000- 05
FLORIANÓPOLIS	3,13	3,11	2,81	3,33	3,00
SÃO JOSÉ	6,38	7,52	4,28	2,47	2,56
BIGUAÇU	1,00	3,40	4,29	3,92	3,41
PALHOÇA	3,42	6,30	5,47	4,64	3,87

FONTES DE DADOS BRUTOS: IBGE - Censos Demográficos de 1950, 1960, 1991, 2000; FIBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980/ Elaboração: Maria Inês Sugai



Figura 12 Município de São José com bairros que fazem divisa com Florianópolis e o centro em destaque. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)

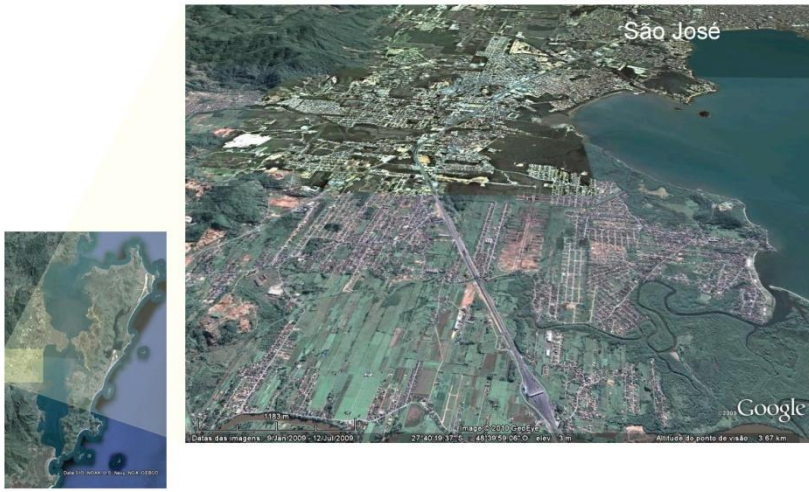


Figura 13 Região central do município de Palhoça. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)

Outro ponto que fortalece a relação entre estes municípios é que, na década de 60, Florianópolis se firma como uma cidade de serviços, com a maior parte das indústrias existentes se transferindo para o conti-

nente na década de 70, principalmente a margem da BR101. “Florianópolis, mercê do aumento de sua população, deixou de ser cidade individual, podendo, presentemente, ser compreendida, apenas, pela conurbação de que faz parte com São José, Palhoça e Biguaçu”. (PELUSO JR. 1991, p. 345)

Além disso, Florianópolis e, em especial a Ilha, dependem de recursos dos municípios vizinhos como, a água doce (que vem da captação dos rios de Pilões e Cubatão, em Santo Amaro da Imperatriz), a energia elétrica e mesmo os trabalhadores que se deslocam diariamente para a capital.

As próprias externalidades geradas pela cidade-capital impactam sobre toda a região, condicionando o meio ambiente, os fluxos energéticos e a vida sócio-econômica da região conurbada, bastando recordar sua estação de tratamento de esgoto continental, localizada no município de São José, ou o seu lixo, depositado no município de Biguaçu. (CECA, 1996, p.113)

E a história dos municípios da área conurbada (São José, Palhoça e Biguaçu) a partir dos anos 70, assim como dos bairros de Florianópolis do continente, é marcada pela concentração de populações de baixa renda e pela carência de investimentos públicos. Na década de 70, “ao mesmo tempo em que se consolidavam espacialmente as dualidades – ilha-continente, rico-pobre, presença-ausência do Estado -, desenvolvia-se um intenso trabalho ideológico de legitimação daquelas ações diferenciais do Estado privilegiando a Ilha, (...)”. (SUGAI, 2002, p.93)

No final da década de 80, têm impulso a ideologia que difunde a “vocalização turística” de Florianópolis, quando os empresários do setor, vendo o “aquecimento” do mercado industrial e comercial promovido pelo turismo” (JANUÁRIO, 1997, 64), passam a se organizar coletivamente em associações para defender seus interesses.

“O turismo aparece como o grande caminho de desenvolvimento socioeconômico do município, tanto na visão dos empresários (veja-se o volume de propriedades e investimentos turísticos no município, principalmente na última década) quanto na visão de políticos (observe-se o intenso debate apresentando nas últimas campanhas para eleição

de prefeito municipal em torno do turismo).”
(JANUÁRIO, 1997, 64)

A força política em defesa do setor turístico aumenta em 1989, com a criação da Fundação Pró-Turismo de Florianópolis (PROTUR) que passa a representar um conjunto amplo de empresários a nível local e/ou regional com o objetivo de promover o desenvolvimento turístico da cidade (JANUÁRIO, 1997). A instituição se torna uma cúpula de poder, pois além de reunir os principais empresários do setor, tem entre os fundadores empresas de comunicação e agências do setor público.

“Florianópolis um pólo turístico internacional” é o slogan de promoção da cidade usado pela PROTUR, que também traz a campanha de mídia “Florianópolis vale a pena” para atrair os olhares de todo o país e dos vizinhos. Segundo Januário (1997), as empresas de comunicação forneciam espaço nos jornais, nas TVs e rádios para a PROTUR como forma de pagamento da cota para participar do Conselho Curador. Assim, a apologia a vocação turística vai parar também na boca da população, que passa a ver com bons olhos as reivindicações do setor sem perceber o que isto poderia significar em termos de investimentos públicos para a cidade como um todo.

Nos anos 90, a difusão do ideário da cidade como referência nacional em qualidade de vida atrai ainda mais migrantes, muitos agora vindo de grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, a procura de uma vida mais saudável e tranqüila. Este processo continua até a primeira década dos anos 2000, com novas áreas de concentração de moradia de camadas de maior renda em Jurerê Internacional e em bairros até então fora do interesse da elite, como Cacupé. Levantamentos realizados por Sugai (2002), com base em dados do Censo Geral de 2000, mostram que, entre todas as capitais brasileiras, Florianópolis foi a que obteve o maior rendimento médio de chefes de domicílio (10,7 salários mínimos¹⁷), assim como o mais elevado rendimento mediano (5,6 sm).

Atraídos pela possibilidade de emprego que esta cidade com ‘alta qualidade de vida’ parece oferecer, também vêm populações de baixa renda, porém que acabam se concentrando nos municípios da área co-nurbada e na área continental de Florianópolis devido ao alto custo do solo urbano na Ilha.

¹⁷ Todos os valores de salários mínimos utilizados na pesquisa foram retirados do Censo 2000, do IBGE, quando o valor base era de R\$ 151,00.

Os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu apresentavam, no final da década de 90, respectivamente, 19,4% 26,4% e 29% de seus chefes de família recebendo até 2 salários mínimos (IBGE, 2000). E é na área continental, aí incluído o território de Florianópolis situado no continente, que residem 67,8% dos chefes que recebem até 2 salários mínimos. Essa população tem sido atraída para a área conurbada também em busca de empregos na construção civil, resultante dos grandes empreendimentos concentrados na parte insular de Florianópolis e que começam a se desenvolver na capital desde meados da década de 90. (SUGAI & PERES, 2007, p.22)

Dentre as conseqüências do aumento populacional, destacam-se a forte densificação (densidade demográfica de 784,22 habitantes/km² em Florianópolis e 2.233,55 hab/km²¹⁸ no distrito Sede-Ilha); incremento da atividade turística (o número de turistas passou de 302.657 em 1990 para 780.583 em 2007¹⁹), aumento do tráfego nas vias e ocupação urbana em áreas inapropriadas, devido principalmente a baixa disponibilidade de solo adequado frente à demanda. Florianópolis contava com 396.723 moradores em 2007²⁰.

Além disso, desde o início da década de 90 - concomitante à elevação do rendimento médio da população de Florianópolis, do aumento populacional e migratório e também das desigualdades sociais no contexto conurbado -, tornou-se mais evidente: o surgimento de novos assentamentos irregulares e precários mais distantes das áreas centrais, tanto ao longo da Ilha como no continente; a remoção pelo poder público de alguns desses assentamentos; o processo de adensamento das favelas existentes; e a consolidação do fenômeno da segregação sócio-espacial no contexto conurbado. (SUGAI & PERES, 2007, p.21)

¹⁸ IBGE, Censo 2000

¹⁹ Santur

²⁰ IBGE. Contagem da População 2007.

Paralelo a este processo de crescimento da população urbana da área conurbada de Florianópolis, a partir de meados da primeira década dos anos 2000, se intensifica na cidade as discussões em torno de um novo plano diretor. Isto porque a constituição federal exige que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes tenham um plano diretor e, em 2001, o Estatuto da Cidade, entrou em vigor para regulamentar estes artigos e outras questões, trazendo como uma das suas diretrizes gerais a gestão democrática. Foi para tentar cumprir esta exigência e justamente no ano em que concorria a reeleição (2006), que o então prefeito Dário Berger deu início às discussões do Plano Diretor Participativo, criando grupos gestores nos distritos e um gestor municipal. Florianópolis possui um plano para o distrito sede, de 1997, e um para os balneários, de 1985. De 2006 até 2009, as comunidades se mobilizaram, trabalhando de forma voluntária para levar à prefeitura uma proposta do que desejavam para o futuro dos seus bairros. Porém, depois de entregarem suas propostas à prefeitura, em 2009, as comunidades foram totalmente excluídas do processo.

Em 2010, foi divulgado a proposta de anteprojeto de lei para o Plano Diretor, feito por uma consultoria privada, sem contemplar o trabalho realizado pelas comunidades e indo à revelia do que propunham, ou seja, prevendo um grande adensamento populacional. O resultado foi a indignação generalizada daqueles envolvidos direta ou indiretamente no processo de construção do plano diretor, levando a população a uma forte reação na audiência pública do dia 18 de março de 2010, que impediu a apresentação do anteprojeto. Este foi só o marco do início de uma série de mobilizações que ocorreriam nos dias seguintes: Passeata na Lagoa da Conceição em 20 de março²¹, protesto em frente à Assembléia Legislativa no aniversário de Florianópolis (23 de março) e outros.

Muito antes deste processo, já em 1996, o CECA alertava as constantes liberação de gabaritos de quatro pavimentos pela Câmara de Vereadores, prevendo que isto levaria a uma população de 580 habitantes por hectare, ou 9 milhões e 700 mil pessoas só nas áreas potencialmente urbanas.

Uma especulação de números que revela o absurdo possível de uma ocupação sem critérios de um espaço limitado como é o da Ilha. São dados para uma ocupação de 37% da Ilha de Santa Catarina.

²¹ Um documentário que retrata o manifesto pode ser assistido em http://www.youtube.com/watch?v=4Y0zj9peMJI&feature=player_embedded# (Acesso em 24.03.2010)

Não discutindo os impactos sobre o meio ambiente, a capacidade de suporte desse espaço natural ou sequer as externalidades desse crescimento: para onde iria o lixo e o esgoto desses milhões de habitantes, por onde circulariam seus carros? (CECA, 1996, p.119)

Estas questões em torno do plano diretor são mais um sinal de como a classe dominante, com o apoio do Estado, deve seguir atuando nos próximos anos para manter este processo histórico de segregação espacial em Florianópolis, descrito nesta primeira parte do Capítulo 2. Não é difícil prever que o Plano Diretor da cidade possa se transformar em mais uma ferramenta a ser usada na legitimação dos interesses da minoria dominante, com pouca preocupação com os limites ambientais ou outras questões colocadas pelo CECA acima.

Afinal, não podemos esquecer que, como já ocorre em outras cidades brasileiras,

[...] os debates públicos, em grande parte, vem sendo usados pela minoria dominante – especialmente pelos setores econômicos – para ocultar as outras formas de pressão sobre os tomadores de decisões políticas. Vêm sendo usados para dar a aparência de democrática a decisões tomadas sob um jogo totalmente desequilibrado de pressões. A ‘Participação Popular’ conferiria um toque de democracia, igualdade e justiça às decisões políticas. Ela passou a ser divulgada como uma espécie de vacina contra a arbitrariedade, a prepotência e a injustiça. (VILLAÇA, 2005, p. 50)

E visto o uso intenso da ideologia, restam poucas saídas para reverter este processo. Ainda mais considerando a configuração de mídia no estado, marcada pela concentração de veículos sob o controle de um único grupo, que dificultam a formação de um debate mais intenso na esfera pública e que poderia funcionar como uma força contrária a este processo.

A caracterização da imprensa em Santa Catarina será feito mais adiante, no sub-capítulo 2.3. Nos próximos dois sub-capítulos, serão apresentados o histórico de duas questões consideradas centrais para o desenvolvimento urbano da área conurbada de Florianópolis: a mobilidade urbana e o meio ambiente.

2.1 MOBILIDADE URBANA

Neste sub-capítulo será apresentado um histórico sobre a mobilidade urbana na área conurbada de Florianópolis com o intuito de ajudar na compreensão da situação em que se encontra a área no início dos anos 2000, facilitando assim o entendimento das análises que serão apresentadas nos Capítulos 3 e 4.

Começemos lembrando que a mobilidade urbana está diretamente ligada ao valor da terra. Isso porque, ao adquirir uma casa ou apartamento em uma determinada parte da cidade, o proprietário não compra apenas o bem em si, “o adquirente é detentor de uma distância, aquela que interliga sua habitação a lugares, os centros de comércio, de trabalho, de lazer, de cultura, de decisão.” (LEFEBVRE apud VILLAÇA, 2001, p.73)

A acessibilidade dá valor à terra urbana, tanto com relação aos preços quanto atributos.

Isso ocorre, seja na exploração de terras valorizadas pelas ferrovias através das ditas ‘companhias de colonização’ (das quais Londrina e Maringá não são senão alguns pontos portentosos exemplos), seja nas grandes obras urbanas que ou introduzem novas acessibilidades – a avenida Rio Branco, as várias avenidas beiras-mar e os túneis, no Rio; a Nova Paulista, a avenida Luis Carlos Berrini ou a Nova Faria Lima, em São Paulo; a Via de Contorno Norte, em Florianópolis, as já mencionadas renovações dos centros de Porto Alegre e São Paulo na década de 1940, etc. – ou já aproveitaram a acessibilidade já existente, como no caso do desmonte do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro. (VILLAÇA, 2001, p.79).

Para manter o tempo de deslocamento baixo, a classe dominante direciona investimentos do Estado em sistemas viários que priorizam certos modais (como o automóvel) e prejudicam o tempo de deslocamento de outras classes. Desde modo, os melhores espaços urbanos não são necessariamente aqueles entendidos como próximos ao centro, pois muitas vezes a elite se afasta e traz para perto o que necessita. (Ibid, p.329)

A pulverização de novos centros metropolitanos, observada em metrópoles como Salvador e São Paulo, nada mais é do que a manifestação de expedientes das camadas de mais alta renda para trazer mais próximo delas (no que se refere ao tempo) os equipamentos de controle da sociedade, seus empregos e seus serviços e ao mesmo tempo produzir novos centros adaptados a seu meio predominante de locomoção: o automóvel. (Ibid, p.329)



Figura 14 Beira-Mar Norte vista da Baía Norte. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 15 Mapa da área próxima a Avenida Beira-Mar Norte. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)

A Via de Contorno Norte, ou popularmente Beira-mar Norte, em Florianópolis, foi uma obra imprescindível para a classe dominante em função das conexões que promoveu entre as áreas de segregação espacia-

al e aquelas de expansão. (SUGAI, 2002). Ela garantiu a acessibilidade ao centro, encurtando distâncias através da redução do tempo de deslocamento. Assim, ajudou a valorizar todo o seu entorno e também as áreas que passou a conectar (como Santa Mônica, Trindade, Pantanal, etc) Junto com a construção desta Avenida vieram os primeiros edifícios, que a transformariam em uma das imagens símbolos da cidade. (Figura 14 e 15) “A abertura da Av. Beira-Mar Norte ao longo da orla da baía norte, além de garantir a acessibilidade e a conseqüente valorização da península, foi a intervenção viária que procurou diferenciar e definir a marca de modernidade a este setor residencial”. (SUGAI, 1994, p.70)

Até então, as únicas grandes obras viárias da cidade tinham sido a Ponte Hercílio Luz (1926) e a construção da ‘via do Saneamento’ junto com a canalização do principal rio do Centro, depois rebatizada de Avenida Hercílio Luz (1910). A ponte foi o único acesso rodoviário com o continente até 1975, quanto foi a inaugurada a ponte Colombo Machado Sales. Em 1990, Florianópolis ganha sua terceira ponte, a Pedro Ivo Campos.

Nesta primeira metade do século 20, o transporte marítimo ainda tinha um papel importante na ligação da ilha com o continente, o qual praticamente foi abandonado nos dias atuais. Com a ponte e as obras da BR101, o modelo rodoviarista começava a se impor sobre a área conurbada da cidade.

A BR101 modificou o movimento para as cidades vizinhas da Capital. O asfalto foi contínuo até a rodovia, e as próprias cidades foram procuradas por pessoas que tinham suas atividades na ilha. Assim, de 1960 a 1970, a cidade de São José teve incremento médio geográfico de 17,17%; Palhoça, 11,59% e Biguaçu 10,26%. (PELUSO JR., 1991, p.320)

A partir dos anos 50, sob a influência da linha de desenvolvimento adotado pelo governo brasileiro (que segue o modelo norte-americano que prioriza o transporte motorizado individual em vias expressas), os governos estaduais e municipais elaboraram grandes obras e intervenções viárias. A insistência no modelo rodoviário também teve suas origens em políticas nacionais influenciadas pela pressão da indústria automobilística, uma das primeiras a se internacionalizar. A tendência de expansão espacial tinha como principal objetivo, como lembra Schoen-

berger, o acesso a mercados e controles dos mercados e não a redução de custos. “This is true even of much of the investment that went to developing countries during this period. Investments in developing countries such as India, Brazil, Argentina, or Mexico were driven mainly by extremely high protectionist barriers associated with import substitution policies.” (Ibid, 1994, p.55)

A Ford foi a primeira montadora a se instalar no Brasil, em 1919, porém foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), que venceu as eleições com promessas de fazer o país ‘progredir’ 50 anos em 5, que a indústria automobilística teve seu impulso (e as ferrovias foram praticamente abandonadas).

O peso do setor automotivo, além de se fazer sentir fortemente na economia, irradiava-se a vários segmentos da sociedade brasileira dos anos 50. O carro tornava-se objeto de desejo generalizado. Por exemplo, a revista *Seleções do Reader's Digest* de julho de 1951, publicação muito lida na época, divulgava em anúncios ingênuos as virtudes desses sonhos de consumo sobre rodas, então acessíveis a pouquíssimos. (ANFAVEA, 2006, p.98)

Florianópolis acompanha o encanto com os automóveis e começa a investir em grandes obras viárias. O primeiro Plano Diretor da cidade tem sua versão final aprovada em 1955 e traz “intervenções viárias que valorizavam e que criavam acessibilidade à área norte da península, como a Avenida Beira-Mar Norte” (SUGAI, 2002, p.59), citada anteriormente e que seria feita na década de 60.

Na década seguinte (anos 70), o país já estava sob o comando de militares e vivia o chamado “Milagre econômico”, na qual o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescia em média 10% ao ano ao mesmo tempo em que a desigualdade social aumentava de forma exponencial. Em Florianópolis, foram construídas nessa década diversas obras viárias que repercutiriam diretamente no processo de ocupação e na “mobilidade espacial das classes sociais na área conurbada”, interligando os bairros de interesse para a classe dominante. (Ibid, p.81) Entre elas, citamos a rodovia BR 101, a rodovia SC401 (para o Norte da Ilha), a SC 402 (acesso a Jurerê), a SC 403 (acesso a Canasvieiras), a SC 401-sul (acesso ao aeroporto e Base Aérea), a ponte Colombo Sales e a SC 404 (liga a SC 401 a Lagoa da Conceição). Enquanto isso, na área continental,

onde havia a maior concentração populacional da área conurbada, não houve nenhuma grande obra com exceção da BR 101.

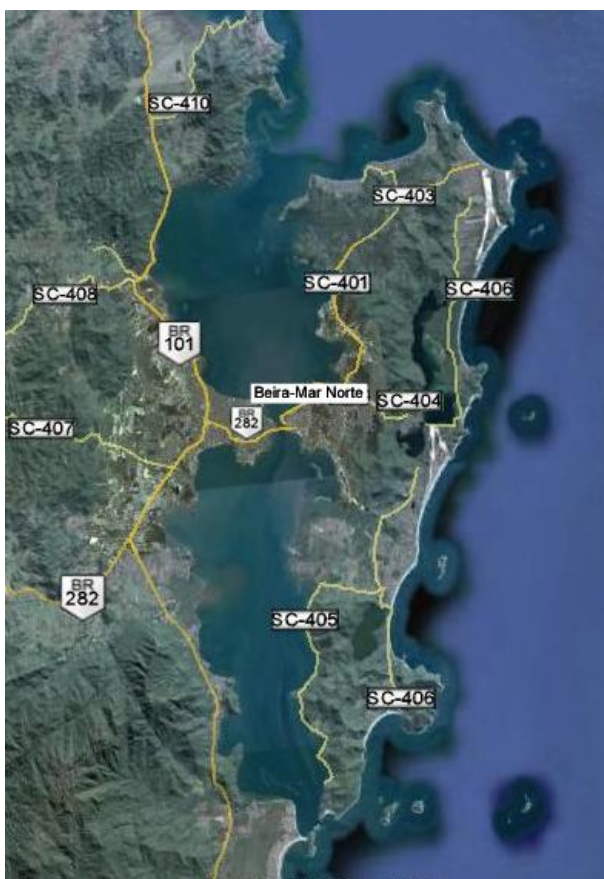


Figura 16 Principais obras dos anos 70 em Florianópolis. Autor: Paula Scheidt Manoel a partir de imagem do Google Earth (2010)

No final da década de 80, mais uma obra importante foi construída na cidade: a BR-282, ou via expressa, que liga a BR-101 às pontes. E, nos anos 90, inicia a duplicação da SC-401 (em 1996, com o primeiro trecho finalizado em 1998 e o resto da obra ainda inacabada); são erguidos diversos elevados, anéis e entroncamentos necessários à SC 401; são inaugurados os elevados governador Vilson Kleinubing, ou Elevado do CIC (2000), e Dias Velho (2001), no Aterro da Baía Sul; são realizadas diversas obras na Beira-Mar Norte, nos bairros do Norte, na Lagoa da

Conceição e no acesso ao aeroporto e, como única grande obra na parte continental, é iniciado um trecho da futura avenida PC-3, que ligaria a ponte ao continente, mas que desde então não foi retomada.

Em 2000, o município de São José, o qual junto com Biguaçu e Florianópolis, estava envolvido na construção da PC-3, retirou o projeto do seu plano diretor, concentrando os investimentos na construção da Beira-Mar Continental, no bairro do Kobrasol²².

Nos anos 2000, o Aterro do Saco dos Limões é finalizado, com a inauguração em 2002 do Túnel professora Antonieta de Barros e do primeiro trecho da Via Expressa Sul, que liga o Centro ao trevo da Seta, na Costeira do Pirajubaé. No final de 2009 tiveram início as obras do elevador do Trevo da Seta, onde as três pistas da Via Expressa Sul atualmente se afunilam, causando longas vilas nos horários de pico. Outra via que está em execução na cidade e que merece ser citada é a Beira-mar continental, nos bairros do Estreito e Balneário, que teve sua construção iniciada em 2006.

Tais obras, contudo, priorizam o transporte individual que vêm gerando graves problemas urbanos nas cidades brasileiras, já que o aumento de veículos é muito maior do que a capacidade do espaço intra-urbano de suportá-los. E as políticas brasileiras de reação à crise financeira de 2008 foram justamente de incentivo a vendas de automóveis (redução do IPI), levando a constantes notícias de recorde na indústria automobilística no país.

De acordo com dados divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade), nesta quarta-feira (3) [de março], no mês foram vendidas 211.371 unidades de automóveis e comerciais leves, crescimento de 4,77% sobre janeiro e de 10,45% sobre igual período do ano passado. (POGGETTO, 2010²³)

²² FELKL, Aline. São José retirou a PC-3 do Plano Diretor. **A Notícia**. 20.02.2000

²³ POGGETTO, Priscila Dal. Brasil tem novo recorde nas vendas de automóveis e comerciais leves. **Portal G1**. 03.03.2010. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL1512909-9658,00-BRA-SIL+TEM+NOVO+RECORDE+NAS+VENDAS+DE+AUTOMOVEIS+E+COMERCIAIS+L EVES.html> (Acesso em 13.03.2010)

Alguns dias antes deste anúncio, a cidade de São Paulo registrava também outro recorde que já tem sido rotineiramente quebrado: do maior congestionamento: 122 quilômetros de ruas e avenidas paradas²⁴.

Pradilla (2008)²⁵ lembra que as políticas estatais da América Latina fazem um ‘zigue-zague’ entre a construção de grandes vias e pouco transporte público.

O urbanista explica que o apoio às indústrias automobilísticas é a primeira razão para o forte investimento em obras multimilionárias, que atendem apenas 20% da população. O esforço acaba sendo em vão, pois o ritmo de produção de automóveis é muito mais intenso que a construção das vias que, por esta razão, se saturam em poucos anos. ‘O governo nunca ganha a corrida dos automóveis’, enfatiza. Para Pradilla, o modo como o problema do trânsito é enfrentado deixa uma grande massa da população a mercê de um sistema de transporte público deficiente e, no final das contas, não traz uma solução nem para os usuários de meios coletivos quanto para os proprietários de carros. (SCHEIDT, 2008)²⁶

Pradilla (2008) destaca ainda que o trânsito e os carros alteram a morfologia urbana. “Todos os setores vão sendo organizados para os motoristas, na beira de grandes avenidas. Esta mudança faz a cidade funcionar cada vez mais como malhas que deixam zonas residenciais fechadas (Informação verbal).” (Ibid). O desenvolvimento às margens da SC 401 é um claro exemplo deste processo. Nos anos 2000, diversos empreendimentos destinados para abrigar escritórios de empresas vêm sendo construídos em torno deste eixo viário, em um sinal do que pode ser a nova centralidade de Florianópolis.

Olhando para este histórico, percebe-se que as ações ligadas à mobilidade urbana na área conurbada de Florianópolis estiveram sempre

²⁴ Congestionamento bate recorde do ano em horário de pico. **O Estado de São Paulo**. 25/02/2010 Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,congestionamento-bate-recorde-do-ano-no-horario-de-pico,515989,0.htm> (Acesso em 13.03.2010)

²⁵ Crise das metrópoles latino-americanas. Palestra proferida pelo urbanista mexicano Emilio Pradilla no dia 22.08.2008 na Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁶SCHEIDT, Paula. Urbanista alerta para o limite ecológico que vivem as cidades da América Latina. **CarbonoBrasil**. 25.08.2008 Disponível em http://www.carbonobrasil.com/#reportagens_carbonobrasil/noticia=628333 (Acesso em 13.03.2010)

focadas no transporte motorizado individual. Como já visto no capítulo anterior (sub-capítulo 1.1), isto acaba por beneficiar as populações de maior renda e, conseqüentemente, prejudicar as de menor renda que tendem a habitar em áreas mais afastadas do centro e, por isso pagam um custo maior em tempo gasto no transporte.

Assim, a melhor mobilidade nesta primeira década de 2000 acabam estando justamente nas conexões entre as áreas de concentração das camadas de maior renda, como a ligação centro-norte da Ilha. Já os piores pontos são dos acessos para as áreas com menor renda, como em direção ao Sul da Ilha e ao continente, com as pontes sendo o ponto mais crítico da cidade. Lembrando que é na área continental de Florianópolis e nos municípios vizinhos que estão as maiores concentrações de populações de menor renda.

Finalmente, o resultado desta priorização do automóvel e do pouco investimento no transporte público ou em políticas que incentivem meios não motorizados (a bicicleta, por exemplo) tende a ser a piora contínua da mobilidade, fazendo com a área conurbada de Florianópolis trilhe para um destino similar ao que vive a metrópole de São Paulo.

2.2 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL

Neste sub-capítulo, assim como foi realizado no anterior, será contextualizado o quadro ambiental da área conurbada de Florianópolis e as repercussões da estrutura sócio-espacial citada para o espaço natural. Seu objetivo é responder ainda questões como se as restrições legais condicionaram a ocupação e quais as áreas mais frágeis e de interesse do capital imobiliário pela riqueza natural. Para isso, começamos apresentando a estrutura natural da cidade.

Inserida no bioma da Mata Atlântica, a ilha possui uma geografia bastante acidentada, com “dois maciços principais, ao norte e ao sul, com, respectivamente 490 metros e 540 metros, em seus pontos culminantes” (SUGAI, 2002, p.30). Florestas de encosta, matas de planície, matas de restinga, manguezais, banhados, estuários, campos de dunas, lagoas e lagunas. A diversidade de solos e relevos, em interação com fatores físicos e biológicos, permitiram a parte insular de Florianópolis desenvolver uma variedade de ambientes, com uma riqueza impar de habitats para a fauna, a flora e até mesmo para o homem. (CECA, 1996, p.73) Originalmente, 90% do território insular era coberto por vegeta-

ção, sendo 9% referente aos manguezais e 7% a vegetação de praia, duna e restinga. (CARUSO, 1983)

Outros importantes ecossistemas da Ilha são: as suas duas maiores lagoas (que ocupavam 6% do território), da Conceição e do Peri, os banhados, localizados principalmente nas localidades de Pântano do Sul, Jurerê e Canasvieiras; o estuário marinho, formado pelas baías Norte e Sul, e os costões rochosos do mar, que permitem a fixação de rica fauna, fornecendo também alimento e abrigo para diversas espécies de peixes. (CECA, 1996, p. 75)

Tal riqueza natural, contudo vem sendo apenas expropriada para o bem estar de minorias (em busca das melhores vistas em encostas de morros que deviam ser preservadas) ou do lucro em investimentos imobiliários voltados para o turismo (como a construções de hotéis e resorts as margens da areia das praias). Além disso, a ocupação urbana desacompanhada de um sistema adequado de fornecimento racional de água e sistema de esgoto tem, aos poucos, destruído os recursos hídricos da cidade, que além dos valores paisagísticos, são essenciais para a vida.

A história das transformações ambientais decorrentes da ocupação em Florianópolis tem sua origem na utilização da madeira para a produção de energia e construção de navios, com as lavouras e a criação de animais domésticos colaborando para degradar a fauna e flora. (VEIGA, 1993)

Para Caruso (1990, p.97), os fatores principais responsáveis pelo desmatamento da Ilha de Santa Catarina, na época, foram: necessidade de espaço para exploração agrícola; necessidade de madeira para a construção naval, civil, móveis e exportação; necessidade de lenha como fonte de energia para uso doméstico, engenhos, olarias, curtumes, caieiras; para exportação; e, necessidade de espaço para ocupação urbana, ou seja, habitação propriamente dita. (CAMPOS, 2004, pg.78)

Apenas a partir dos anos 60, quando se inicia o processo mais intenso de urbanização, é que começam a ser instituídas leis de proteção ambiental. Assim, percebe-se que não foi a criação de áreas de proteção

permanente (APPs) que viria a proteger e a controlar a ocupação em áreas ambientalmente sensíveis. Na verdade, as mesmas precisaram ser criadas para justamente tentar reduzir este processo. Em 2010, a cidade possuía 17 Unidades de Conservação (UCs) e cinco áreas legalmente protegidas (ALPs), além de zoneamentos protetores. Segundo o CECA (1996), 42% da ilha de Florianópolis são formados por área de preservação permanente e 37% de área potencialmente urbanizáveis. No município como um todo, a área total urbanizável é de 41% (IPUF, 2008) (Figura 19)

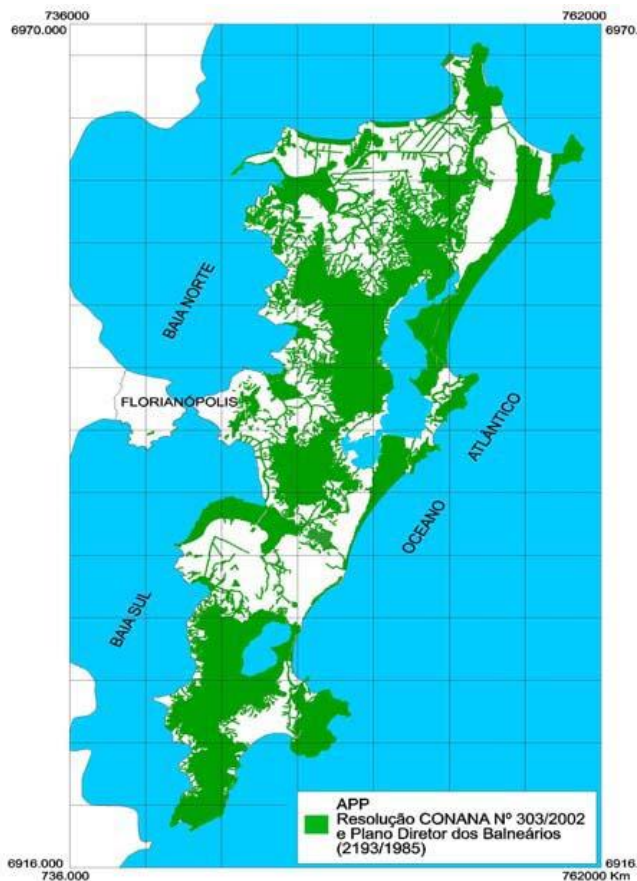


Figura 17 Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Uso Limitado (APLs). (IPUF, 2008)

As leis, contudo, não têm sido um impeditivo para as construções em áreas irregulares. Esta é uma prática bastante comum na cidade, seja por parte da classe baixa quanto da alta.

Entre a lei e a sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder na sociedade. É por demais conhecido, inclusive popularmente, no Brasil, o fato de que a aplicação da lei depende de a quem ela (a aplicação) se refere. (MARICATO, 2001, p.42)

O intenso processo de imigração, conforme já abordado anteriormente, e o crescimento do turismo têm gerado embates constantes entre espaço construído e o ambiente natural. Novas necessidades de consumo são criadas pelo capital, como o desejo da casa a beira-mar, que levou ao crescimento de orlas tomadas por edificações, erguidas sobre áreas de restinga a beira da areia, tanto na Ilha quanto na área continental e nos outros municípios da área conurbada. As praias de Canasvieiras, Ingleses e Jurerê, principais concentrações de segunda residência na cidade, são os melhores exemplos desta prática de ocupação.

A elevação do custo do solo urbano também incentivou a ocupação das encostas, mangues e dunas por parte das populações de menor renda.

Durante a década de 80 evidenciou-se também o processo de ampliação do desmatamento, da ocupação irregular, do adensamento do Maciço Central do Morro da Cruz, na Ilha. (SUGAI&PERES, 2007, p.21)

No norte da ilha, cerca de 200 famílias vivem sobre as dunas desde a década de 90, em condições precárias na favela do Siri (também denominada Comunidade Ilha do Arvoredo) (Figura 20). Um caso de ocupação precária próximo a áreas de mangue é das famílias mais pobres que vivem na Tapera da Base, ao lado da Base Aérea militar, no sul da Ilha e um dos bairros com menor renda nominal média na área insular (3,8 s.m). Ambos os casos são exemplos de um processo de degradação ambiental causado pela ocupação irregular que é resultado do processo segregativo que pode ser visto por todo o Brasil.

A ocupação de mangues, contudo, não é uma exclusividade das camadas de menor renda. Um dos conflitos ambientais mais marcantes nos anos 2000 em Florianópolis foi as irregularidades ambientais envol-

viendo a construção de dois shopping Centers, um deles sobre uma área de mangue, no Bairro do Santa Mônica, onde a renda nominal média é de 24,3 s.m. Em 2006, o Ministério Público Federal entrou com uma ação civil pública contra o então Shopping Santa Mônica (hoje Iguatemi) pedindo o cancelamento da licença ambiental e do alvará municipal da construção e das modificações do sistema viário decorrentes. Os principais problemas apontados pelo MPF eram os impactos sobre as matas ciliares adjacentes, o rio e a unidade de conservação do Mangue do Itacorubi, além da falta de um estudo de Impacto de Vizinhança²⁷.



Figura 18 Vila do Arvoredo, Florianópolis. Ocupação irregular em área de dunas – Bairro de Ingleses, Nordeste da Ilha de Santa Catarina. (POMARICO/SUGAI/2004)

No ano seguinte, uma operação histórica da Polícia Federal prendeu 19 pessoas (dentre os quais empresários e funcionários públicos) sob a acusação de um esquema de compra de licenças ambientais. A ‘Moeda Verde’, como foi chamada a operação, investigou por nove meses diversas pessoas envolvidas com empreendimentos depois de receber denúncias de fraudes em um deles, em Jurerê Internacional, que estaria sendo construído sobre Área de Preservação Permanente. Na lista estavam hotéis, escolas e shoppings, dentre os quais o Iguatemi. Apesar do ineditismo da operação, todas as 54 pessoas indiciadas foram liberadas e o único resultado prático até 2010 foi a cassação do mandato de dois vereadores, já que os processos ainda correm na justiça.

²⁷ SANTA CATARINA. Procuradoria da República. Ação Civil Pública nº 2006.72.00.002927-8 do Ministério Público Federal. 2006. Disponível em <http://www.prsc.mpf.gov.br/BasePecas/arquivos/80/79.pdf> (Acesso em 25.03.2010)

Claro que longe dos grandes escândalos, a área conurbada de Florianópolis convive com diversos problemas ambientais ligados a ocupação urbana como as construções que não respeitam a distância mínima de cursos d'água, conforme exige a legislação federal (encontrada em diversos bairros dos quatro municípios); o adensamento populacional (visto nos bairros do continente, como Estreito e Capoeiras, São José, Centro de Florianópolis e partes da área de Palhoça); a poluição de recursos hídricos – mares, rios, lagoas (o problema tornou imprópria para banho as praias de Coqueiros, Itaguaçu e Bom Abrigo, as Baías Norte e Sul no Centro e também diversos pontos nas praias do Norte e nos balneários da Palhoça), de solos (antigo lixão do Itacorubi) e mangues (entre o Itacorubi e o Santa Mônica); os riscos de contaminação de lençóis freáticos (nos Ingleses e Santinho) e a construção de vias públicas, que induzem a ocupação.

Dos municípios da área conurbada, destaque ainda para o alto percentual de área legalmente protegida de Palhoça - quase 70% do território, sendo que o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro sozinho abrange 50% do município.

2.2.1 Saneamento ambiental

Dentre todas as questões ambientais que se desenrolam na área deste estudo, chamamos a atenção em especial para o problema do saneamento. “Los sistemas urbanos requieren, para mantener su organización, una entrada de materiales y energía (recursos naturales) que obtienen de la explotación de otros sistemas en la naturaleza.” (PALENZUELA, 2005, p.17) A água é um exemplo de recurso explorado que sairá do sistema urbano em forma de resíduo contaminado – esgoto sanitário – que impacta diretamente os ecossistemas que comportam a cidade.

La presión por explotación y/o impacto contaminante antes mencionada, aumenta hoy de manera explosiva debido a las lógicas inherentes al actual modelo de producir ciudad. Son lógicas que en lugar de reducir la presión sobre los sistemas de soporte, las aumentan puesto que son lógicas económicas y de poder que se basan en el consumo de recursos como estrategia competitiva. (Ibid)

A história do saneamento básico em Florianópolis teve início apenas no século 20 e por razões higienistas, já que na época o próprio mar era visto como o local de destino do que era indesejado, como lixo e dejetos sanitários.

Na segunda metade do século 19, se o aumento e a concentração populacional agravavam os surtos de epidemias nas cidades brasileiras; em Florianópolis eram os maus hábitos que traziam o problema: a falta de higiene da população e a morosidade da administração em fornecer serviços de saúde e limpeza. (CABRAL apud MÜLLER, p.83)

Até o início do século 20, Florianópolis continuava sem qualquer obra maior de saneamento. O lixo sendo jogado nos terrenos baldios, os esgotos e águas servidas nos fundos dos quintais e nos recantos das praias e a água para uso sendo obtida através das carroças pipas, dos pequenos mananciais, das fontes públicas, das cacimbas e dos poços de fundo de quintal. (RAMOS apud MÜLLER, p.83)

O primeiro sistema de abastecimento de água de Florianópolis é inaugurado em 1910. Já o lixo recebe um destino menos impactante para o solo e as águas em 1914, quando entra em funcionamento um forno para sua queima. Um ano mais tarde, uma rede de esgoto começa a ser construída, sendo inaugurada em 1916 e atendendo apenas o centro. A estação de depuração biológica para a qual iam os dejetos coletados, contudo, é desativada em 1951 por não dar mais conta do volume de esgoto, que passa ‘a ser jogado *in natura* ao mar’. Segundo o CECA (1996, p.135), 18 bocas “desaguam esgoto diretamente no mar, além das ligações na drenagem pluvial” na região central da ilha.

Em 1921 é inaugurado um sistema de captação e adução das nascentes do rio Tavares. Em 1923, 85% dos prédios da área central passam a ter ligação a esta rede, correspondendo a cerca de 40% do total dos prédios da área urbana. (SILVA, 1989, p.179).

Para reforçar o sistema de abastecimento de Florianópolis, a primeira adutora do rio Vargem do Braço (rio Pilões) é construída em 1946 no município de Santo Amaro do Imperatriz. Menos de 20 anos depois (em 1963), uma nova adutora começa a ser construída neste rio. Em 1965, quando foi inaugurada, a capacidade de vazão para a Grande Florianópolis passou de 176 litros por segundo (l/s) para 522 l/s. Em 1975,

uma terceira adutora entra em operação, mais uma vez dobrando a capacidade de vazão (1.170 l/s).

A partir de 1956 todo o lixo recolhido em Florianópolis passa a ser despejado em um lixão sobre o mangue do Itacorubi, em uma área de 100mil² e recebendo 50 toneladas por dia. Somente em 1988 as prefeituras de São José e Florianópolis fazem um acerto para a implantação de uma usina de reciclagem e compostagem no bairro de Alto Forquilha, há 20 quilômetros do centro da capital. (RAMOS, 1991, p.82 e 83) Este é apenas uma amostra da estratégia de valorização do solo urbano, que manda para os municípios vizinhos tudo o que é indesejado, como o lixo, os presos e os loucos. Na vizinha São José, além do lixo, estão o maior presídio de Santa Catarina – Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara –, o único hospital público de Santa Catarina que oferece atendimento de psiquiatria – Hospital Colônia Santana – e a estação de tratamento de esgoto da área continental de Florianópolis – ETE Potecas.

As obras de coleta de esgoto no continente tiveram início em 1979, no Bairro do Estreito. No ano seguinte, começam a ser lançados, por meio submarino, na baía norte (elevatória na Ponta do Leal) em uma ação que tinha caráter ‘provisório’. (SILVA, 1989). Em 1981, inicia as obras de ampliação da rede, abrangendo agora os bairros Bom Abrigo, Itaguaçu, Coqueiros, Praia do Meio, Praia da Saudade e Saco da Lama. (MEYER, SARTORATO e SILVA, 1998, p.104). Segundo a Casan (2007), atualmente “a exceção do Bairro Abraão e parte do Bairro de Capoeiras, toda a área continental do município de Florianópolis está atendida”, o que corresponderia a 63.713 mil habitantes. A ETE Potecas, que recebe todo este esgoto, atende também o município de São José (58.523 habitantes em dezembro de 2007).

Também em 1981, a empresa Habitasul implanta um sistema particular de coleta e tratamento de esgoto no loteamento de Jurerê Internacional.

O próximo bairro da ilha a ter um sistema de esgoto sanitário é a Lagoa da Conceição, em 1983. Porém dois anos depois as obras param por falta de recursos financeiros, sendo retomadas em 1987 e inauguradas no ano seguinte. Em dezembro de 2007 cerca de cinco mil habitantes eram atendidos pelo sistema, “compreendendo as regiões do Centrinho da Lagoa, parte da Av. Osni Ortiga, Avenida das Rendeiras prolongando-se até a Praia da Joaquina e Retiro da Lagoa”. (CASAN, 2007)

Somente em 1992 é que a ilha volta a receber mais investimentos na área de saneamento, com a construção da ETE Insular na Baía Sul.

O sistema atende o polígono central e os seguintes bairros adjacentes: Agrônômica, Trindade, Santa Mônica, Pantanal, Jardim Anchieta, Prainha e Saco dos Limões. Para a conclusão do sistema, tal como projetado, será necessária a implantação dos sistemas coletores dos Bairros de Itacorubi, Córrego Grande, Parque São Jorge, José Mendes e Costeira do Pirajubaé, além de ampliação na Estação de Tratamento dos Esgotos – ETE. A rede coletora da Costeira do Pirajubaé encontra-se atualmente em execução. (CASAN, 2007)

Em 1995, é inaugurado o sistema de esgoto de Canasvieiras com capacidade para atender 25 mil pessoas. Tais obras foram realizadas com ajuda de recursos financeiros da comunidade, como explicam Meyer, Sartorato e Silva (1998).

A Comunidade do Balneário de Canasvieiras deu um belo exemplo de participação na implantação do seu sistema de esgotos sanitários. Tal participação deu-se em dois momentos, o primeiro trazido por uma grande pressão da sociedade organizada junto aos poderes executivos estadual e municipal para que estes assumissem o compromisso de dar partida ao empreendimento, e o segundo através do pagamento antecipado e espontâneo da contribuição de melhoria relativa aos custos de implantação desta infra-estrutura. (Ibid, p.150)

A população atendida em 2007 pelo sistema era de 10.829 habitantes, sendo que na alta temporada chega a 28.128 habitantes. (CASAN, 2007)

Em 1997, um sistema particular é colocado em operação na Praia Brava. Em 1999, foram iniciadas as obras de construção da ETE da Barra da Lagoa, suspensas em 2002, retomadas em 2005 e concluídas em 2007. No final de 2006, foi concluída as obras da ETE do bairro Saco Grande, que em 2007 atendia 1.366 habitantes, incluindo o Shopping Center Florianópolis e o Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina. Em 2008 foi a vez da Costeira do Pirajubaé receber um sistema de coleta de esgoto e, nos bairros de Ingleses, Pedregal e parte de Jurerê (chamado de Tradicional) já foram implantados, mas ainda não estão em operação.

Tabela 5 Distribuição Espacial da População Atendida com Serviços de Esgoto no Município de Florianópolis em Dezembro de 1998

ÁREA/BAIRRO	POPULAÇÃO ATENDIDA (hab.)
FLORIANÓPOLIS ILHA	
Insular	49.672
Lagoa da Conceição	3.800
Canasvieiras	20.315
Parque Figueira/Monte Verde 1	1.950
Parqtec Alfa 1	450
Lot. Jardim Albatroz (Córrego Grande)	1.250
Morro da Mariquinha	2.240
Morro do Mocotó (Maciço)	1.650
TOTAL ILHA	81.327
FLORIANÓPOLIS CONTINENTE	
Continente	41.681
Vila Aparecida I e II	1.620
Santa Terezinha I e II	1.464
Nova Esperança	221
Novo Horizonte	1.395
Morro da Caixa	635
Monte Cristo/Jardim Panorama	4.045
Nossa Senhora da Glória	739
Chico Mendes	2.418
TOTAL CONTINENTE	54.219
TOTAL GERAL	135.546

Fonte: MEYER, SARTORATO e SILVA (1998)

Tabela 6 Distribuição Espacial da População Atendida com Serviços de Esgoto no Município de Florianópolis em Dezembro de 2007

Área/Bairro	POPULAÇÃO ATENDIDA (hab)
Centro	107.798
Continente	63.713
Saco Grande	1.366
Jardim Albatroz	1.976
Lagoa da Conceição	5.005
Barra da Lagoa	3.701
Canasvieiras	10.829
Praia Brava	1.618
Jurerê*	3.000
Base Aérea	2.000
FLORIANÓPOLIS	201.006

* não operado pela Casan

Fonte: CASAN (2007)

As tabelas 5 e 6 mostram a população atendida por serviços de esgoto em Florianópolis nos anos de 1998 e 2007. Com base nesses dados, constatamos que a expansão do atendimento de serviço de esgoto para os bairros do continente, onde há maior concentração de camadas de menor renda, cresceu 17,5% entre 1998 e 2007, enquanto que na ilha o crescimento foi de 68,8%. Se observados os bairros citados na tabela 6, vemos que a maior parte do aumento no atendimento ocorreu em bairros ocupados por camadas de maior renda que são: Centro, Lagoa da Conceição, Canasvieiras, Praia Brava e Jurerê.

Em 2010, segundo dados da Casan, estavam em fase de execução obras de implantação de sistema de coleta de esgoto nos seguintes bairros de Florianópolis: Ribeirão da Ilha, Santo Antônio, Cacupé e Sambaqui, Campeche, Tapera, Serrinha, Maciço do Morro da Cruz, Canto do Lamim, Cachoeira do Bom Jesus e Ponta das Canas. Em São José, a rede está sendo ampliada nos bairros da Praia Comprida, Potecas e na Av. das Torres. Parte destas obras está sendo realizadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

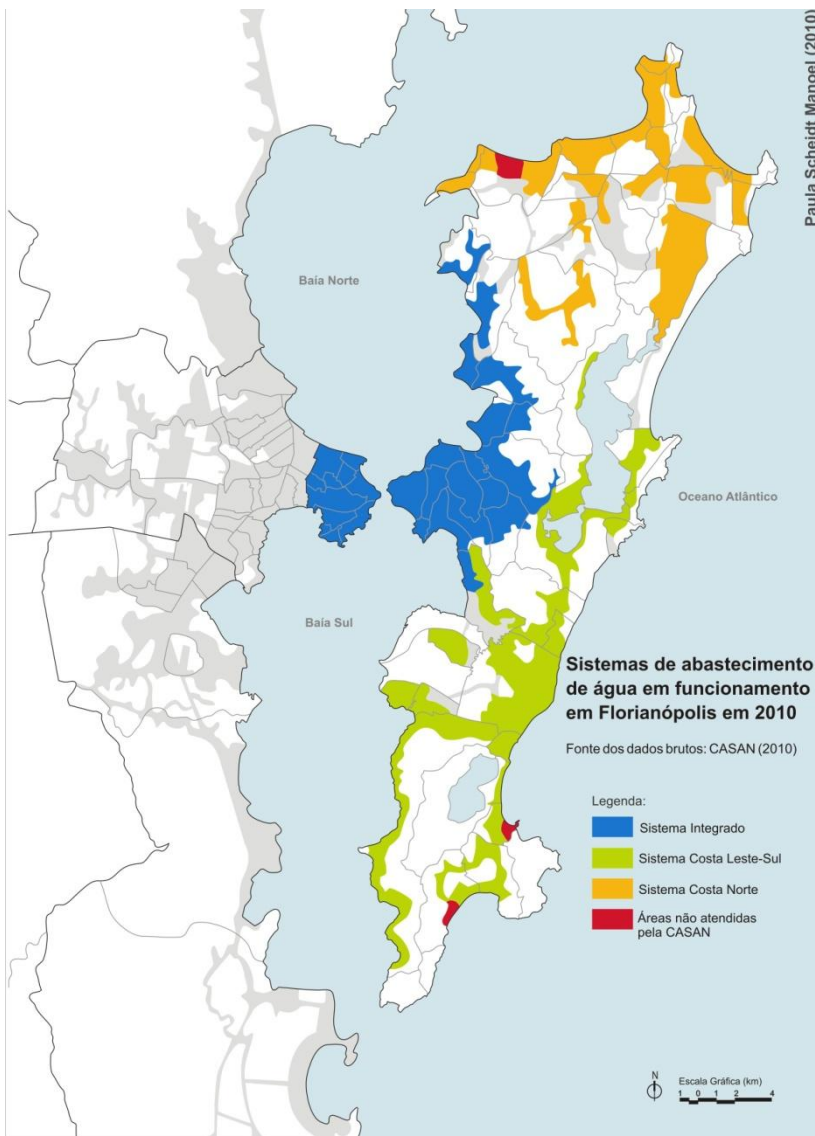


Figura 20 Sistemas de abastecimento de água em funcionamento em Florianópolis em 2010. Dados Brutos: CASAN (2010) /Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

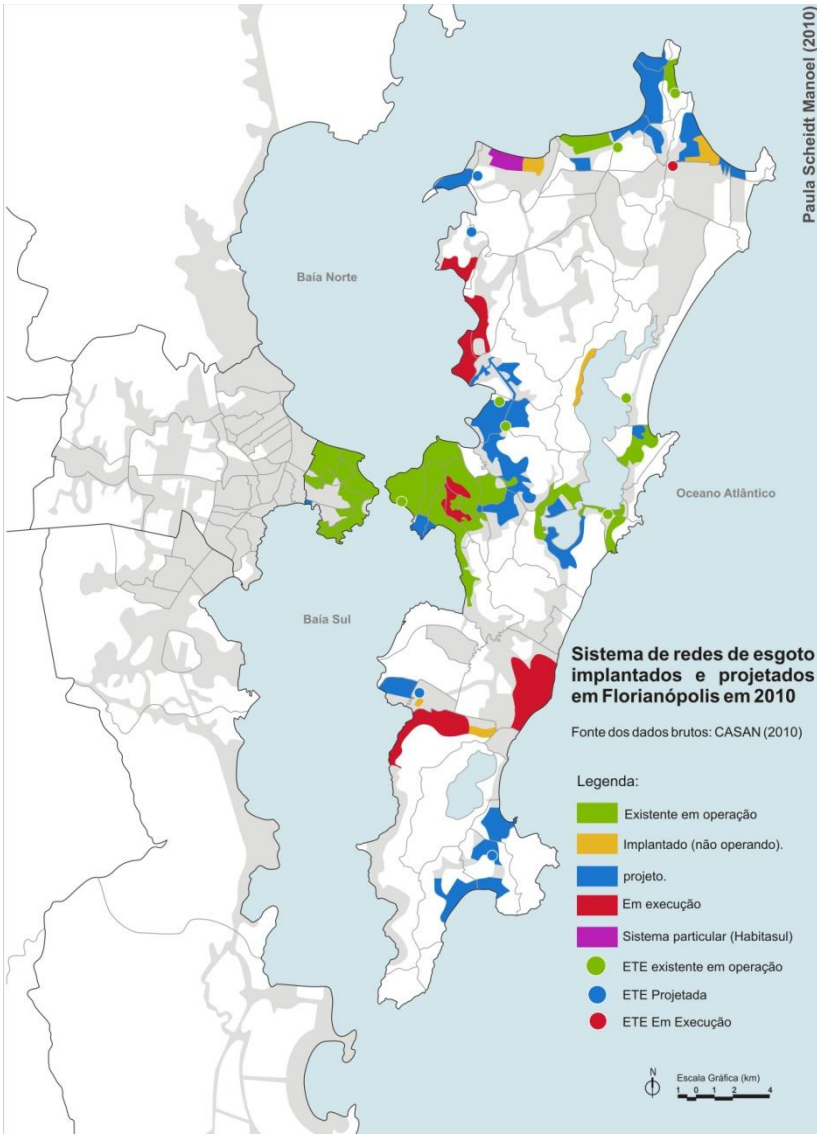


Figura 21 Sistema de redes de esgoto implantados e projetados em Florianópolis em 2010. Dados Brutos: CASAN (2010) /Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

Alguns projetos estão em reformulação depois de protestos das comunidades, dificuldades de licenciamento ambiental e questionamentos do ministério público, principalmente por causa dos emissários submarinos que serão instalados para lançamento dos dejetos (na praia dos Ingleses, do Campeche e na Baía Sul). As comunidades exigem mudanças no processo de tratamento para que o lançamento através de emissários não coloquem em risco os ecossistemas destas regiões e nem tragam impacto para uma das principais atividades econômicas tradicionais da ilha, a maricultura na Baía Sul.

2.2.2 Um tema em evolução

Neste sub-capítulo, foi apresentada a problemática ambiental na área conurbada de Florianópolis. Ao longo do tempo, a apreensão sobre a natureza muda, como o caso do mar que no século 19 era visto como o local para depósito de resíduos e que hoje é um bem valorizado pelas suas vantagens recreativas, por exemplo.

Há décadas a questão ambiental é discutida entre especialistas e de forma setORIZADA. Porém, só agora, no século 21, e assim mesmo lentamente, é que começa a ser desenvolvida, por aqueles que não estão envolvidos profissionalmente ou academicamente com a área ambiental ou urbana, a consciência de que cidade e ambiente são duas faces de uma mesma moeda e que estão em uma constante relação de trocas.

Historicamente, as cidades brasileiras foram se expandindo sem a devida consciência de que o ambiente construído pelo homem precisa estar em harmonia com o espaço natural que existia antes da sua ocupação. A ‘natureza’ ou o ‘meio ambiente’ tende a ser visto como algo longe das cidades. Tanto que a representação visual mais comum de ‘natureza’ é da Floresta Amazônica ou da Mata Atlântica em parques nacionais.

Contudo, o conceito de meio ambiente tem mudado de status ao longo das últimas décadas, tanto no Brasil quanto no mundo, e principalmente nos últimos 20 anos. Na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92 – o chamado ‘desenvolvimento sustentável’ já era discutido, incluindo a revisão dos padrões e processos de produção, a adoção do transporte público em massa ao invés do carro, a escassez da água e o consumismo como modelo a ser seguido.

Na década de 90, a questão ambiental não era vista com seriedade. E, se em 2010 ser ambientalista é algo fashion, naquela época era algo exótico. Um dos estopins para a virada de um tema de minorias rebeldes para algo ‘cool’ e envolvente foi a evolução das discussões em torno das mudanças climáticas na esfera pública internacional, principalmente após a publicação do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC) em 2007. O documento, produzido por 2,5 mil cientistas de todo o mundo, apresentava evidências de que a elevação das temperaturas do planeta (e as conseqüentes alterações no clima) vinha sendo causadas pelo excesso de gases do efeito estufa na atmosfera.

A partir daí, o assunto ganhou espaço na mídia e teve início um processo de percepção de que o modelo de desenvolvimento altamente predatório, do ponto de vista ambiental, estaria colocando em risco a própria existência da humanidade, pois estaria levando à exaustão os recursos necessários a vida, como a água doce. Vale destacar aqui ainda que o caso levanta a antiga questão de que será que a imprensa teria se pautado pelas mudanças de percepção da sociedade ou seria o inverso? A imprensa teria ajudado a colocar em pauta o assunto e mudar sua percepção pela sociedade? Seja qual for o caminho, há sempre que ficar atento para perceber se o processo é realmente devido a uma real preocupação social e ambiental ou se por trás não há interesses diversos.

2.3 A IMPRENSA E AS RELAÇÕES DE PODER EM SANTA CATARINA

Nos sub-capítulos anteriores, foram contextualizadas as duas questões que irão aparecer nas notícias estudadas nesta pesquisa. Porém para a melhor compreensão dos dados coletados na imprensa local, será discutido agora como se configura a imprensa em Santa Catarina, em especial na área conurbada de Florianópolis, e quais as relações entre os proprietários dos veículos, a política e a economia local.

Para isso, começamos com um breve histórico da imprensa catarinense, que é marcada pela estreita relação com os partidos políticos e as duas oligarquias históricas locais - da família Ramos e Konder Bornhausen - cenário que não difere muito de outros estados brasileiros.

Em 1946, o empresário e político Aderbal Ramos da Silva, neto de Vidal Ramos e sobrinho de Nereu Ramos (ex-governadores) adquire a mais antiga rádio de Florianópolis - a *Guarujá* -, sendo eleito gover-

nador no ano seguinte³⁰, pelo PSD. Além da rádio, Aderbal Ramos também foi proprietário do jornal *O Estado* entre 1935 e 1964, que se manteve como principal veículo diário impresso nas décadas de 60 e 70.

O partido de oposição, UDN, também tinha apoio de veículos de imprensa em Santa Catarina: a rádio *Diário da Manhã*, fundada pela família Konder Bornhausen em 1955, e o jornal *A Gazeta*, fundado pelo jornalista Jairo Callado. Em um exemplo de como funcionavam as ligações entre política e mídia no estado, a inauguração da rádio coincidiu justamente com a comemoração dos quatro anos do governo de Irineu Bornhausen³¹. No final dos anos 70, o primeiro diário impresso em sistema offset no estado – *Jornal de Santa Catarina* – passa para as mãos do empresário Mário Petrelli, associado a Jorge e Paulo Konder Bornhausen “A imprensa de Santa Catarina nunca se desvinculou da política. A política sempre foi o nosso esporte, de maneira que os jornais sempre viveram em função da política e dos partidos.” (CABRAL apud PEREIRA, 2005, p.154)

As famílias Ramos e Konder Bornhausen, contudo, não conseguiram ganhar do grupo gaúcho Rede Brasil Sul (RBS) em 1976 quando competiam pela concessão de um canal de televisão em Florianópolis. (CRUZ, 1996, p.14). Apesar disso, o grupo recebeu a outorga da *TV Catarinense* “com as bênçãos de Antônio Konder Reis”, então governador, e que transmitiria a programação da Rede Globo. (VALENTE, 2005)

Com a entrada do Grupo RBS em Santa Catarina o poder local oligárquico perde espaço para a chamada profissionalização da imprensa. As famílias Ramos e Bornhausen vão perdendo sua força midiática ao mesmo tempo em que ampliam a força patrimonial representada na presença política. Aos poucos, o poder de mídia ligado aos conglomerados (que tendem a reduzir - até quase extinguir - a concorrência) vai se estabelecendo no estado por meio da RBS.

Depois de ganhar a concessão da *TV Catarinense*, o próximo passo do Grupo na estratégia de aumentar sua presença no estado foi deter um veículo impresso. A RBS tenta adquirir o jornal *O Estado*, não

³⁰ A história da Rádio Guarujá pode ser encontrada no website do Sindicato de Empresas de Rádio e Televisão do Estado de Santa Catarina (SERT/SC) em http://www.sertsc.org.br/radio_view.php?cod=24 (Acesso em: 30/04/2010)

³¹ Mais informações sobre a Rádio *Diário da Manhã* podem ser obtidas no website Caros Ouvintes, mesmo nome do livro sobre a rádio, publicado por Antunes Severo e Ricardo Medeiros <http://www.carosouvintes.org.br/antigo/index.php?option=content&task=view&id=1653&Itemid=70> (Acesso em: 30/04/2010)

consegue e, disposta a crescer, decide lançar um novo veículo impresso diário – o *Diário Catarinense* – em 1986. Alguns anos mais tarde o jornal viria a ser o com maior circulação no estado³². Paralelo ao crescimento do novo periódico em Santa Catarina, o então líder *O Estado* vai aos poucos perdendo espaço, declarando falência em 2007, quando estava “assolado por imenso passivo e atolado em vaidosa incompetência administrativa” (MICK, 2005, p.174).

Quando o *Diário Catarinense* é criado, circulavam no estado 72 jornais locais e três regionais (*Santa*, *O Estado* e *A Notícia*). (Ibid). Na década de 90, se instala em Florianópolis a sucursal do *A Notícia*, de Joinville, que em 15 de setembro de 1995 lança o caderno *AN Capital*³³. Durante os anos 90 e meados dos anos 2000, os dois veículos constroem um quadro de disputas por leitores na Grande Florianópolis, com o novo suplemento buscando atraí-los divulgando as questões urbanas locais.

O suplemento deixa de circular em 31 de janeiro de 2008, menos de um ano e meio após o *A Notícia* ser comprado pelo Grupo RBS, que alegou motivos financeiros. Logo após o anúncio da extinção do *AN Capital*, o sindicato dos jornalistas de Santa Catarina e a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) divulgaram uma nota se colocando em “defesa da diversidade de olhares, para uma informação plural e democrática”, e afirmando que “sem o *AN Capital*, a comunidade perde uma possibilidade de visão diferenciada sobre os fatos”.

Entre os anos de 1980 e 2000, os principais jornais do país tinham sucursais em Santa Catarina. Entre 1989 e 1996, a *Folha de São Paulo* manteve sucursal em Florianópolis, por exemplo. A *Gazeta Mercantil* (que faliu em 2009) tinha um caderno diário de economia até 2001 e o *Indústria&Comércio* atuou por alguns anos no estado. (MICK, 2005, p.171)

Em 2006 dois novos jornais são lançados na Grande Florianópolis: *Hora de Santa Catarina* (Grupo RBS) e *Notícias do Dia* (Grupo Petrelli de Comunicação – Rede RIC/Record). Ambos nascem com caráter popular e, por isso, enfocam em notícias dos bairros ligadas a infra-estrutura da cidade, além é claro de grande espaço para esportes e

32 Dados do IVC mostram que o *Diário Catarinense* obteve uma tiragem diária média de 46 mil exemplares, de segunda a sábado, no primeiro semestre de 2007, sendo cerca de 70% dos números referente a assinaturas. A maior circulação paga por cidades está na capital, que soma, em média, 12 mil exemplares diários de segunda a sábado.

33 Segundo dados do IVC, a circulação média diária do jornal *A Notícia* no primeiro semestre de 2007 foi de 34 mil exemplares, sendo 72% referente a assinaturas (24,6 mil). Florianópolis vem em segundo lugar com a maior circulação (depois de Joinville) com uma média de dois mil exemplares diários.

seções de entretenimento. Aos poucos, porém, o *Notícias do Dia* mudou sua linha editorial e o projeto gráfico, estando hoje mais parecido com o que era o *AN Capital*. O jornal também vem expandindo sua abrangência territorial. Quando foi lançado, circulava apenas em Florianópolis e tinha uma tiragem de quatro mil exemplares. Em 2010, abriu sucursais em Joinville, Biguaçu, Palhoça e Vale do Rio Tijucas, alcançando uma tiragem média diária de 12 mil exemplares.

Segundo Projeto *Donos da Mídia*, em Santa Catarina haviam 372 veículos de comunicação até 2007. A Associação Nacional de Jornais (ANJ) contabiliza 51 jornais diários em circulação no estado em 2007 e 168 não diários.

Sem um grande concorrente, não foi difícil para o *Diário Catarinense* se consolidar como principal jornal do estado. O periódico, em formato tablóide, cobre todas as editorias (política, economia, mundo, geral, polícia, cultura, esportes), com enfoque estadual, porém prioriza as notícias de economia e política. Em 2010, circulava em 246 dos 293 municípios catarinenses.

O *DC*, como o jornal é apelidado pelos catarinenses, obteve uma tiragem diária média de 46 mil exemplares, de segunda a sábado, e 69 mil exemplares, nos domingos, no primeiro semestre de 2007, sendo cerca de 70% dos valores referente a assinaturas. A maior circulação paga por cidades está na capital, que soma, em média, 12 mil exemplares diários de segunda a sábado (26%) e 22,7 mil nos domingos (32%).³⁴

Com a aquisição do *A Notícia* o grupo RBS consegue atingir uma das poucas cidades do estado na qual não possuía o jornal dominante – Joinville, que também tem uma grande importância econômica, já que é ali que está o principal pólo industrial de Santa Catarina.

A circulação média diária do jornal *A Notícia* no primeiro semestre de 2007 foi de 34 mil exemplares, sendo 72% referente a assinaturas (24,6 mil). Joinville, a cidade sede, é o principal mercado de circulação paga entre os municípios, com 24% do total, somando cerca de 8,3 mil exemplares diários. Florianópolis vem em segundo lugar, com 5,8% (média de dois mil exemplares diários).

O *A Notícia* possuía as seguintes editorias: política, economia, geral, polícia, cultura, esportes e o caderno *Regional*, voltado para notícias do interior do estado.

O jornal, que circulava diariamente em 260 municípios de Santa Catarina, foi fundado em 24 de fevereiro de 1923, em Joinville, pelo paranaense Aurino Soares. Com a morte do fundador, em 1946, o jornal

³⁴Dados do IVC.

foi controlado por diferentes grupos em três períodos distintos: de 1946 a 1956 – pelo empresário Antonio Ramos Alvim e pelo político Aderbal Ramos da Silva, de Florianópolis; de 1956 a 1978, por um grupo de 130 acionistas, quase todos de Joinville, liderados por “três empresários importantes da cidade” (Ternes, 2005) – Helmut Fallgatter, Wittich Freitag e Baltasar Buschle; e de 1978 a 2006, pelo empresário Moacir Thomazi.

Em 2010, o Grupo Rede Brasil Sul (RBS) está posicionado como o maior conglomerado de comunicação multiregional do Brasil. Fundado pelo gaúcho Maurício Sirotsky, tem uma presença dominante em todo o estado de Santa Catarina. A RBS detém 18 emissoras de televisão aberta e duas comunitárias, oito jornais diários, 26 emissoras de rádio, dois portais de internet, uma editora, uma gravadora, uma empresa de logística, uma empresa de marketing e relacionamento com o público jovem e uma fundação.³⁵

Agora, a questão que surge é qual cidade estaria sendo noticiada nos veículos locais considerando este panorama, que engloba: (1º) a presença de um poder de oligopólio de mídia no estado, (2º) as estreitas relações entre os proprietários de veículos de comunicação e a elite política local e (3º) o modo como se estruturou o espaço urbano na área conurbada de Florianópolis. Como os conflitos sócio-ambientais são apresentados pelos dois principais jornais em circulação na área na década de 90 e anos 2000? E, com relação à mobilidade urbana, os problemas de todos os bairros dos quatro municípios da área conurbada aparecem de forma igual nos impressos?

Neste ponto é importante ter em mente ainda que, assim como a maioria dos jornais diários nacionais, o público-alvo do *Diário Catarinense* e do *A Notícia* são as classes média e alta. A definição dos leitores é fundamental no processo de seleção de notícias, pois os fatos são considerados relevantes ou não para este público em particular. Isto influencia o modo como as questões urbanas são apresentadas nos jornais, assim como se uma região da cidade é mais noticiada que outra.

Estas questões serão discutidas nos Capítulos 3 e 4.

3. O MEIO AMBIENTE E A MOBILIDADE URBANA NOS JORNAIS

“A omissão é uma das formas mais sutis e eficientes de assalto à verdade. Omitida, ela vai ao fundo como um barco furado e ninguém a recupera mais”
(Abramo, 1989, p.8)

Cada um vê a cidade onde habita de uma maneira e, mais, várias lentes podem ser usadas para enxergá-la: dos que a estudam, dos que a visitam, dos que a utilizam, dos que escrevem diariamente sobre elas. Mas quem as observa sabe por que as cidades são como são? O que as fez se tornarem hoje espaço das desigualdades, das intolerâncias (ou tolerância em outros momentos), das belezas e das feiúras, da riqueza e da pobreza. E qual imagem cada cidadão tem do local onde vive? O que será que contribui para a compreensão de cada um sobre a sua cidade? As diferenças presentes no território são percebidas por todos de forma igual?

São tantos os questionamentos possíveis sobre o espaço urbano que foi preciso buscar algumas respostas. A primeira veio ao entendê-lo como o desenho da evolução do capitalismo. É às custas do desenvolvimento deste espaço que o capitalismo consegue se reproduzir.

La urbanización ha desempeñado un papel particularmente activo, junto con fenómenos como los gastos militares, a la hora de absorber el producto excedente que los capitalistas producen perpetuamente en su búsqueda de beneficios. (HARVEY, 2008, p.25)

Um segundo ponto foi entender que a estruturação do espaço urbano é direcionada pelos interesses da classe dominante, que consegue concentrar os investimentos públicos e privados para criar ‘ilhas de primeiro mundo’ dentro do território urbano. E com a ajuda da ideologia conseguem fazer isso sem causar uma revolta popular. Tais questões foram já discutidas no Capítulo 1.

É diariamente, a cidade está estampada nas capas dos jornais, seja em casos de polícia, política ou disputas ambientais. Mas como a imprensa se coloca frente ao modo como as cidades crescem e se desen-

volvem, segregadas espacialmente? O que divulgam os jornais sobre a cidade? Até onde os jornalistas têm poder para interferir na pauta dos veículos onde trabalham? Jornalistas e donos de jornais, qual o papel de cada um? Abramo (1989) deixa claro qual é a ‘regra do jogo’: é preciso saber os limites e o papel que cada um cumpre.

A liberdade de imprensa só é usada pelos donos das empresas. Em quarenta anos de jornalismo nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos do jornal. Os jornalistas não podem ter opinião, mas os jornais têm suas opiniões sobre as coisas, que estão presentes nos editoriais e nos textos das pessoas que escrevem por linhas paralelas às do jornal. (Ibid, p.116)

E, como diz Abramo, o controle da informação “não é censura: o jornal é deles e eles fazem o que quiserem. Não é uma propriedade pública, é uma propriedade privada.”

Como proprietários de grandes empresas, os donos de jornais são parte da classe dominante e também da camada de alta renda. A pergunta que fica é: qual cidade os interessa mostrar em seus jornais? E principalmente: quem irá consumir o produto que estão vendendo?

Estes são alguns questionamentos que deram origem a esta pesquisa, que tem os dados empíricos apresentados neste capítulo. Aqui são estudadas quais notícias sobre o meio ambiente e mobilidade urbana na área conurbada de Florianópolis os jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* publicavam. Quais partes do espaço urbano interessavam mais? Que temas eram mais freqüentes? Qual dos dois veículos reservava mais páginas para as questões urbanas da área conurbada de Florianópolis?

Antes de apresentar os resultados, contudo, é preciso primeiramente entender como se chegou até eles. Por isto, neste primeiro subcapítulo será descrita a metodologia usada nesta pesquisa.

3.1 METODOLOGIA

A primeira etapa desta pesquisa foi a revisão bibliográfica sobre o assunto. Foram estudados autores que trabalham a questão da segregação no espaço intra-urbano, o sistema capitalista e o processo de estruturação do espaço urbano, ideologia, teorias do jornalismo, entre outros.

No primeiro semestre de 2008, foi realizado um levantamento bibliográfico de pesquisas acadêmicas que relacionavam a imprensa e o espaço urbano no sistema do CNPq e nas bibliotecas digitais da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal de Santa Catarina.

Nesta etapa, foram encontrados alguns trabalhos acadêmicos que relacionam as cidades e o jornalismo, porém não foi localizado nenhum que tratasse especificamente sobre as relações da imprensa com o espaço urbano, visto conforme descrito no Capítulo 1.

Entre os trabalhos encontrados, aparecem análises da cobertura sobre políticas públicas em jornais e revistas da circulação nacional, sobre o tema 'água' em um canal de televisão local na região de Campinas, sobre conflitos urbanos em veículos sindicais cariocas, além de estudos sobre o imaginário urbano e a construção de identidades em um suplemento cultural de um jornal mineiro dos anos 60 e a representação de um bairro de Fortaleza em um jornal estadual.

Destaque ainda para dois artigos sobre o tema, publicados em 2005 e 2007. Um deles trata da representação da cidade nos cadernos *Cidades* de jornais diários de grande circulação³⁶ e, o outro, analisa diferentes enquadramentos da cobertura da *Operação Moeda Verde* feita por dois jornais catarinenses³⁷, os mesmos usados como objeto deste estudo.

Com um referencial teórico definido, uma hipótese identificada e feito este levantamento de pesquisas na área, a próxima etapa foi escolher os veículos que seriam estudados e o período de recorte temporal.

Dentre tantas mídias jornalísticas, a escolha pelo jornal impresso local se deu devido à proximidade com a realidade urbana, uma vez que este é um dos poucos veículos que literalmente ainda circulam pela cidade, passando de mão em mão em bares, consultórios médicos, órgãos do governo, etc. A televisão e o rádio tem uma característica de fugacidade que, até agora, em geral dificulta o arquivamento da informação, diferentemente do jornal, que inclusive é uma fonte recorrente de pesquisas de resgate histórico de dados.

Já os meios digitais, que emergiram com força nos anos 2000, ainda não se popularizaram devido aos custos dos equipamentos e conexões de internet no país. Em 2005, o governo federal iniciou um pro-

³⁶ TAVARES, Frederico de Mello Brandão; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. Cidades em “Cidade”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol.II Nº 2 - 2º Semestre de 2005. UFSC

³⁷ LIMA, Samuel. Operação Moeda Verde: um fato, dois enquadramentos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Ano IV - n. 2 - p. 95 a 107 - jul./ dez. 2007. UFSC

grama nacional de inclusão digital para aumentar o acesso da população de baixa renda a tecnologias de informação e planeja levar a banda larga para todos os municípios brasileiros a preços acessíveis. Tais ações devem resultar em um maior alcance dos meios jornalísticos digitais nos próximos anos, alterando o modo como a informação é consumida.

Outro fator que incentivou a escolha do jornal é o seu maior vínculo com a cidade e/ou região na qual circula, desempenhando um importante papel na construção da dinâmica da agenda pública, em especial sobre o espaço urbano.

A proposta inicial era analisar as notícias sobre conflitos urbanos publicadas em jornais populares em circulação na Grande Florianópolis, tendo como foco as publicações *Hora de Santa Catarina* (do Grupo RBS) e *Notícias do Dia* (da Rede RIC -SBT/SC).

Ambos abrem grande espaço para discutir conflitos urbanos, em especial sobre os bairros de população de menor renda, uma vez que têm como público-alvo as classes C e D. Tais veículos acabaram sendo descartados como objeto de estudo por ainda não estarem consolidados tanto gráfico quanto editorialmente, já que ambos foram lançados em 2006. O *Notícias do Dia* passou por uma reformulação gráfica e editorial em abril de 2008 e parece tentar fugir do tom “popular” sob o qual foi lançado.

Por outro lado, a imprensa de Santa Catarina viveu um quadro de concorrência interessante na década de 90 e início dos anos 2000 entre os jornais *Diário Catarinense*, sediado em Florianópolis, e *A Notícia*, com sede em Joinville, pólo industrial no estado. E, por terem sido os jornais impressos com maior circulação em Florianópolis em um período na qual a cidade atraiu muitos migrantes e teve um grande crescimento populacional, optou-se por usá-los como objeto de estudo. Apesar de ser de Joinville, como já foi visto no Capítulo 2, o *A Notícia* teve um suplemento especial para a Grande Florianópolis o qual abria espaço para discutir os problemas urbanos destes municípios, principalmente da capital.³⁸

Como o intuito de trabalhar com dois veículos é observar semelhanças e diferenças na cidade que aparece em cada um deles, foi escolhido como recorte temporal os anos completos de existência do suplemento *AN Capital* antes do jornal *A Notícia* mudar de proprietário. Assim, esta pesquisa se focou nos anos de 1996 a 2006.

³⁸ Mais detalhes sobre os dois jornais podem ser obtidos no Capítulo 2, no sub-capítulo *A imprensa e as relações de poder em Santa Catarina*.

Todavia, o tempo limitado para a execução desta pesquisa tornou necessário restringir ainda mais o recorte temporal. E, como havia também o interesse em observar possíveis mudanças na cobertura da cidade no decorrer destes 10 anos, o método de seleção das amostras foi feito da seguinte maneira:

1. Primeiramente foram excluídos os anos eleitorais, fator que poderia levar a um volume maior de reportagens sobre o espaço urbano incentivados pela disputa política. Assim, foram selecionados os anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005.
2. Depois, foram delimitados três períodos de um mesmo ano para a busca de notícias: a primeira quinzena de janeiro (2 a 16), a primeira quinzena de maio (2 a 16) e a primeira de setembro (1 a 15).

A justificativa para a escolha de dias corridos é a observação de possíveis repercussões de um único fato em mais de uma edição do jornal, o que não seria possível se optado, por exemplo, pelo método de criar uma “semana artificial”, conforme descrito por Bauer (2002). Os três períodos são separados por um intervalo de cerca de quatro meses entre eles, sendo maio para representar um mês típico de rotina diária de pautas no primeiro semestre e setembro, do segundo semestre. Já janeiro pode ser considerado um mês atípico, pois muitas instituições que são fontes constantes de informações para os jornais, como o poder legislativo, estão em recesso. Além disso, este é o período de pico da temporada turística na cidade, tida como a principal atividade econômica. Contudo, estudos como o de Ouriques (1999) mostram que a ideologia do turismo, em Florianópolis, é uma arma usada pela classe dominante para justificar os seus interesses e vencer na disputa por investimentos públicos e privados.

Ouriques (1999) afirma que em uma pesquisa realizada com habitantes de Florianópolis em 1995, a maioria quase absoluta (97,33%) se mostrava favorável ao turismo, porém ao mesmo tempo, 33,5% diziam sentir-se prejudicados com os reflexos desta atividade no seu dia-a-dia. Outro fato interessante é que quase a metade dos entrevistados (48,5%) sabia da existência de lugares turísticos na cidade, porém se sentia constrangido ou discriminado para frequentá-los.

Então porque estas pessoas defendiam o turismo? Porque reproduzem a lógica, a ética e a estética do dominador. Daí a maravilhosa “indústria” do turismo ser uma idéia dominante, por representar os

interesses e as forças materiais e espirituais da elite político-empresarial local. (OURIQUES, 1999, p. 79).

Assim, têm-se dados de três períodos distintos que podem trazer interpretações diferenciadas sobre a cobertura destes dois jornais e enriquecer a análise.

O ideal seria analisar todas as edições publicadas no período de existência do suplemento *AN Capital*. Tal estudo seria de extrema importância para a construção de um quadro mais preciso de qual cidade aparece nestes jornais. Todavia, isto exigiria um tempo maior de pesquisa que o disposto para a conclusão dessa dissertação.

Antes de serem escolhidos os períodos a serem estudados, foi feito um levantamento da tiragem dos dois veículos para observar se ocorreram variações significativas em diferentes anos, assim como no decorrer de cada ano. Junto ao Instituto Verificador de Circulação (IVC) foram obtidas informações sobre a circulação total, estadual e local dos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* para todos os semestres dos anos 1996 a 2007. Este último ano foi incluído para observar possíveis mudanças na circulação dos jornais durante o período de aquisição do *A Notícia* pelo Grupo RBS.

Entre 1996 e 2007, a circulação do jornal *Diário Catarinense* na cidade de Florianópolis aos domingos³⁹, dia de maior tiragem, passou de 27.781 no primeiro semestre de 1996 para 22.719 no primeiro semestre de 2007, contra uma variação da circulação média do *A Notícia* nos domingos de 1.636 exemplares no primeiro semestre de 1996 para 2.017 no primeiro semestre de 2007. Estes dados mostram que o *Diário Catarinense* dominava o mercado de jornais diários em Florianópolis. Nestes 10 anos, o número de habitantes da cidade passou de 272.073 para 331.784. Vale lembrar que, apesar do baixo número de jornais vendidos frente à população total do município, a maior parte das vendas são assinaturas que incluem instituições públicas, como universidades e órgãos públicos, e empresas privadas, onde um único exemplar é lido por diversas pessoas.

³⁹ Ver Figura 12 em Anexo.

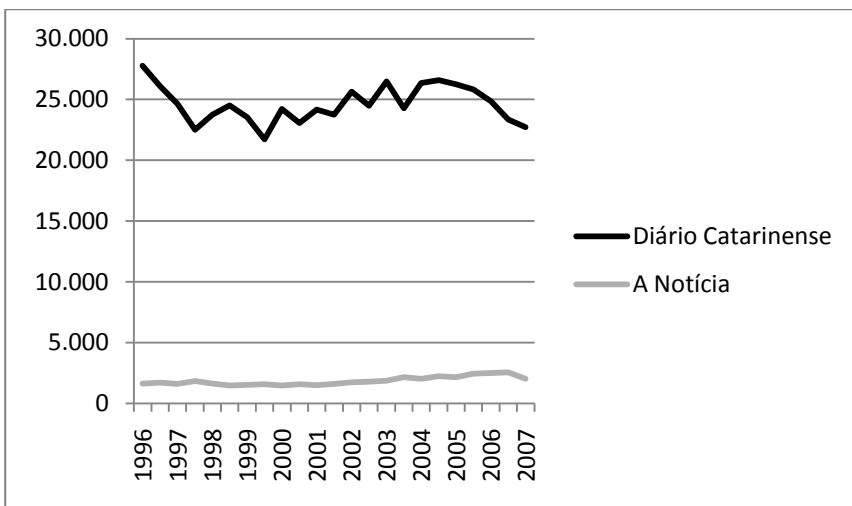


Figura 22 Tiragem dos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* aos domingos em Florianópolis entre os anos de 1996 e 2007, em número de exemplares. Fonte: IVC/Elaboração: Paula Scheidt Manoel, 2010

Já com relação à queda na venda de jornais, é importante ressaltar que este é um processo pelo qual passam veículos de todo mundo. Em 2009, a queda no mercado brasileiro foi de 3,46%⁴⁰ em relação ao ano anterior, o que estaria relacionado ao cenário econômico negativo. “Ao contrário do que acontece em países desenvolvidos, onde os jornais perdem leitores até em períodos de expansão econômica, no Brasil a circulação reflete as oscilações do PIB” (MOLINA, 2010). Apesar disso, a longo prazo, os jornais brasileiros vem perdendo leitores. O maior jornal em circulação no país – *Folha de São Paulo* –, por exemplo, reduziu o número de exemplares em circulação em 43% entre 1996 e 2009.

Alguns motivos para o fenômeno seriam a concorrência com outros meios de informação, como a internet, TV por assinatura e rádios noticiosas (que disputam também as verbas publicitárias); a expansão do serviço de clipagem de matérias dos jornais, com empresas e entidades deixando de assinar os jornais para receber um clipping eletrônico e distribuí-lo internamente; e a diminuição no tempo de leitura que as pessoas dedicam às notícias.

⁴⁰ MOLINA, Matías. Otimismo apesar da queda. **Valor Econômico** – Caderno Fim de Semana Eu&. 19,20 e 21 de março de 2010.

No caso do *Diário Catarinense*, a perda de espaço na capital foi compensada pela expansão das vendas no interior do estado, pois a circulação total do jornal aos domingos se manteve com pouca variação nestes 10 anos. No primeiro semestre de 1996, a circulação total ao domingos era de 61.184, passando para 58.306 no primeiro semestre de 2007. Se considerada a circulação do jornal às segundas-feiras, a curva foi ascendente, passando de 34.579 no primeiro semestre de 1996 para 38.791 no primeiro semestre de 2007.

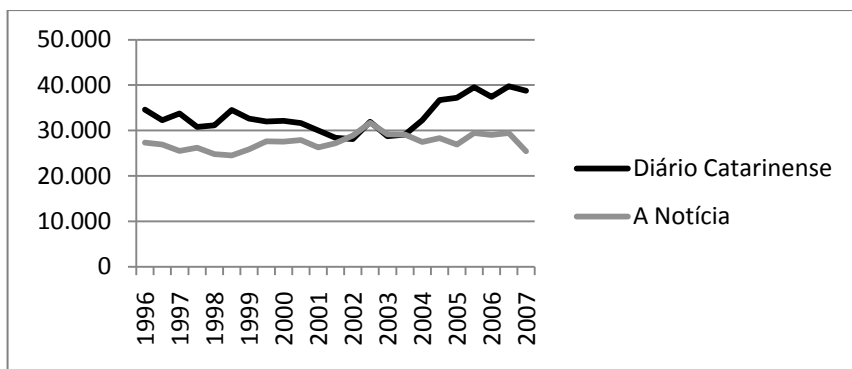


Figura 23 Tiragem total dos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* às segundas-feiras entre 1996 e 2007, em número de exemplares. Fonte: IVC/Elaboração: Paula Scheidt Manoel, 2010

No ano de 2004, houve um aumento acima do normal nos números devido a uma campanha de vendas do Grupo RBS. “Tivemos um incremento forte nas assinaturas com o desafio de ultrapassar e consolidar um patamar de 30 mil assinantes, o que foi conseguido com sucesso e rapidez, por isso o aumento tão alto em tão pouco tempo”, explica o analista de mercado da unidade *Diário Catarinense* Fernando Lengler.

Outro ponto observado ao analisar os números do IVC foi a presença de ciclos anuais de baixa no número de assinatura do *Diário Catarinense* nos meses do verão e alta no inverno no decorrer destes 10 anos. Segundo informações do departamento de Circulação do Grupo RBS, a queda da circulação de janeiro é devido, essencialmente, ao elevado número de suspensões de assinaturas. “Nossa carteira de assinantes começa a apresentar um crescimento de suspensões em dezembro e tem seu auge em janeiro, e gradativamente volta nos 2 ou 3 meses seguintes”, explica Lengler.

Já o *A Notícia* obteve uma circulação média total aos domingos de 37.641 no primeiro semestre de 1996, caindo para 29.627 no primeiro semestre de 2007, quando já era de propriedade do Grupo RBS. É interessante ressaltar também a queda ocorrida após a mudança de propriedade do jornal, já que no segundo semestre de 2006, a circulação média total aos domingos era de 33.218. Se considerada a circulação média às segundas-feiras, a variação foi de 27.307, no primeiro semestre de 1996, para 25.424 no primeiro semestre de 2007, porém no segundo semestre de 2006, a circulação era de 29.423.

Com relação à coleta de dados, as notícias publicadas nos jornais foram selecionadas nos meses de fevereiro e março de 2009 no arquivo de periódicos catarinenses da Biblioteca Pública de Florianópolis. As notícias foram obtidas por meio de registro fotográfico, identificadas por número e data de publicação para, em seguida, serem catalogadas e tabuladas.

3.1.1 Temas das notícias

Política, economia, esportes, eventos culturais, crimes, trânsito, previsão do tempo, etc. O universo de notícias sobre o espaço urbano é imenso e, para facilitar que esta pesquisa alcançasse seu objetivo de forma clara, foi necessário restringir o assunto de interesse. Assim, optou-se por estudar apenas notícias ligadas às questões ambientais e à mobilidade urbana. Esses dois temas são fundamentais para o desenvolvimento urbano da área conurbada de Florianópolis, considerando fatores históricos e geográficos. A seguir, é apresentada uma explicação mais detalhada de como se entende cada um dos temas e da sua importância para o espaço urbano da área estudada.

3.1.1.1 Notícias sobre Meio Ambiente

O intenso processo de urbanização pelo qual vem passando Florianópolis nas últimas décadas e, em contraponto, as características geomorfológicas da cidade, fazem com que os conflitos sócio-ambientais sejam um foco de pautas relevantes para a imprensa local. Por isso, foram escolhidas notícias ambientais para estudar como a cidade aparece na imprensa escrita, conforme objetivo já exposto.

O meio ambiente é aqui entendido como essencial para a vida humana e a cidade como o espaço de intercâmbios entre o ambiente natural e construído. Spirn (1995) explica que o ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomados em conjunto, compreendem um registro da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo. Juntos, contribuem para a identidade única de cada cidade. Estas trocas criam um ecossistema diferente do que existia antes da cidade, o qual consome enorme energia e vasta quantidade de matérias-primas. “À medida que as cidades crescem em tamanho e densidade, as mudanças que produzem no ar, no solo, na água e na vida, em seu interior e à sua volta, agravam os problemas ambientais que afetam o bem-estar de cada morador”. (Ibid, p. 29)

Com o meio ambiente sendo entendido como o espaço natural apropriado pelo homem, irão se inserir neste conceito as notícias que tratem de ações humanas que interferem na natureza, seja na utilização dos recursos, na construção sobre o espaço natural ou no despejo de resíduos, incluindo a ocupação urbana em áreas irregulares, como Áreas de Preservação Permanente (APPs); problemas de saneamento ambiental, como falta d’água, qualidade da água, redes de esgoto impróprias, rios poluídos, e utilização de fontes de energia renováveis.⁴¹

Das notícias sobre meio ambiente encontradas, foram selecionadas para a análise comparativa entre bairros de Florianópolis apenas aquelas que citavam ao menos um bairro. Notícias que tratavam de forma generalizada sobre a cidade, como o racionamento de água em Florianópolis ou a implantação do Parque da Serra do Tabuleiro (regional), não ajudariam a alcançar o objetivo da pesquisa, por isso optou-se por excluí-las da análise. A regra, contudo não foi mantida para os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu. Como o volume de notícias sobre eles era bem menor em relação a Florianópolis, as notícias que tratavam da cidade como um todo e não apenas de bairros também foram consideradas.

3.1.1.2 Notícias sobre Mobilidade Urbana

Com um sistema de transporte prioritariamente individual, dominado por veículos automotores, os sistemas viários sempre ganham destaque em planos de desenvolvimento. Em Florianópolis, “os investimentos viários constituíram-se nas ações decisivas nas transformações e na

⁴¹ Ver no Anexo 1 a lista de todos os assuntos sobre o qual tratam as notícias selecionadas

estruturação intra-urbana da área conurbada”. (SUGAI, 2002, p.93). A mobilidade urbana é uma questão central nas cidades brasileiras, já que muitas delas estão a cada dia se aproximando mais de uma situação de imobilidade do que o inverso. Na área conurbada de Florianópolis, o quadro é o mesmo, resultado de um momento histórico marcado pela vinda de muitos migrantes e a contínua priorização do transporte automotor em detrimento de um sistema de transporte coletivo eficiente. Por esta razão que o tema foi incluído nesta pesquisa. As notícias selecionadas nesta categoria abrangem a abertura (ou reivindicação por) de novas ruas, avenidas, pontes, elevados, etc, a pavimentação, melhorias e alterações de vias, mudanças e reivindicações ligadas à estrutura para pedestres (como a colocação de faixas de segurança ou a acessibilidade), questões ligadas à infra-estrutura para outros modais (barco, bicicleta, metrô, trem) e ligada aos transportes coletivos (ônibus, vans, etc) e alterações no trânsito.

Assim como foi feito com o tema notícias ambientais, foram incluídas na pesquisa aquelas que citem ao menos um bairro, ou eixos viários de Florianópolis. Alguns assuntos foram excluídos da análise porque não ajudavam a alcançar o objetivo: greve de trabalhadores no transporte público, planos viários da prefeitura que não fossem localizados mas para diversas partes da cidade, trânsito em toda a cidade, uso de radares e implantação do sistema integrado de transporte.

3.1.2 Localização espacial das notícias

A próxima etapa da pesquisa foi identificar os bairros que apareciam em cada notícia, o que resultou nas tabelas 14 a 19 (Anexos).

A divisão de bairros não corresponde à definição oficial, apesar de ser baseada na lei nº 5504- 21/07/1999 e no Censo 2000 do IBGE, no caso de Florianópolis. Para facilitar a visualização nos mapas, optou-se por agrupar alguns bairros próximos e com renda domiciliar média similar. Outro motivo é que, na imprensa, muitos bairros são chamados apenas pelo nome do distrito, como por exemplo, o Campeche. Apesar de o IBGE, no Censo 2000, falar em ‘Campeche Central’, ‘Campeche Leste’ e ‘Campeche Sul’, nos jornais qualquer um desses bairros é chamado simplesmente de ‘Campeche’.

Para o município de São José, seguiu-se a divisão feita pelo IBGE no Censo 2000. Como o volume de notícias sobre Palhoça era baixo e o IBGE agrupava os bairros em apenas três para a realização do Censo

2000, optou-se por mapear apenas os bairros que apareciam nas notícias. Biguaçu também foi dividido em três bairros no Censo 2000 (sendo uma zona rural), porém como as notícias não citam bairros e o número delas é baixo, o município foi dividido apenas em dois bairros: Biguaçu centro e Tijuquinhas.

A construção dos mapas se deu da seguinte forma: Toda vez que um bairro era citado, incluía-se um ponto nas tabelas (Ver anexos). Por esta razão, o número de citações aos bairros é muito maior que o de notícias, já que muitas delas falavam de um certo assunto em diferentes bairros. Esta situação foi bastante recorrente com relação ao Norte da Ilha, sendo freqüente notícias que citavam três, quatro ou mais bairros desta parte da cidade. Com base nestes dados, foram criados mapas conforme a divisão de bairros dos mapas das próximas páginas e feitas as leituras apresentadas nos próximos sub-capítulos.



Figura 24 Divisão de bairros do Distrito Sede (Ilha e Continente) de Florianópolis. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 25 Bairros do Norte da Ilha de Florianópolis, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 26 Bairros do Leste da Ilha de Florianópolis, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 27 Bairros do Sul da Ilha de Florianópolis, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 28 Bairros do município de São José e área urbana de Biguaçu, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 29 Bairros do município de Palhoça, conforme divisão adotada nesta pesquisa. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

3.2 AS NOTÍCIAS E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O jornalismo lida com o presente e manifesta fenômenos e versões de diversas áreas de conhecimento, que vão desde a antropologia até a medicina, com um ritmo próprio e, obviamente, sem interpretações profundas da realidade, que virão depois no formato de livros, palestras e outros meios de conhecimento.

O jornalismo certamente não dá conta da multiplicidade de fenômenos, de sua densidade e contextualização. Se fosse assim, um jornal diário começaria em São Paulo, terminaria em Júpiter e pesaria algumas toneladas. A produção de conhecimento fatos e versões, em cada área do saber e do poder, aliada à irrupção de acontecimentos diários, tornaria, simbolicamente, um dia de um indivíduo uma multiplicidade de outros dias, infinitamente. (Karam, 2004, p.31).

No processo de seleção do que será ou não comunicado, das fontes que serão entrevistadas e dos ângulos das matérias, cada veículo de imprensa expressa a sua visão do mundo e determina o que merece ou não ser discutido pela sociedade. Fatores subjetivos levam os editores a decidir o que entra, qual será a extensão do texto, a posição hierarquizada na página, se ganhará uma chamada na capa e se a notícia incluirá imagens.

[...] Ao jornalismo cabe determinar, por sua essência, que somente alguns acontecimentos e versões serão noticiáveis e outros não. Isso não exclui, é certo, a seleção de natureza ideológica e política existente também hoje. Mas inclui, é igualmente correto, inumeráveis acontecimentos de extremo interesse público, que só podem mesmo ser incorporados socialmente pela dimensão rítmica imediata do presente. (Ibid)

Esta seleção de fatos se dá por um trabalho de valoração do mundo feito pelos jornalistas, que para Barros Filho (2009) está escondido por trás da idéia de que “o jornal é o registro do mundo” ou “a notícia é uma instância de correspondência com a realidade”, a qual é defendida

por muitos veículos de imprensa e reforçada por slogans publicitários sobre os produtos jornalísticos.

É fácil perceber que nenhum discurso pode propriamente corresponder à realidade e o jornalístico não é diferente. O real não é noticiável enquanto real. É fácil perceber que o mundo tal como é apresentado pela publicidade não cabe no jornal. É fácil perceber também que todo jornal é um mundo possível em detrimento de muitos outros mundos possíveis preteridos diariamente em muitas reuniões de pauta. Então, é claro, o jornal é um e poderia ser outro. Ora o processo que permite a emergência de um mundo possível em detrimento de outro é um processo necessariamente valorativo. O jornalista para discriminar o fato noticiável do fato que não merece este estatuto, esse jornalista precisa atribuir valor a realidade que, claro, immanentemente não tem valor nenhum. Vale alguma coisa para nós, vale alguma coisa na medida em que nos afeta. E o jornalismo é uma maneira entre outras de atribuir valor a realidade. (Ibid)

Genro Filho (1987, p.49) explica que “os próprios *fatos*, por pertencerem à dimensão histórico-social, *não são puramente objetivos* (grifo original)”.

No âmbito das notícias sobre a cidade, indubitavelmente, este processo de valoração dos fatos também servirá para a seleção das partes do espaço urbano que merecerão estar no jornal. Ao fazer esta escolha, o veículo jornalístico apresentará uma idéia de cidade ao leitor que, no entanto, muitas vezes não corresponde à cidade real, pois é estabelecido a partir da representação “elaborada pelas camadas dominantes, da cidade hegemônica, ou da cidade virtual”. (MARICATO, 1996, p.3)

Não nos interessa aqui discutir valores-notícia que norteiam os profissionais da imprensa neste processo diário de seleção de fatos noticiosos que serão divulgados em seus veículos jornalísticos. Nosso foco será exclusivamente investigar que cidade aparece nos jornais, no caso que Florianópolis (e municípios vizinhos da área conurbada) está nos veículos *Diário Catarinense* e *A Notícia*.

Nas 389 notícias levantadas, sendo 252 sobre meio ambiente e 137 sobre mobilidade urbana, é possível perceber que há uma desproporção na cobertura jornalística de diferentes bairros da área conurbada

de Florianópolis. O primeiro fato que se observa é a clara priorização sobre a Ilha, (74,2% das notícias) que, em 2000, abrigava 252.909 moradores⁴² em detrimento do continente, onde viviam 413.784 habitantes de quatro municípios ou 62% da população da área conurbada de Florianópolis. Apenas 20,3% das notícias selecionadas são sobre as cidades de Palhoça, São José e Biguaçu; e 6,1% se referem aos bairros da parte continental de Florianópolis.

Do total de notícias levantadas nesta pesquisa, apenas 37 (ou 9,5%) citam São José; 44 (ou 11,3%) fazem referência à Palhoça e 16 (ou 4,1%), à Biguaçu. (Figura 31)

E a proporção de notícias sobre Biguaçu, por exemplo, deveria ser ainda menor. Isto porque quase metade delas (7) ocorreu num mesmo período, em maio de 1997. Elas tratam de uma denúncia de contaminação hídrica vindas do aterro sanitário que recebe todo o lixo de Florianópolis. E problemas como falta de saneamento, construções em áreas de preservação, infra-estrutura viária?



Figura 30 Notícia sobre Biguaçu publicada no AN Capital dia 03 de maio de 1997.

⁴² Censo 2000.

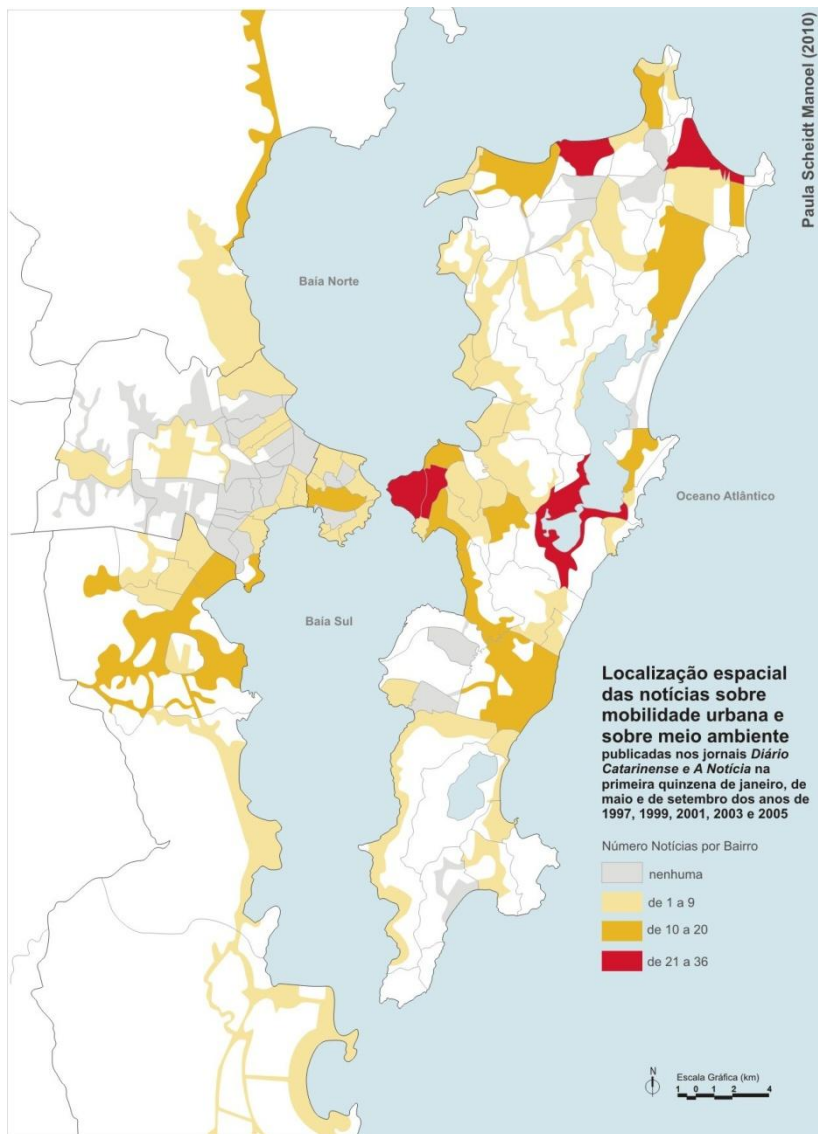


Figura 31 Notícias por bairros publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* na primeira quinzena de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

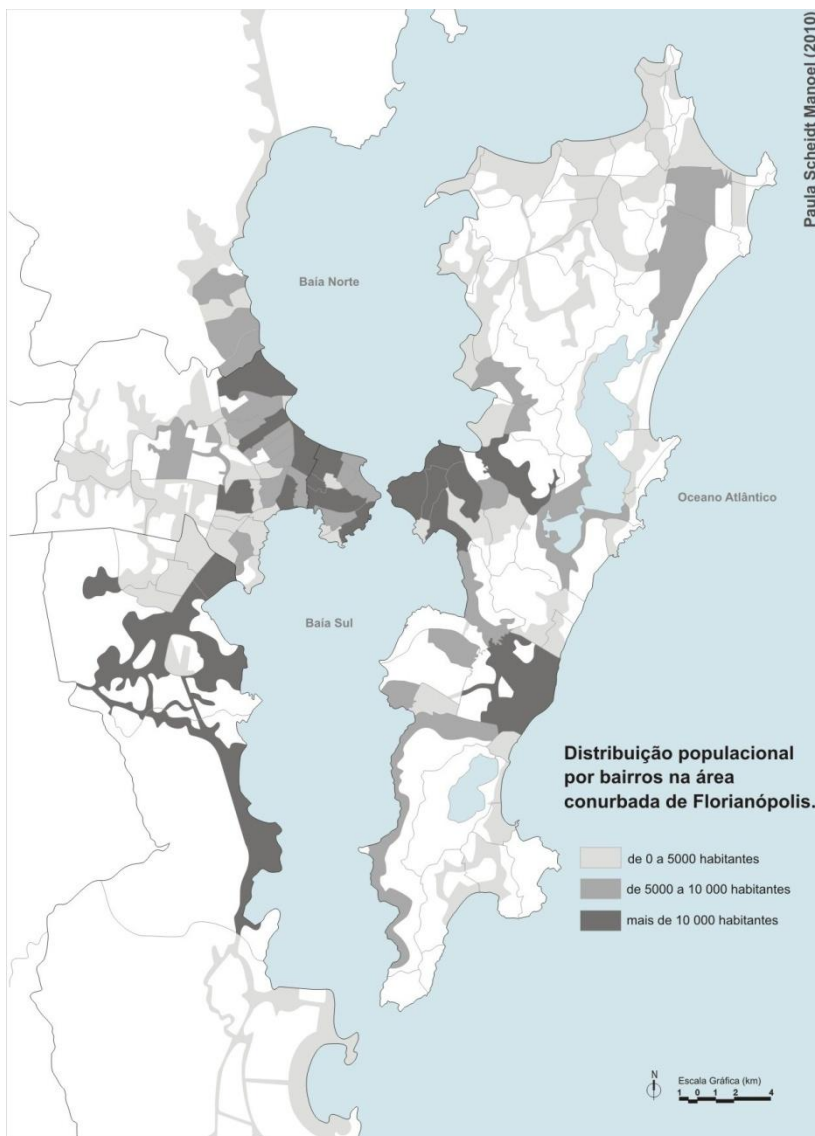


Figura 32 Distribuição populacional por bairros na área conurbada de Florianópolis. Fonte dados brutos: IBGE (2010) / Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

Além de mais duas outras notícias sobre o aterro sanitário, os jornais abriram espaço para falar sobre falta de água no município, a instalação de pontos de ônibus (única notícia sobre mobilidade urbana sobre

Biguaçu), limpeza do rio e a cassação do alvará de instalação de uma pedra.

O baixo número de notícias comparado com a quantidade de habitantes segue também nos bairros da capital que ficam no continente. Nesta área viviam 89.406 pessoas em 2000 (ou 26,1% da população de Florianópolis), porém eles aparecem em apenas 34 notícias (6,2% das citações totais). Além da alta densidade demográfica que piora os problemas urbanos nesta parte da cidade, os índices de renda são menores que na Ilha.

O segundo ponto que se observa ao analisar as notícias é que os bairros mais noticiados são os de maior interesse para as camadas de mais renda, seja porque literalmente moram nele ou possuem negócios ou mesmo visam a prospecção de investimentos futuros.

Quase metade das notícias sobre meio ambiente e mobilidade urbana estudadas (47,3% ou 184 do total) são sobre apenas 23 bairros, justamente aqueles habitados ou que, historicamente, têm sido usados como áreas predominantes de lazer (com a instalação de segunda residência) pelas populações de maior renda (Tabela 7). Ao todo, foram mapeados 103 bairros nos quatro municípios da área conurbada de Florianópolis.

Vejamos, inicialmente, os municípios da área conurbada. Além de terem poucas notícias, os fatos que ganham a atenção dos jornais acontecem justamente nos bairros que interessam a classe alta.

Em São José, por exemplo, o segundo bairro que mais aparece é Kobrasol (8 notícias), que tem suas raízes ligadas a empresários locais. Principal área de moradia da classe média alta na cidade atualmente, o Kobrasol foi batizado assim por causa das três grandes empresas familiares de Florianópolis – Koerich, Brasil-pinho e Cassol – que deram origem a ele. A compra de terrenos neste município na década de 70, onde o crescimento de estabelecimentos industriais atingia 151,85% neste período (SUGAI, 2001, p.95), foi a estratégia de investimento escolhida pelas três empresas para aplicar o capital que vinham acumulando. Em 1974, a propriedade total destas três empresas em áreas próximas, no município de São José, somava 700 mil metros quadrados, o que as levou a fundar a Kobrasol Empreendimentos Imobiliários para, em seguida, começar a construir edifícios comerciais e residenciais na área. (Figura 34)

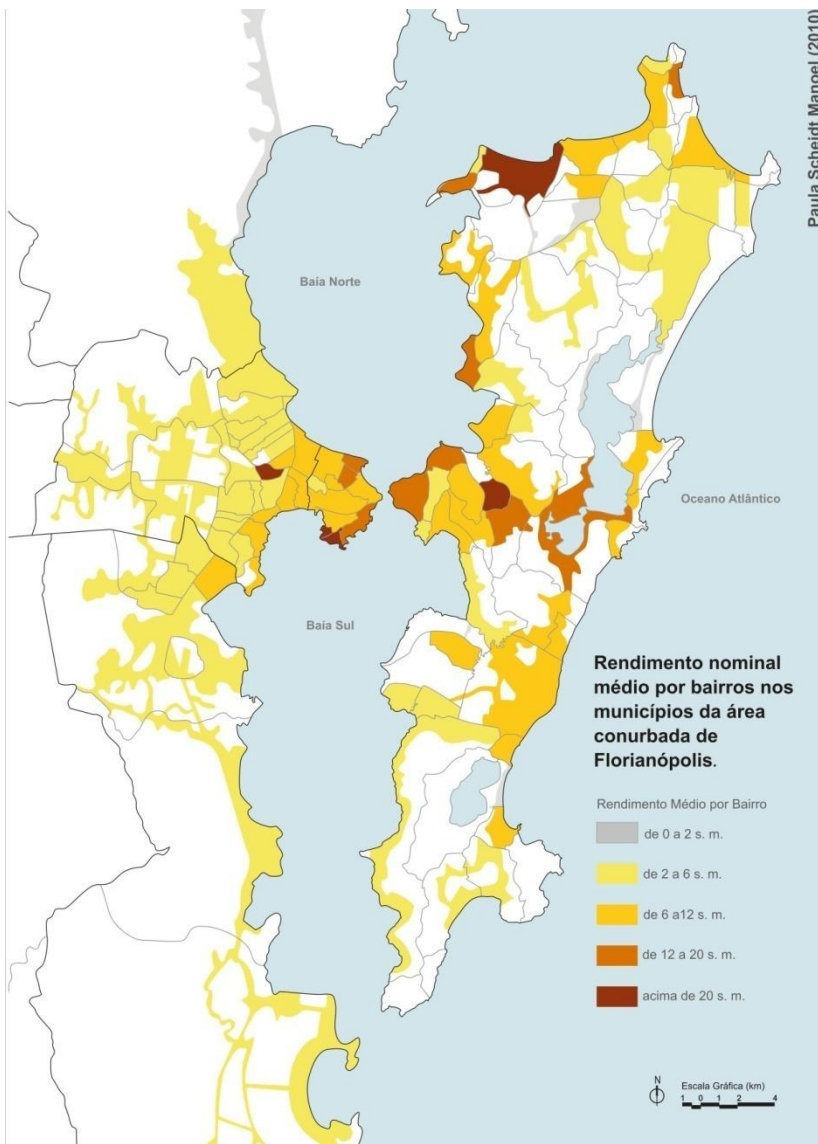


Figura 33 Distribuição da população por rendimento nominal médio na área conurbada de Florianópolis. Fonte dados brutos: IBGE (2010) /Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

Tabela 7 Notícias sobre bairros habitados ou de lazer da camada de maior renda (acima de 12 s.m) na área conurbada de Florianópolis

Bairro	Número de notícias	Habitantes
Florianópolis - Ilha		
Agronômica	11	14.591
Centro	30	44.074*
Córrego Grande	12	4.833
Santa Mônica	4	5.081
Cachoeira do Bom Jesus	9	1.199
Ponta das Canas	11	2.473
Praia Brava	3	130
Lagoinha do Norte	3	651
Inglese	27	4.668
Canasvieiras	36	4.822
Daniela	2	426
Jurerê	14	3.252
Lagoa	27	8.943
Cacupé	2	863
SC401	19	
Florianópolis – Continente		
Balneário	1	6.110
Bom Abrigo	1	1.262
Canto	-	5.560
Coqueiros	8	13.592
Itaguaçu	1	2.229
São José		
Ponta de Baixo	13	2.265
Bosque das Mansões	-	595
Kobrasol	8	12.192
Campinas	2	9.593
Palhoça – Praias	9	

* Inclui habitantes do Maciço do Morro da Cruz

Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 34 Notícia sobre uma obra viária que beneficia diretamente o Kobrasol, publicada no *AN Capital* no dia 11 de janeiro de 2001.

O bairro da Ponta de Baixo, onde o rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio era de 10 salários mínimos em 2000⁴³, foi o com o maior número de notícias (13) entre todos de São José. Mais da metade delas (8), contudo, se referem a apenas um assunto - a construção de uma ponte entre os municípios de Palhoça e São José, sobre o rio Maruim - e foram publicadas no mesmo ano, em 1999. O fato ganhou bastante espaço na cobertura dos jornais porque a ‘novela’ da obra vinha se arrastando por quatro anos. Parte da antiga travessia havia sido destruída por uma enxurrada em 1995, quando foi instalada uma ponte provisória de madeira, porém que ficou em uso até a construção desta nova. Somente no mês da inauguração - maio -, foram publicadas cinco notícias sobre o assunto. (Figura 35 e 36)

Ainda na parte continental do município de Florianópolis, das 18 citações encontradas sobre esta região da cidade entre notícias ambientais, seis (ou 33,3% delas) são sobre apenas um bairro, Coqueiros. Habitado por classe média alta, historicamente ele tem uma forte ligação com a elite local e é o principal acesso de bairros ocupados pela classe alta (Itaguaçu e Bom Abrigo) ao centro de Florianópolis. (Figura 37)

⁴³ Censo 2000.



Figura 35 Notícia sobre a inauguração da Ponte do Imaruim publicada no AN Capital no dia 10 de maio de 1999.

24

GERAL

SISTEMA VIÁRIO

Ponte do Rio Maruim será inaugurada hoje

Travessia que liga São José a Palhoça reabre às 10h, e põe fim a transtornos de três anos

Luis Machado
São José

Um drama de mais de três anos termina hoje para os moradores das cidades de Palhoça e São José, na Grande Florianópolis. Às 10h, será inaugurada a nova ponte que ligará as duas cidades passando sobre o Rio Maruim. Desde dezembro de 1995, eles utilizam uma passagem provisória. A ponte que existia até sexta-feira foi levada pela forte correnteza do rio, causada pela enchente que atingiu a região na época e resultou em sérios prejuízos a vários municípios.

Em janeiro de 1996, foi instalada no local uma ponte metálica cedida pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) semelhante aos modelos utilizados pelo Exército. Trazida para ficar poucos meses, ela acabou sendo usada para passagem de veículos até o final de abril, quando passou a ser apenas uma passarela de pedestres. Nos próximos meses será retirada do local.

Em setembro de 1996, começou a construção da nova ponte. O governo federal repassou R\$ 400 mil através de um convênio firmado com o governo estadual para assegurar os municípios afetados pela enchente da Grande Florianópolis. A prefeitura de São José coube arcar com os R\$ 1,1 milhão restantes. Palhoça cuidou da construção e pavimentação da calçada do seu lado.

A ponte ficou pronta em dezembro de 1997. Porém, faltava ainda construir o acesso do lado de São José. Foi preciso sinalizar um trecho de 780 metros em um terreno pantanosos. Surgiu um embargo ambiental que paralisou os trabalhos em 1998. A Polícia Ambiental de Santa Catarina não concordou com a retirada de áreas do leito do Rio Maruim. Foram necessários dois meses para regularizar a operação. Outros foram concluídos os últimos trechos de asfalto e a pintura da sinalização de pista.

A NOVELA



No dia 26 de dezembro de 1995 o vão central do antigo ponte do Rio Maruim começa a ceder. A forte correnteza do rio, provocada pela enchente, que atinge a região, afeta os pilares da estrutura.



Em janeiro de 1996 a instalação da ponte provisória concluída. Ela possui apenas uma pista de tráfego e com madeira colocada sobre a estrutura de metal.

A PONTE

- Comprimento da ponte: 130 metros
- Largura: 8,5 metros
- Custo de construção: 2500.000
- Término: 12/20/97

Notícia:

- No lado de São José foi construída uma pista com 780 metros de extensão
- Custo da construção: 01.071.000
- Término: 07/02/99
- No lado de Palhoça foi construída uma calçada com 20 metros de extensão

Notícia local dos custos:

- R\$ 1,2 milhão

TRES ANOS DE TRAVESSIA IMPROVISADA

O taxista Geroldo Lima, 33 anos, pediu visto ontem em razão da ponte metálica. Ele não precisou de engarrafamentos, e acabou chegando atrasado ao trabalho. Seu maior prejuízo foi sem clientes, pois que usavam seus serviços exclusivamente nos pontos finais da travessia, locais em que chegava a ficar quase uma hora preso nos engarrafamentos. Não são os



seguros que pediu, ainda tinha o perigo de acidente rodoviário por aí. A estrutura estava muito comprometida.

"Furam três anos de sofrimento", declara o motorista de ônibus Daniel Almeida Santos. Passando a firma Guarnido de Ônibus Maruim Ltda, ele passou desde então pela ponte metálica. Ele sempre carregou engarrafamentos de mais de três quilômetros.



O motorista de caminhão Marcos Manoel da Silva, 24 anos, já teve problemas de saúde quando em razão da ponte metálica. Ele trabalha em greve desde alguns meses. Depois de um dia e a noite em trânsito a travessia de São José a Palhoça, Marcos já tomou a decisão de não mais fazer esse percurso por onde quer que seja.



8 de maio de 1999

Figura 36 Notícia sobre a inauguração da Ponte do Imaruim publicada no *Diário Catarinense* no dia 8 de maio de 1999.

No caso do tema mobilidade urbana, um fato pontual levou a um volume acima do normal de notícias para esta região da cidade. Uma criança morreu atropelada na Via Expressa, principal acesso a Ilha, e isto desencadeou uma série de protestos dos moradores das favelas existentes às margens da rodovia exigindo faixas de segurança ou passarelas no local, sob a justificativa que vinham sendo frequentes casos como

este. Assim, o assunto foi pauta para ambos os jornais durante uma semana, com notícias de grande destaque tanto no *Diário Catarinense* quanto no suplemento *AN Capital* em setembro de 1997. Ao todo, foram nove notícias sobre este fato, o que levou o bairro de Coqueiros a ser o com o maior volume de notícias dentre os da parte continental (16).



Figura 37 Notícia sobre o bairro de Coqueiros publicada no AN Capital no dia 15 de janeiro de 1999.

Apesar da grande atenção dada pelos jornais, as notícias se detinham ao manifesto em si, sem nenhum aprofundamento, por exemplo, na raiz do problema, já que tanto as populações estavam em área irregular de ocupação quanto estavam totalmente excluídas de qualquer política urbana. A criança estava em uma carroça puxada por cavalos com o pai, provavelmente única opção de transporte, e transitando por uma rodovia em alta velocidade devido à falta de uma via secundária.

Se no continente já é possível identificar uma tendência de concentração de notícias sobre os bairros de interesse das camadas de maior renda (com exceções como vimos a pouco), na ilha este quadro fica ainda mais claro.

Na parte central insular de Florianópolis, chamada de Distrito Sede-Ilha, existem 13 bairros, sendo que para facilitar a observação de diferenças de rendas, o bairro Centro foi dividido em “Centro” e “Maciço do Morro da Cruz”, já que são duas regiões opostas com relação aos rendimentos dos chefes de família. Assim ficaram 14 bairros, dentre os quais, como já era esperado, o com mais notícias é o Centro. Além de ser a área com maior densidade da Ilha, também é um dos locais com maior concentração da elite. Ao todo, foram 30 notícias, sendo 19, sobre mobilidade urbana e 11, ambientais. Os assuntos noticiados são ligados ao trânsito (6 notícias), obras (elevado de acesso às pontes e estacionamento subterrâneo, por exemplo), transporte público (5), infra-estrutura para pedestres como faixas de segurança ou calçadão (6), buracos nas ruas (1), áreas verdes (3), saneamento (8). (Figura 38)

Em seguida, quem apareceu mais nas notícias pesquisadas foi o Maciço do Morro da Cruz (22), principal concentração de favelas da cidade. O problema aqui, contudo, não é a quantidade de notícias, mas a qualidade. Ou seja, não há como negar que quantitativamente há um certo equilíbrio no volume de notícias das áreas de maior interesse da classe alta e da habitada por classes baixas. Porém ao analisar o tipo de notícia publicada sobre esta cidade “fora da lei”, que cresce independente de planos e investimentos públicos e privados, percebe-se que são sobre ações que interessavam ao poder público divulgar e não reivindicações da população. (Figura 39)

Das 13 notícias ambientais, por exemplo, quatro são sobre ações da Comcap (empresa responsável pelos serviços de limpeza pública) relacionadas à coleta de lixo e campanhas de limpeza; três, sobre ações da Prefeitura para conter as encostas; duas, sobre vistorias das encostas feitas pela Defesa Civil; uma, sobre o combate à invasão feito pela prefeitura como exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o recebimento de recursos para a construção de casas populares; uma, sobre o plantio de árvores em um projeto de educação ambiental supervisionado pela Fundação de Meio Ambiente (Fatma); uma, sobre a ampliação do sistema de abastecimento de água divulgada pela Companhia de Águas e Saneamento (Casan) e, finalmente, mais uma, sobre o adiamento da votação do projeto de criação de um parque, gerada provavelmente por intermédio de assessoria de imprensa da vereadora que solicitou a prorrogação.



Figura 38 Notícia sobre o Centro publicada na AN Capital no dia 05 de janeiro de 2005.



Figura 39 Notícia sobre o Maciço do Morro da Cruz publicada no AN Capital no dia 4 de setembro de 1997.

Os bairros Costeira do Pirajubaé, onde 25,6% da população recebia até 2 s.m.⁴⁴, e Saco dos Limões, bairros ao sul do Centro, tiveram 14 notícias publicadas nos períodos estudados. Aqui a atenção dos jornais estava na construção da Via Expressa Sul, que liga o centro ao aeroporto e ao Sul da ilha. A obra, do governo estadual, já era prevista na década de 70, porém só em 1996 foi iniciada, sendo interrompida pela construtora em agosto de 1997 por inadimplência nos pagamentos e retomada em 1999.

A reabertura do único parque urbano da ilha levou a um número considerável de notícias sobre o Córrego Grande, bairro que fica próximo a Universidade Federal de Santa Catarina e outros habitados por camadas de média e alta renda.

Independente de quem vive nestes bairros, tanto a construção da Via Expressa Sul quanto a reabertura do Parque do Córrego Grande, são questões que beneficiam diretamente a classe dominante, ao reduzir o custo de deslocamento para o Aeroporto e ao criar uma área de lazer de fácil acesso ou mesmo próxima do local de moradia.

Outro dado que ajuda a reforçar a tendência de concentração de notícias sobre áreas da cidade que interessam à classe dominante está no baixo número de aparições de locais habitados pelas camadas de menor renda. É o caso de dois dos bairros com maior percentual de moradores que viviam com até dois salários mínimos na área central da ilha - José Mendes (23,6% dos moradores recebiam até 2 s.m) e Saco Grande (27,6%)⁴⁵. O primeiro teve apenas uma notícia publicada, já o segundo apareceu em cinco notícias, contudo três delas se referiam a irregularidades ambientais na construção de um Shopping Center as margens da SC-401, que dá acesso ao Norte da ilha.

E é justamente a região Norte, onde se concentram os principais balneários turísticos, que mais aparece nas notícias pesquisadas (156 citações destes bairros ou 28,3% do total), apesar de apenas 14,3% da população de Florianópolis (69.373 habitantes⁴⁶) morar ali. Como já foi dito no Capítulo 2, os bairros do Norte da ilha são áreas de expansão e de lazer da classe dominante.

É importante notar ainda que, se consideradas apenas as notícias publicadas em janeiro, auge da temporada turística, a atenção dos jornais claramente se volta para esta parte da cidade: quase metade das citações (48,4% daquelas sobre mobilidade urbana e 42,1% das sobre meio am-

⁴⁴ Censo 2000

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Ibid.

biente) são sobre bairros dessa região de Florianópolis. Canasvieiras é de longe o bairro mais citado em janeiro, aparecendo em 27 notícias, seguido por Ingleses (16), Centro (11), Santinho (10) e Jurerê (8). As diferenças entre os meses serão aprofundadas mais adiante.

3 Profissionais de limpeza foram enviados de 24 a 28 de janeiro, aguardando o envio de equipamentos de proteção individual para a população.

6 Moradores da rua 202, Associação do Bairro e Prefeitura de Itajaí estão de posse de um terreno de 100 mil metros quadrados em Itajaí.

PFL e PSJ municipais concretizam fusão em solenidade na Câmara da Capital. **PÁGINA 3**

AN capital

SEXTA-FEIRA - 5/17/2001

FLORIANÓPOLIS - SC

Falta d'água é problema no Norte da Ilha



CANASVIEIRAS Marco Antônio Cardoso, torneiros ficam sacos entre os 9 e as 19 horas

Moradores, turistas e donos de bares, restaurantes e pousadas afirmam que fornecimento é irregular

CELSO MARTINS

A Ilha é lamar de Almeida é o gerente de um restaurante na beira da praia de Ponta das Canas. Marco Antonio Cardoso mora e trabalha em uma pousada no Norte da Ilha, perto de Canasvieiras. O problema comum entre eles é que estão sofrendo com a falta de água, desde a passagem do dia 31 de dezembro para 1º de janeiro. "Tive que comprar uma cisterna com 3 mil litros para poder atender o movimento", explica Almeida.

de outro restaurante de Ponta das Canas, Diego Tronco.

Sua família possui dois apartamentos que aluga no verão, um deles ocupado atualmente por um casal do Rio de Janeiro. "Tive os meus filhos embora porque está acostumada a ir todos os anos e enfrentar os problemas. Mas a cisterna que eles usam fica no segundo andar e a água não sobe. Tive que improvisar para garantir o banho deles", complementa Tronco.

Cada dono de restaurante de Ponta das Canas tem um drama para contar relacionado à falta de água, assim como os moradores, turistas e visitantes.

Tudo ao mesmo tempo tiveram que fechar mais cedo, durante a festa de passagem de ano, porque não tinham mais água em seu boiler", reclama Vanderlei Marciano dos Santos, outro proprietário de Ponta das Canas. Ele também possui duas cisternas de reserva, "mas quando essa acaba eu não consigo e fechar mais cedo, o que dá prejuízo", lamenta. "A água chega forte mesmo à noite, mas depois que amanhece é uma tragédia", afirma o gerente

de uma melhora o fornecimento na área populada, sendo cobrados em espécie mais dois pesos de água. Costa Neves o que significa um aumento de 40 litros por segundo à vista normal. No início da tarde de ontem, de fe, era visível nas localidades do Norte da Ilha apontadas pela reportagem da AN Capital e observo que, além do aumento no consumo, também há muita desperdício, com pessoas levando cisternas em quantidade mais do que necessária para evitar a perda. "Tudo conectado e sem relação de que se resolve e nunca", avalia.

Tibério afirma ainda que a origem do problema está relacionada

Temporada provoca aumento do consumo na região

de 100 milhões o fornecimento na área populada, sendo cobrados em espécie mais dois pesos de água. Costa Neves o que significa um aumento de 40 litros por segundo à vista normal. No início da tarde de ontem, de fe, era visível nas localidades do Norte da Ilha apontadas pela reportagem da AN Capital e observo que, além do aumento no consumo, também há muita desperdício, com pessoas levando cisternas em quantidade mais do que necessária para evitar a perda. "Tudo conectado e sem relação de que se resolve e nunca", avalia.

Tibério afirma ainda que a origem do problema está relacionada

Figura 40 Notícia publicada na AN Capital no dia 5 de janeiro de 2001.

Já os bairros do Norte da Ilha habitados por populações de baixa renda raramente eram mencionados nos jornais. Canto do Lamim, Vargem do Bom Jesus e Cachoeira do Bom Jesus Leste, com rendas nominais mensais médias de 4,7 s.m, 4 s.m e 4,6 s.m respectivamente, não são citados em nenhuma das notícias selecionadas.

A discrepância dentro dos distritos, com a clara priorização de notícias sobre os bairros habitados pelas camadas de maior renda, pode ser vista de forma clara nos Ingleses, por exemplo. Ao todo, foram 40 citações para este distrito, contudo apenas uma delas se refere ao bairro

com a menor renda nominal (Capivari, com 5,5 salários mínimos⁴⁷). No Distrito de Canasvieiras, 50 das 54 citações são sobre duas das praias favoritas da elite local – Jurerê e Canasvieiras.

Se há muito espaço para falar dos bairros do Norte, falta para tratar dos problemas ambientais e do sistema viário do Sul. Em volume, há menos de um terço de referências a esta parte de Florianópolis (50 ou 9,1% das citações), que em termos populacionais difere pouco do Norte da ilha (13% dos habitantes de Florianópolis⁴⁸). Alguns bairros ali também são ‘invisíveis’ para os jornais, como Pedregal, onde a renda nominal média é de 3,6 salários mínimos, e sobre o qual não foi registrada nenhuma notícia nesta pesquisa.



Figura 41 Notícia sobre o Campeche publicada no *AN Capital* no dia 13 de maio de 1997.

Campeche foi o que ganhou mais a atenção dos jornais, com 14 notícias. Nos anos 90, a Prefeitura apresentou planos polêmicos para a planície do Campeche inspirados nas tecnópolis japonesas e nas novas cidades britânicas, que incluíam uma projeção populacional de 450 mil habitantes (somente para esta parte da cidade), parques tecnológicos, um campus secundário para a Universidade Federal de Santa Catarina, um aeroporto, um sistema viário com várias largas avenidas, centros hospitalares, entre outros equipamentos urbanos. Os planos oficiais da Prefeitura, que foram duramente criticados pelos moradores da região, queriam colocar a cidade como uma ‘referência internacional’, ao menos no Mercosul. (RIZZO, 2005, p. 63) “Esta pretensão começou a ser esboçada nas políticas locais a partir da virada dos anos oitenta para os noventa e demonstra que a administração de Florianópolis tenta rapidamente

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid.

absorver novos paradigmas para a gestão e o planejamento locais que têm estado em debate no mundo”. (Ibid)

Em seguida aparece a Tapera da Base com oito notícias. O bairro tem uma renda nominal média baixa (3,8 sm), mas devido à mobilização da comunidade, que promoveu passeatas pedindo melhorias na infraestrutura das vias e de saneamento, conseguiu atrair a atenção dos jornais.

Os bairros do Ribeirão da Ilha, Armação e Pântano do Sul, empataram no número de notícias, com cada um aparecendo em sete delas. Estes três bairros são os principais pontos turísticos do sul da Ilha por manterem fortes elementos da cultura açoriana, como o cultivo da ostra, festas populares e arquitetura típica.

Entre o Norte e o Sul da ilha, está a Lagoa da Conceição, um dos cartões postais da cidade que, justamente pela beleza natural e melhorias no acesso viário, têm atraído muitos novos moradores de maior renda (tanto da própria cidade quanto de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo) nas últimas décadas. E, coincidentemente, os bairros desta área têm um volume elevado de notícias sobre conflitos ambientais em comparação com outras áreas da cidade, que da mesma forma possuem riqueza ambiental e sofrem com a ocupação urbana. Com apenas 2,87% da população de Florianópolis, o distrito da Lagoa da Conceição detém 11,26% do total de notícias pesquisadas (39 em número absoluto). Somente em maio de 2001 e 2003, foram oito notícias sobre um ato simbólico de ‘Abraço à Lagoa’ que os moradores promoveram para chamar a atenção para a degradação ambiental. Outros assuntos noticiados sobre o bairro Lagoa, que teve 27 notícias, foram a falta de esgoto, ocupação irregular em áreas de preservação e buracos na rua. Das outras 12 notícias sobre o distrito, seis eram sobre a Praia Mole (maior parte delas relacionada à queda de pedras na rodovia devido a um forte temporal na cidade); quatro sobre a Costa da Lagoa, uma comunidade de pescadores acessível apenas de barco ou a pé; e mais duas sobre a Praia da Joaquina, que tratavam de reclamações de turistas sobre a estrada que leva à praia. (Figura 42)

Uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo destas notícias será apresentada nos próximos dois sub-capítulos.

3.2.1 Meio Ambiente: o que é notícia na área conurbada de Florianópolis

Neste sub-capítulo será explorado os temas das notícias ambientais publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia*. Ao todo, foram encontradas 252 notícias ambientais e agrupadas em dois grandes grupos: ‘Saneamento’ (158 notícias) e ‘Espaço construído X ambiente natural’ (94).

Como pode ser visto na figura 44, na página ao lado, os bairros com o maior volume de notícias são, respectivamente, Canasvieiras (24), Lagoa (22), Maciço do Morro da Cruz (20), Ingleses (17), Barra da Lagoa (15), Campeche (14) e Centro (11). (Mapa X) Apesar de Biguaçu aparecer em um número considerável de notícias quando comparado aos demais bairros (principalmente de Florianópolis), é bom lembrar que o número é o total para todo o município.

No grupo temático ‘conflitos entre espaço construídos e ambiente natural’, a maior parte delas (67%) tratava da criação, preservação recuperação ou benefícios de Áreas Verdes e parques; e, ainda, sobre as construções em áreas de preservação, suas conseqüências (deslizamentos, soterramentos), os impactos e as possíveis ações que seriam tomadas para resolver a questão. Algumas notícias (11,7%) se referiam ainda a conflitos que levassem a degradação ambiental, como por exemplo, incêndio florestal, construção de um shopping Center ou ações da população de alerta para o problema. Em menor número, apareceram também notícias sobre planejamento do uso do solo (7,4%), o impacto aos recursos hídricos (5,3%), extração de recursos naturais (4,2%), energias renováveis (2,1%) e eventos extremos (no caso, ressacas) (2,1%). (Figura 43)

A grande maioria das notícias ambientais (158) está ligada ao tema ‘saneamento’, tratando principalmente de problemas no sistema de esgoto, no abastecimento de água e da coleta de lixo. Em menor número, ações ligadas à prevenção de enchentes, como drenagem e dragagens de rios, também aparecem.

Com o litoral catarinense lotado de turistas, os problemas de saneamento no verão ficam mais evidentes nas praias. Conseqüentemente, há um aumento no número de notícias sobre este assunto. E como não poderia ser diferente, os bairros do Norte da Ilha são os mais citados em janeiro, com destaque para Canasvieiras, que tem disparado o maior volume de notícias ambientais neste mês, 20. Todas elas são sobre saneamento, ou melhor, a falta dele. São notícias ora de moradores recla-

mando de falta de água, ora do turista insatisfeito com as montanhas de lixo acumuladas nas calçadas e outras vezes da prefeitura anunciando fiscalização de ligações irregulares de esgoto.

Tabela 8 Assuntos noticiados sobre o meio ambiente ligado ao sub-tema ‘Espaço Construído X Ambiente Natural’.

Espaço construído X Ambiente Natural	Nº de notícias
Parques e áreas verdes	32
Construção em áreas de preservação	31
Degradação ambiental	11
Planejamento do uso do solo	7
Impacto sobre Recursos Hídricos	5
Extração de recursos	4
Energia renovável	2
Fenômenos naturais	2
Total	94

Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 43 Notícia sobre construção irregular na Palhoça publicada no AN Capital dia 3 de maio de 1997.

Apesar das reclamações, o bairro possui uma infra-estrutura ótima se comparado com muitas outras partes da cidade. O índice atual de acesso geral a rede de esgoto em Florianópolis é de 50,1%, segundo a Casan. Depois do distrito Sede Ilha e Sede Continente, Canasvieiras é o bairro com maior número de habitantes com sistema de esgoto.

E as notícias de meio ambiente ligadas às praias do Norte de janeiro dão lugar a outras sobre a Lagoa da Conceição em maio. A mobilização da população em defesa do bairro, com destaque para o ato de “Abraço à Lagoa” realizado em 2001 e 2003, rendeu uma cobertura significativa dos jornais sobre a falta de tratamento de esgoto e a ocupação inadequada que colocam em risco a beleza natural do local. Um dos cartões postais de Florianópolis, o bairro tem uma grande importância para a elite como lugar de lazer e moradia para alguns, o que leva a uma presença marcante nas coberturas da imprensa local.

Se por um lado há tantas notícias sobre Canasvieiras ou Lagoa da Conceição, outros bairros não aparecem. Rationes e Vargem Pequena no Norte da Ilha, Pedregal e Açores no Sul da Ilha, e Coloninha e Canto no continente são alguns exemplos de bairros que não são citados em nenhuma notícia sobre meio ambiente. O bairro Pedregal, por exemplo, possui uma das menores rendas nominais mensal da cidade e, apesar de implantado recentemente uma rede geral de esgoto, a mesma ainda não estava em funcionamento até o início de 2010. No distrito do Ribeirão, onde está o bairro, as obras de implantação de um sistema de esgoto estavam em execução até o início de 2010.

Muitos bairros até aparecem nos jornais, porém de forma bastante tímida, principalmente quando comparado com a exposição dos bairros das camadas de maior renda, que constantemente aparecem nos outdoors de divulgação de Florianópolis. Da área conurbada, 19 bairros são citados em apenas uma notícia ambiental e 17 em duas ou três.

Há ainda os casos em que há notícias sobre bairros habitados por populações de menor renda e com uma taxa irrisória de sistema de esgoto, porém não necessariamente tratando deste problema. É o caso do bairro São João do Rio Vermelho, que não possui uma rede de esgoto e para o qual não há projetos previstos pela Casan. Das três notícias encontradas sobre saneamento neste distrito, apenas uma trata de um projeto de rede coletora de esgoto, outra é sobre a falta de água, com moradores reivindicando melhorias, e uma terceira divulga uma campanha de limpeza da praia do Moçambique. Apesar do baixo interesse dos dois jornais em discutir o conflito entre urbanização e preservação neste bairro, é importante lembrar que ali está uma das mais importantes Unidades de Conservação da ilha, o Parque Estadual do Rio Vermelho.

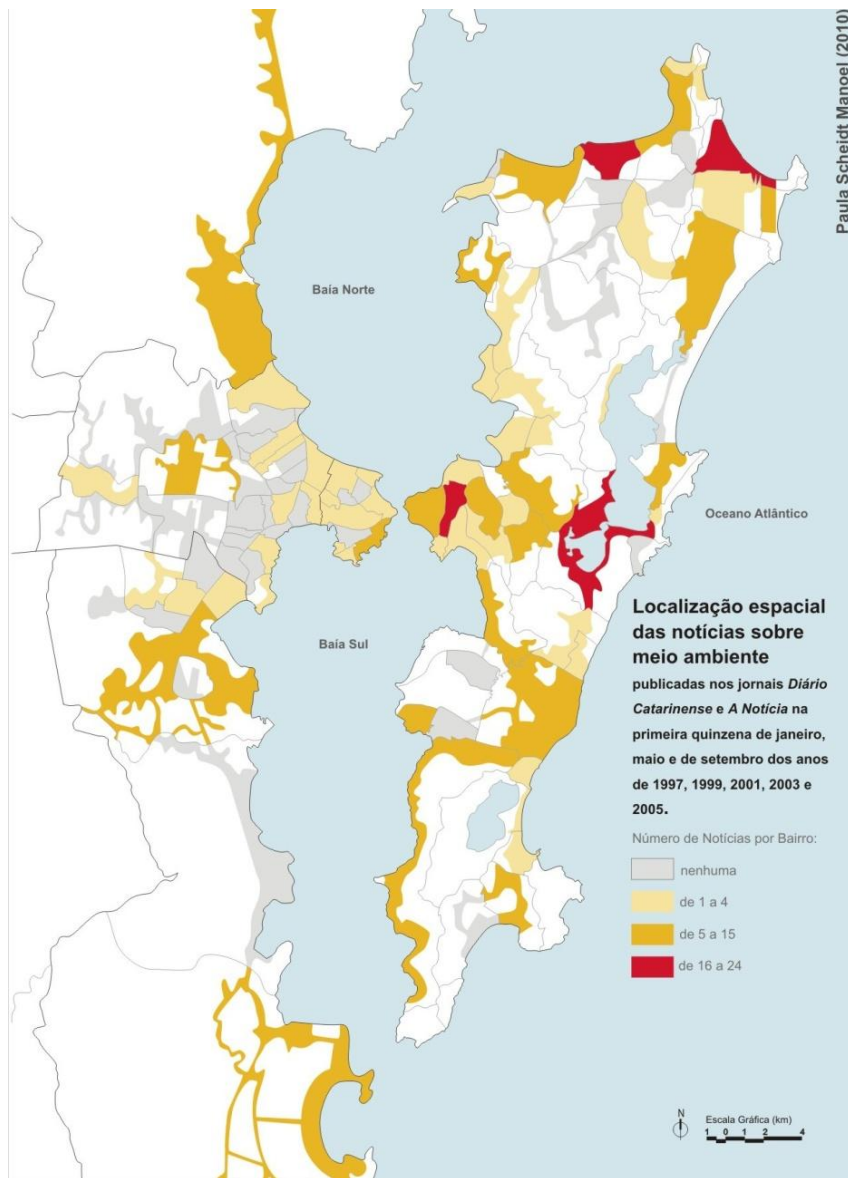


Figura 44 Notícias ambientais por bairros publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

3.2.2 Mobilidade urbana: o que é notícia na área conurbada de Florianópolis

Neste sub-capítulo será explorado as notícias sobre mobilidade urbana publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia*. Ao todo, foram encontradas 137 notícias sobre mobilidade urbana e agrupadas em dois grandes grupos: ‘Infra-estrutura’ e ‘Meios de Transportes’.

Centro (com 19 notícias), Ponte do Imaruim em Palhoça (16), Canasvieiras (13), Capoeiras (12), Ponta de Baixo (12), Saco dos Limões (11) e Ingleses (11) são os bairros com o maior número de notícias, como pode ser visto na figura 45 (na próxima página). Porém nenhum se iguala ao volume de aparições da SC 401 nos dois jornais, sobre a qual foram publicadas 31 notícias ou 22,6% do total. As obras de duplicação da rodovia, que dá acesso ao Norte da Ilha, foram iniciadas em novembro de 1995 e interrompidas em agosto de 1998, sido completado um trecho de 13,1 quilômetros do Itacorubi até Jurerê e faltando outros sete deste ponto até Canasvieiras.

Os jornais publicavam notícias sobre as obras em si, sobre os impasses entre o governo e a empresa executora da obra para dar continuidade na duplicação, discussões sobre a cobrança ou não de pedágio sem a finalização da obra, impactos para a vida de moradores das margens da rodovia e até mesmo a mudança do perfil das praias do Norte. Ao reduzir o tempo de deslocamento até o Centro, a duplicação incentivou novas residências principalmente em praias como Jurerê e Canasvieiras, movimentando o mercado imobiliário e abrindo novas opções de investimento para a classe alta. Duas notícias chamavam a atenção para este fato. (Veja figura 45).

É interessante notar que em uma destas notícias, que tratava da preocupação com acidentes e atropelamentos de moradores do bairro Vargem Pequena (que é cortado pela SC-401), os próprios entrevistados locais reconhecem que a obra visava outros interesses que não diretamente as populações que vivem nas áreas onde ela foi feita. “Eles não estão pensando na comunidade, mas no turismo”, afirmou o comerciante Élcio Silva na notícia publicada dia 11 de janeiro de 2001 no *AN Capital*.

Outra grande obra em Florianópolis que ganhou bastante espaço foi a Via Expressa Sul, que inclui o único túnel da cidade e liga o Centro ao aeroporto. E o bairro Saco dos Limões acabou aparecendo nos jornais em função das 11 notícias ligadas a obra, as quais tratavam dos impactos

para a comunidade local, questões administrativas e financeiras, e infraestrutura complementar, como passarela para os pedestres.

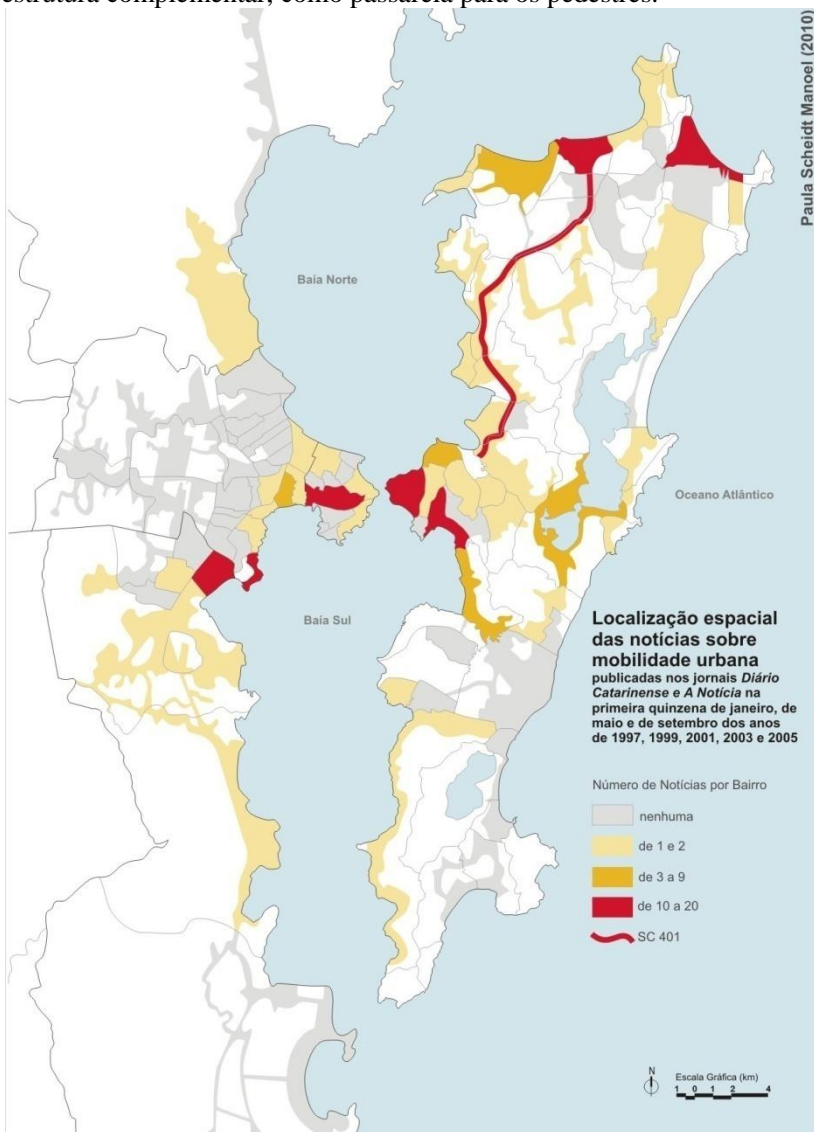


Figura 45 Notícias sobre mobilidade urbana por bairros publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)



Figura 46 Notícia sobre a duplicação da SC 401 publicada no *Diário Catarinense* em 16 de maio de 1997.

Na verdade, o acompanhamento na execução de grandes obras, normalmente vinculadas aos espaços de interesse das camadas de maior renda, ganharam mais espaço nos jornais que qualquer outro tema ligado a mobilidade urbana. Ao todo foram 50 notícias (ou 36%) sobre grandes obras, praticamente o dobro do segundo assunto mais reportado, que é o trânsito (com 26 notícias).

A falta de manutenção no sistema viário, como buracos na rua ou pedidos de calçamento, aparecem logo em seguida em volume de notícias (24). Em menor número, estão as notícias sobre transporte coletivo, que incluem desde novos horários de ônibus, necessidade de pontos ou terminais; pedestres, com informações sobre necessidades de faixas, criação de calçadões e instalação de passarelas; transporte alternativo (bicicletas e marítimo) e, ainda, melhorias no sistema, como pavimentação de vias, instalação de sinaleiros, construção de rótulas, trevos, etc.

Somente a duplicação da SC-401 rendeu 19 notícias. Se comparado com o total de notícias para cada bairro, esta via só perde para o Centro, Maciço do Morro da Cruz, Canasvieiras, Ingleses e a Lagoa.

Segundo Sugai (2002, p.109), mais da metade dos condomínios aprovados entre 1978 e o início dos anos 90 estavam nos balneários do Norte da Ilha. Com o aumento do interesse imobiliário da classe dominante pelo Norte da Ilha, um sistema viário eficiente se tornou uma das grandes reivindicações da elite.

O processo de formação desse eixo (Beira-mar norte, SC-401 e SC-404) de interligação dos bairros segregados não significa que, em toda a sua extensão, todas as localidades e bairros estivessem urbanizados ou que todos os moradores pertencessem apenas às camadas de alta renda. Esse eixo significou uma aproximação entre áreas distantes e a maior acessibilidade entre elas, reduzindo o tempo de deslocamento. (IBID)

E se por um lado, a SC-401 e outras grandes obras nos bairros do centro e continente despertavam a atenção dos jornais, os bairros do Sul pareciam não existir. Foram apenas cinco notícias sobre esta região, sendo que elas são sobre apenas três dos 13 bairros localizados nesta parte de Florianópolis: Ribeirão da Ilha, Tapera da Base e Rio Tavares.

O Rio Tavares é apenas citado em parte de uma notícia sobre melhorias no sistema integrado de Transportes publicada em setembro de 2003, o que inclui novas linhas para o sul da ilha que passam pelo terminal que fica no bairro do Rio Tavares, único nesta região.

Tanto o *Diário Catarinense* quanto o *A Notícia* deram destaque para as obras da nova estrada de acesso ao Ribeirão da Ilha e a Tapera da Base, porém o *DC* coloca a obra como benéfica apenas para a Tapera da Base, deixando de fora o Ribeirão da Ilha. As notícias sobre estes bairros são ainda um elucidativo exemplo da diferença na linha editorial dos dois jornais. Enquanto o *A Notícia* abria espaço para reivindicações da comunidade no suplemento *AN Capital*, o *DC* cobria pautas locais apenas quando as considerava de grande relevância para a “cidade como um todo”. Neste sentido, um mesmo fato gerou notícias nos dois jornais⁴⁹: a construção de uma nova estrada de ligação da rodovia SC-405 ao bairro, uma obra que custaria R\$ 1,5 milhão e seria parte da exigência do Ministério da Aeronáutica para a internacionalização do Aeropor-

⁴⁹ LIMA, Lara Viviane de. Tapera terá novo acesso até outubro. *A Notícia*, Joinville, 02 set. 1997. Suplemento AN Capital, p.6.; Acesso à Tapera está em fase final. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 02 set. 1997. Geral, p.31.

to Hercílio Luz. O acesso mais curto para os moradores da Tapera antes era feito pela Base Aérea.

Diário Catarinense

Acesso à Tapera está em fase final

DIÁRIO CATARINENSE

DIÁRIO CATARINENSE

Ducentos e trinta metros deve estar concluída a estrada, que ligará a rodovia SC-405 (acesso às praias do Sul da Ilha) ao bairro Tapera, obra que vem sendo executada há onze meses em obra de grande porte. A estrada vai sendo alargada e facilitará a vida dos moradores da região, que hoje precisam ir a e voltar do Ilhéu de Itaipua para chegar ao centro da Capital, já que é proibida a circulação de veículos por dentro da Ilha. A estrada já está pronta. Com a rodovia de quatro quilômetros de extensão, o acesso sofrerá uma redução de três quilômetros, em relação ao acesso atual, e a estrada, a ser feita em duas etapas de acordo com o Ministério da Aeronáutica para a internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz. O sistema de rodovias que o local fosse isolado dos civis através de uma muralha de segurança.

A obra de R\$ 1,5 milhão foi viabilizada graças ao apoio do Departamento de Transportes e Obras, Miguel Simoes, e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). No local está trabalhando 35 homens, que se dividem em serviços de sobreterra e subterrâneo. Em seguida serão feitas as obras complementares, como acostamentos, sinalização, grama nas laterais para impedir o vento e a inundação. Na próxima etapa de licitação pública por empreito. O secretário-adjunto dos Transportes, Walter Caldas, explicou que o acesso à construção foi feito em duas etapas que ocorreram durante o período de licitação.

Segundo o engenheiro do DER responsável pela licitação da obra, Carlos Alberto Ferrari, está sendo atingido um prazo de 10 dias para ser concluída a obra de 35%. "É um processo simples e barato, mas que vai durar uma vida útil de cerca de 10 anos", afirma. Está previsto ainda um projeto de pavimentação de 90 metros de estrada municipal que liga a rodovia ao bairro, com um custo de R\$ 100 mil. Mas o estabilizador desta obra depende de acordo entre Estado e prefeitura.

ATAILHO: Construção da estrada deve ficar pronta em 2 meses e encerrar o caminho para os moradores do bairro.

AN Capital

Tapera terá novo acesso até outubro

Obra custa R\$ 1,5 milhão e está em fase de conclusão

LARA VIVIANE DE LIMA

Tapera e Ilhéu de Itaipua terão novo acesso até o segundo semestre do próximo ano graças ao projeto do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER) para construção de estrada que ligará a rodovia SC-405 à estrada municipal local. O acesso ao Tapera, localizada há dois anos, ao sul da Ilha, ficará mais fácil, pois a obra, que custará R\$ 1,5 milhão, vai ser concluída até outubro. Segundo o engenheiro responsável pela obra, Carlos Alberto Ferrari, o acesso ao Tapera, que atualmente é feito por uma estrada de terra, será feito por uma estrada de asfalto de 90 metros de extensão. A obra custará R\$ 1,5 milhão.

"No final do ano, para os moradores de Tapera, que vivem no Ilhéu de Itaipua, a obra de R\$ 1,5 milhão, que custará R\$ 1,5 milhão, será concluída até outubro. Segundo o engenheiro responsável pela obra, Carlos Alberto Ferrari, o acesso ao Tapera, que atualmente é feito por uma estrada de terra, será feito por uma estrada de asfalto de 90 metros de extensão. A obra custará R\$ 1,5 milhão.

ATAILHO: Estrada deve ficar pronta em 2 meses e encerrar o caminho para os moradores do bairro.

Figura 47 Comparação de duas notícias publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* sobre a construção de uma estrada no Sul da Ilha, em 2 de setembro de 1997.

O *A Notícia* noticiou⁵⁰, além desta questão, uma reivindicação de moradores da Tapera da Base por melhorias na pavimentação de uma rua, um fato que diz respeito apenas ao bairro, e um protesto de moradores da Caieira da Barra do Sul (no Ribeirão da Ilha) pedindo pavimentação. Esta última, aliás, além de ser uma reportagem de página inteira, aparece na capa do suplemento *AN Capital*.

3.2.3 Dois jornais, duas coberturas

As diferenças na cobertura jornalística dos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* vistas nas notícias sobre o sul da ilha citadas no subcapítulo anterior são apenas um exemplo do que se observou em todos os dados empíricos desta pesquisa. Mais de 70% das notícias foram encontradas no *A Notícia* (leia-se *AN Capital*, já que são raras as notícias encontradas fora do suplemento) justamente porque o jornal criou o suplemento com o intuito de conquistar mais leitores na capital.

Diariamente a sucursal de Florianópolis precisava preencher as cerca de seis páginas do *AN Capital*, diferentemente do *Diário Catarinense*, que não tinha um compromisso setorial em publicar notícias sobre os municípios da área conurbada de Florianópolis. E quando publicava algo era sobre bairros que representavam a visão da classe dominante do que é Florianópolis, com aqueles habitados pela classe baixa raramente aparecendo. (Figura 49)

Mais da metade dos bairros mapeados nesta pesquisa (64%) não aparece em nenhuma das 108 notícias do *Diário Catarinense* aqui estudadas e outros 14 são citados em uma única notícia cada. Apenas 37 dos 103 bairros da área conurbada de Florianópolis são citados, porém destes alguns aparecem com inegável destaque: Ingleses, Canasvieiras, Lagoa, Centro e Costeira do Pirajubaé. Os três primeiros são citados em mais de dez notícias cada, enquanto que os dois últimos em oito. Como já foi dito anteriormente, com exceção da Costeira do Pirajubaé, todos são bairros habitados pela classe alta. E, é preciso lembrar, que a maioria das notícias publicadas sobre a Costeira do Pirajubaé está na verdade ligada a construção da Via Expressa Sul que tem um benefício direto à elite local.

⁵⁰ VOGEL, Cristiano. Moradores da Tapera pedem pavimentação na rua. *A Notícia*, Joinville, 05 jan.2001. Suplemento ANCapital.

Apesar das diferenças na cobertura não serem tão evidentes como no *DC*, o *A Notícia* também traz mais notícias sobre os bairros de interesse da classe dominante. Mais uma vez os campeões em citações são Canasvieiras (26 notícias), Centro (23) e Lagoa (17), porém logo em seguida vem o Maciço do Morro da Cruz (16), Ingleses (14), Campeche (11) e a Ponta de Baixo, em São José (10). No *A Notícia* apenas 28 bairros não aparecem. Quanto ao tipo de notícia, é possível perceber que o jornal buscava ouvir os apelos das comunidades, principalmente as de classe baixa, com notícias de reivindicações por melhoria na pavimentação das ruas, no sistema de esgoto e no fornecimento de água.

Por ter este enfoque local, o suplemento *AN Capital* acabou se convertendo em um canal de comunicação que discutia de modo muito mais abrangente os problemas urbanos de Florianópolis do que o jornal líder.

E é importante lembrar que, por ter a sede em Florianópolis, o *Diário Catarinense* é quem naturalmente deveria abrir mais espaço para discutir os problemas urbanos da capital e dos municípios vizinhos. Mesmo sendo um jornal regional e não local, a importância política da Grande Florianópolis para o estado já seria um bom motivo para se ter, por exemplo, um caderno dedicado aos assuntos da região.

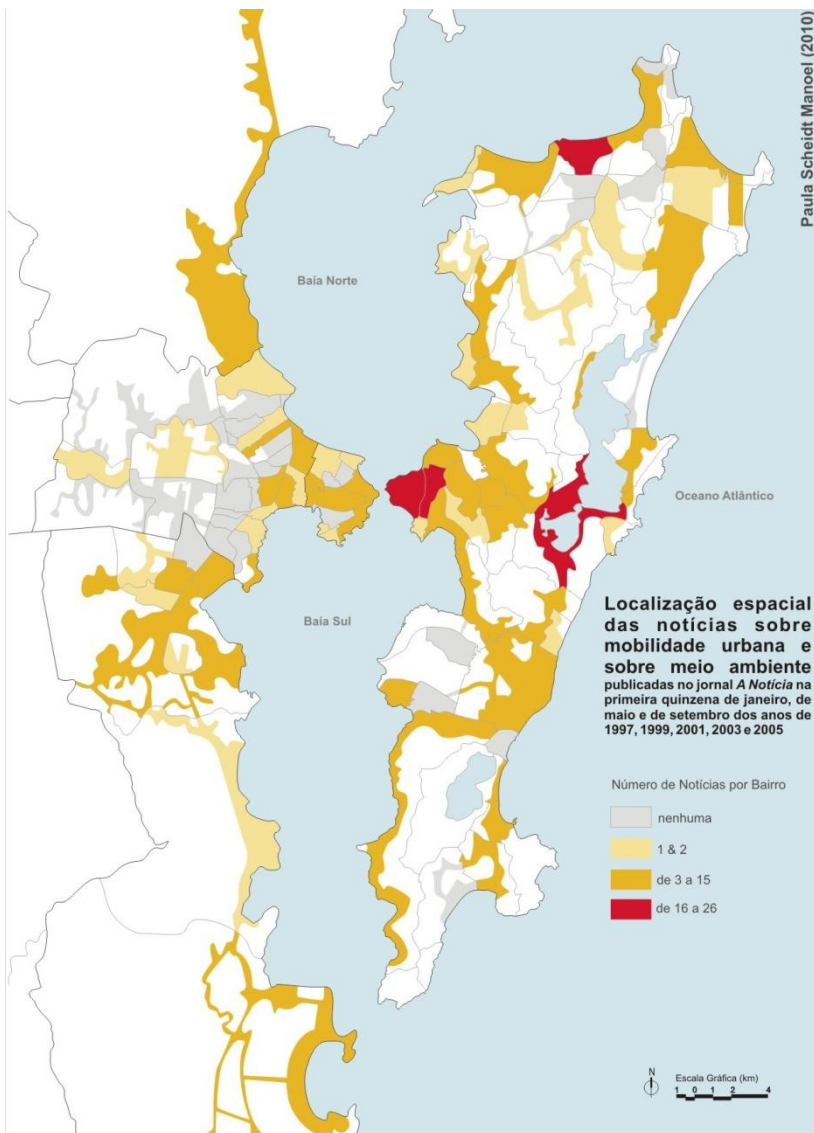


Figura 48 Notícias por bairros publicadas no jornal *A Notícia* nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

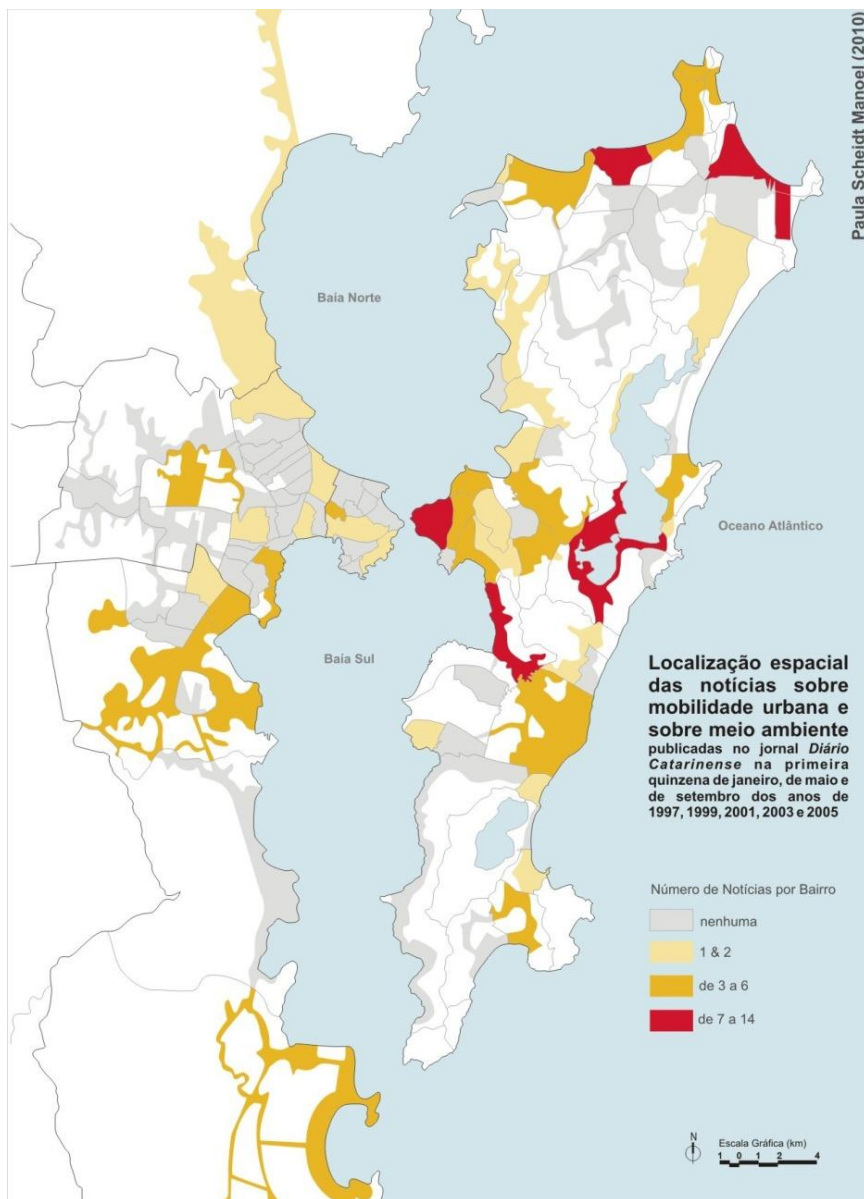
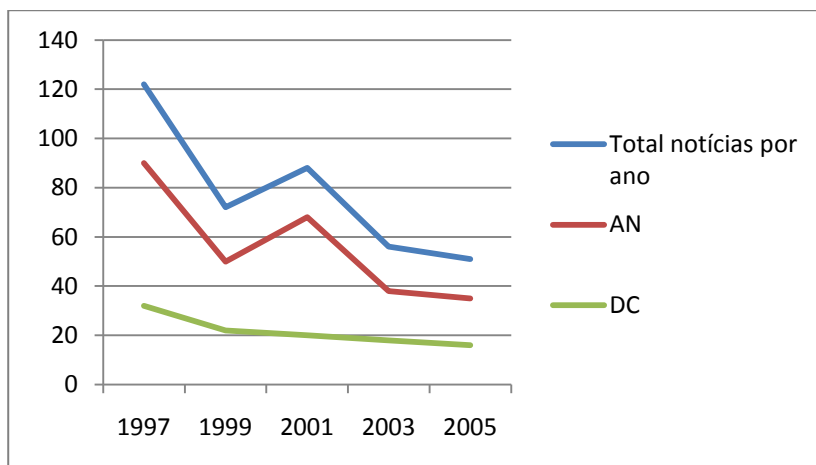


Figura 49 Notícias por bairros publicadas no jornal *Diário Catarinense* nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

3.2.3 Diferenças nos decorrer dos anos

Ao longo de uma década muita coisa muda, desde a situação econômica de uma cidade até o governo e a dinâmica intra-urbana. Como não poderia ser diferente, a cobertura dos jornais também teve alterações e, a principal dela, foi no volume de notícias publicadas sobre meio ambiente e mobilidade urbana. Em 1997, o primeiro ano de coleta de dados, foram identificadas 122 notícias nos três períodos da pesquisa: janeiro, maio e setembro. No ano seguinte, 1999, este número já cai para 72, subindo em 2001 para 88. Contudo, em 2003 o total de notícias chega a 56 e, em 2005 se resume em menos da metade do que foi encontrado em 1997 – somente 51 notícias. (Figura 49)

Figura 50 Número de notícias publicadas sobre mobilidade urbana e meio ambiente, relacionadas com a área conurbada de Florianópolis, nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro nos anos exibidos.



Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

A redução é tanto no espaço aberto para notícias ambientais quanto viárias. O mês de janeiro é, de modo geral, o que tem o maior volume. Sem contar janeiro, nos meses de maio e setembro, o número de notícias do *Diário Catarinense* é sempre menos da metade do *A Notícia*. Em maio e setembro de 2003 o DC trouxe, respectivamente, apenas 5 e 2 notícias e, em 2005, 2 em cada mês.

Porém se por um lado há esta queda, por outro os anos passam e os problemas parecem seguir sem soluções. O caso típico é a falta de água no verão. Todo ano, o assunto ganha as páginas dos jornais, dominando a cobertura ambiental. O mesmo vale para o sistema de esgoto precário. Também não muda o público-alvo, já que a abordagem do *Diário Catarinense* se mantém voltada para as camadas de maior renda.

Nos mapas a seguir (Figura 51, 52 e 53) é possível perceber ainda como o foco muda conforme a época do ano, porém o maior volume de notícias se mantém sempre nos bairros com maior renda média. Em janeiro, a concentração de notícias no Norte da Ilha fica clara nestas imagens. Neste mês também há mais notícias. Já em maio e em setembro elas se dispersam pelos bairros da área central, com destaque para o Centro e a Lagoa da Conceição. Também é interessante destacar como o volume de notícias é muito superior em janeiro em relação aos outros meses. Isto se deve principalmente ao grande número de notícias sobre saneamento que foram publicadas nesse mês.

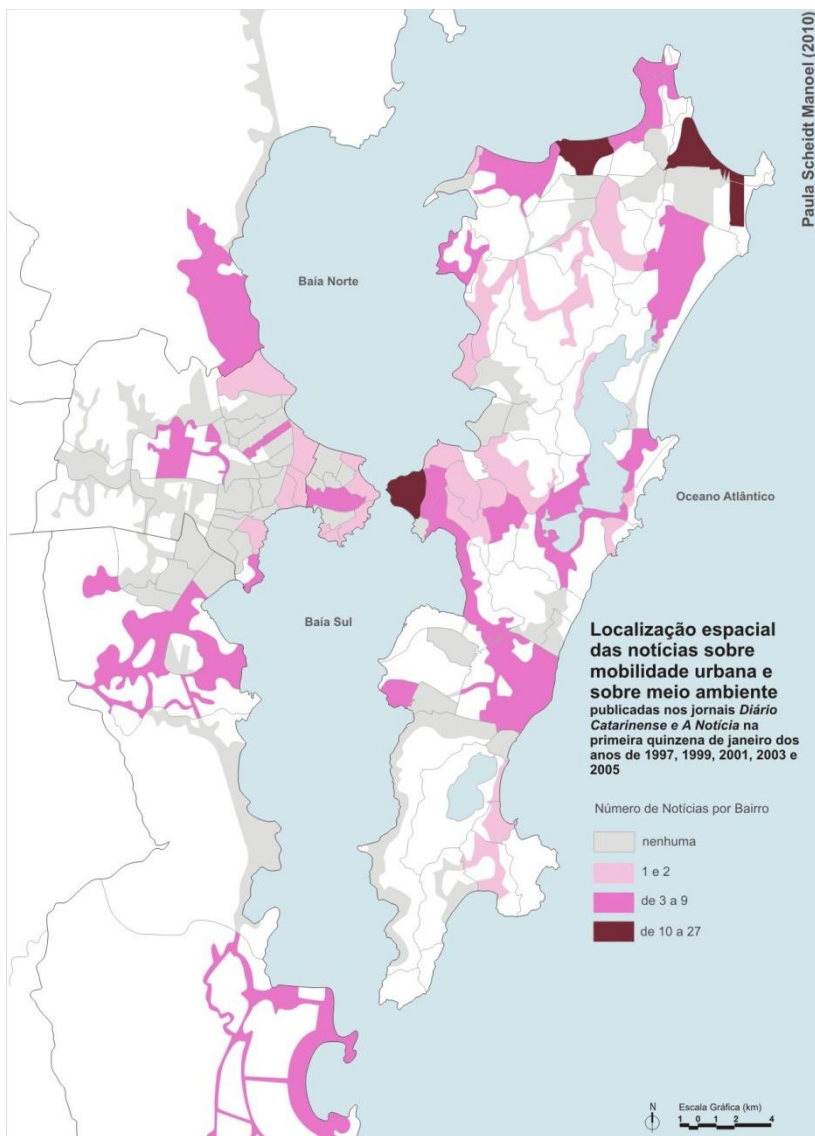


Figura 51- Notícias por bairros publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* na primeira quinzena de janeiro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

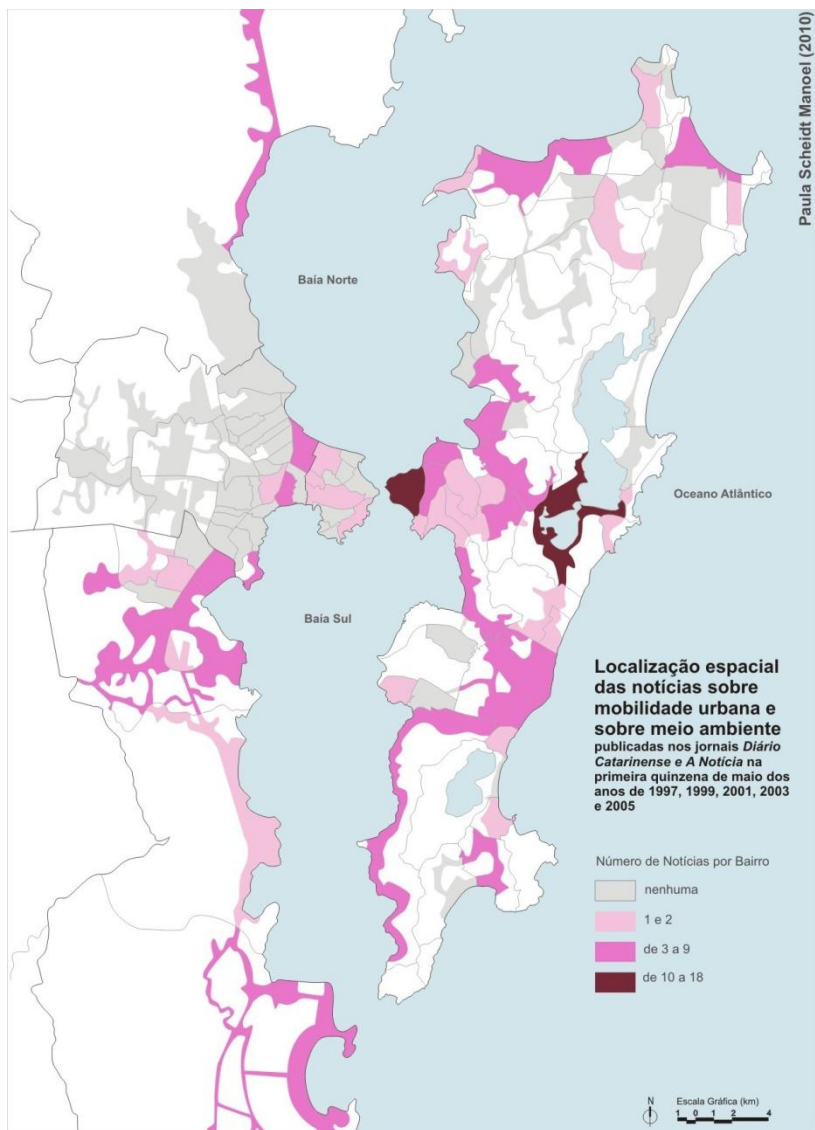


Figura 52 Notícias por bairros publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* na primeira quinzena de maio dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

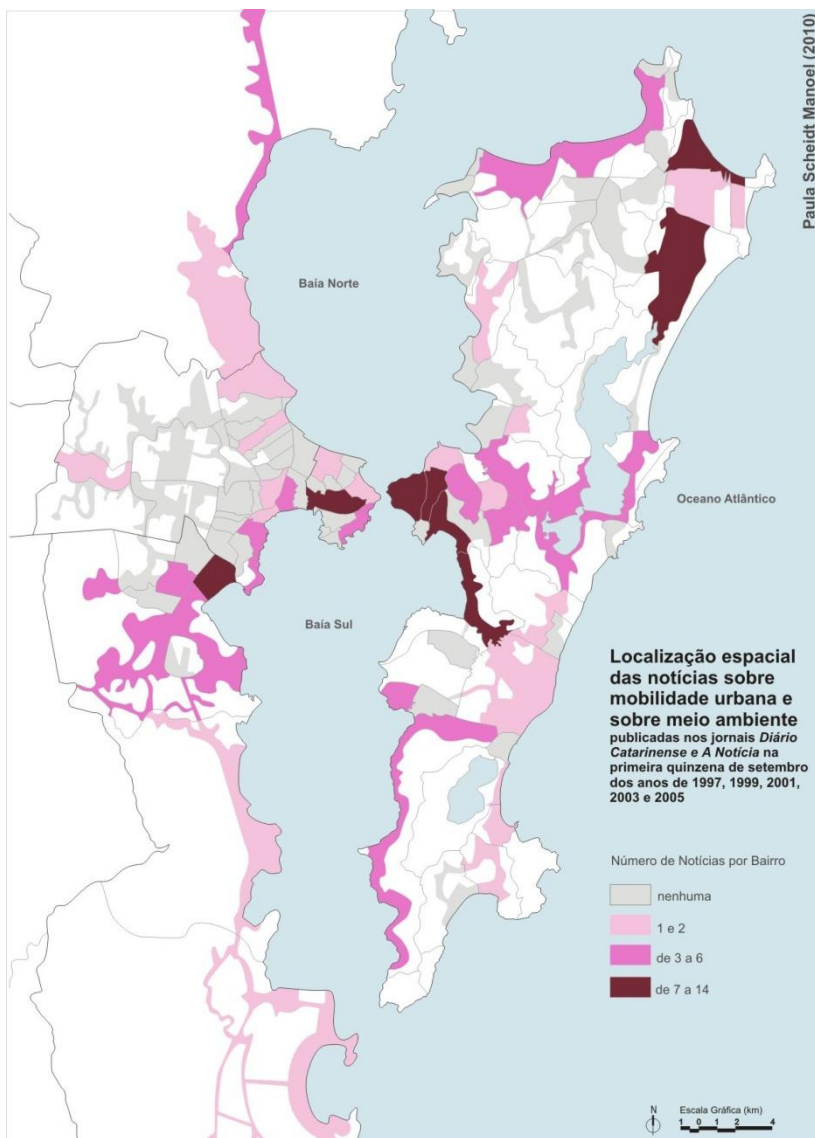


Figura 53 Notícias por bairros publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* na primeira quinzena de setembro dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

4. CIDADE, PODER E IMPRENSA

A disseminação da informação e do conhecimento sobre a cidade real ou sobre a realidade urbana tem a importante função de afastar a bruma que encobre a realidade e desvendar a dimensão da exclusão. Para reverter a tendência que empenha mais visibilidade às obras construídas na cidade do capital imobiliário é preciso, antes de mais nada, destruir essa representação ideológica hegemônica sobre a cidade. É preciso construir a consciência da cidade real com as demandas populares.
(MARICATO, 2000, p.168)

Ao longo do Capítulo 3, buscamos descrever de forma mais abrangente possível a distribuição espacial das notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana publicadas nos jornais *Diário Catarinense* e *A Notícia* em períodos selecionados. Neste capítulo serão feitas análises relacionando este quadro de notícias levantadas com as questões abordadas nos Capítulos 1 e 2, ou seja, as relações entre a cobertura da imprensa local e a estrutura do espaço intra-urbano da área conurbada de Florianópolis.

Um dos resultados desta pesquisa foram os mapas construídos com base nas notícias levantadas que comunicam de forma bastante eficiente como se dá a distribuição de notícias no espaço urbano da área estudada.

Quando comparamos o mapa de renda nominal, com o de distribuição populacional e o número de notícias publicadas sobre os diferentes bairros fica claro que, nos períodos selecionados, havia uma tendência por parte dos dois jornais de privilegiar a divulgação de fatos ocorridos nos bairros habitados pelas camadas de mais alta renda. Repetimos os três mapas nas páginas seguintes (Figura 54, 55 e 56) para ajudar a visualizar esta comparação, lembrando que quanto mais escura a cor, maior o número de notícias.

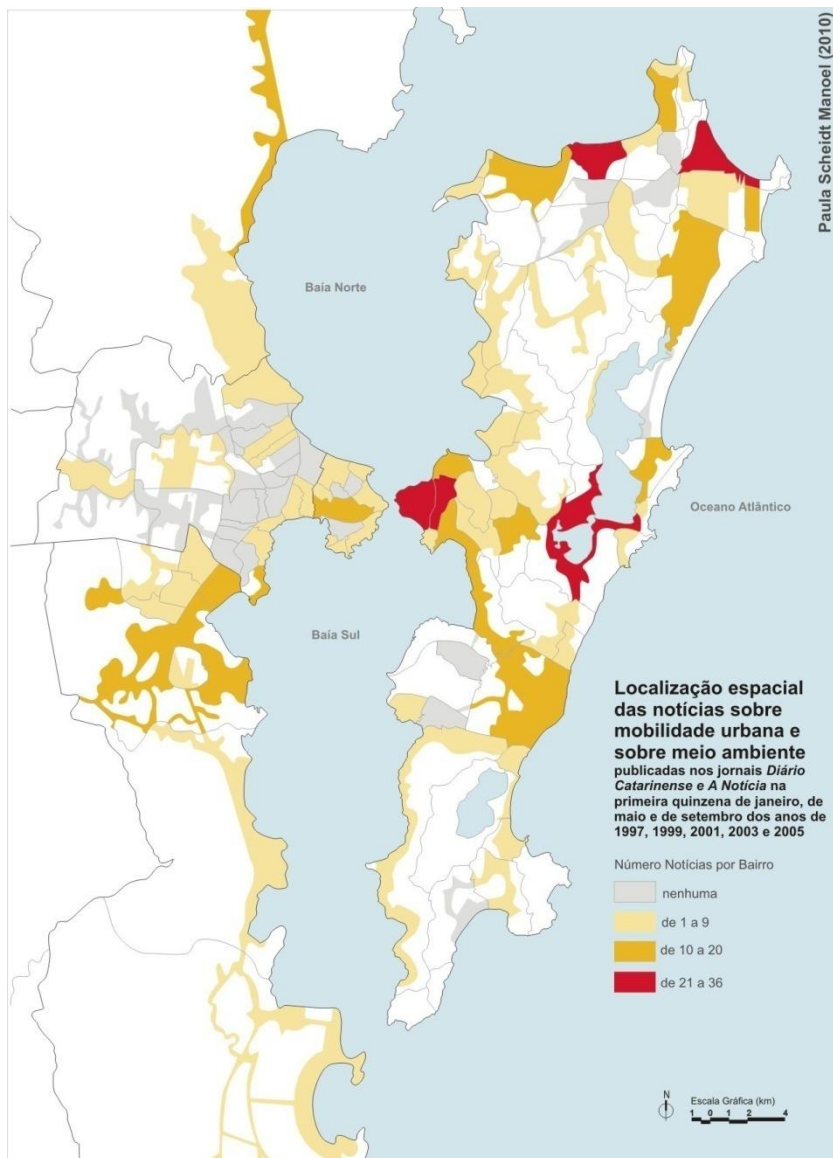


Figura 54 Mapa de notícias levantadas. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

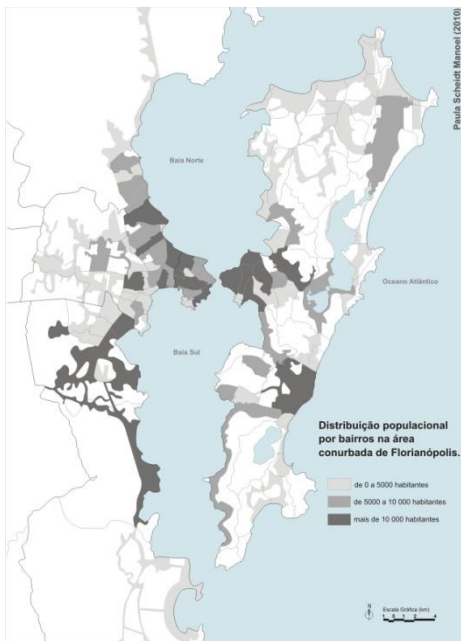


Figura 55 Mapa de distribuição da população. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

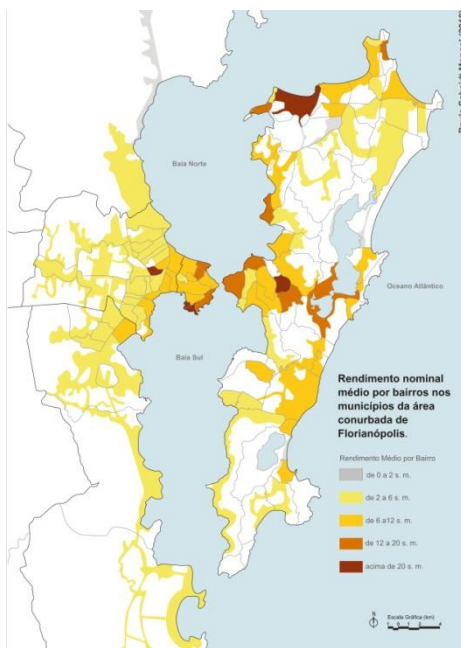


Figura 56 Mapa de rendimento médio mensal. Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

Observamos, por exemplo, que os bairros do Centro, Lagoa da Conceição, Canasvieiras e Ingleses são os com o maior volume de notícias. Os dois primeiros estão entre os com o maior rendimento nominal da área conurbada (respectivamente 19,2 sm e 11,7 sm – IBGE, 2000). Os dois últimos são as principais localizações de segunda residência das camadas de maior renda e, por esta razão, a renda nominal média fica menor, já que representa os moradores que, de fato, habitam nestes bairros (justamente de menor renda já que esta área é distante do centro para aqueles que dependem do transporte público diariamente).

Este mapa de notícias (Figura 54), assim como os outros mais específicos, evidencia como a imprensa local tende a ver a cidade de modo fragmentado, dando mais destaque para os fatos que ocorrem na cidade hegemônica, onde estão concentrados os investimentos públicos e privados que valorizam a terra urbana e geram benefícios econômicos imobiliários para uma minoria.

Isto também pode ser observado quando comparado o volume de notícias sobre a ilha em relação ao continente. Na Figura 54, podemos ver que há uma priorização da Ilha como foco de notícias ligadas ao meio ambiente e mobilidade urbana. Repare como a área continental é dominada pela cor cinza (nenhuma notícia) e pelo tom mais claro do amarelo (1 a 9 notícias). Em Palhoça deveriam existir ainda mais espaços em cinza, já que nesta divisão de bairros foram colocados apenas aqueles que foram citados em alguma notícia.

E como já comentado, mesmo com as maiores concentrações de populações de menor renda localizadas no continente, os bairros do continente com maior número de notícias são os predominantemente habitados por camadas de maior renda, como Ponta de Baixo e Kobrasol (em São José) e Coqueiros (em Florianópolis). Vale lembrar que, como citado no Capítulo 3, 74,2% das notícias pesquisadas eram sobre bairros da área insular, contra 20,3% dos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu juntos e 6,1% sobre a área continental de Florianópolis.

A importância política e econômica da capital é inegável e claro que isto leva a um maior volume de notícias. Contudo, quando se trata de problemas urbanos, isto não deveria ocorrer, já que a falta de água ou de pavimentação na rua deveria ser igual na Ilha ou no Continente, sem contar que a densidade urbana dos bairros do continente é muito mais expressiva que na Ilha. A malha urbana dos quatro municípios é claramente contínua na parte continental e as relações de serviços os tornam fortemente dependentes (como o fornecimento de água, a destinação do lixo urbano e as áreas industriais) assim como (e principalmente) a dinâmica de moradia-emprego de seus moradores.

Boa parte dos habitantes de São José, Biguaçu e Palhoça e da parte continental da capital atravessa diariamente as pontes que levam a Ilha em uma relação típica de grande cidade brasileira de centro e periferia. Como já citado no Capítulo 2, muitos migrantes de menor renda foram atraídos para Florianópolis em busca de empregos que se concentram na Ilha. Contudo, os altos custos da terra na parte insular da cidade forçaram esta população a viver nas periferias, no caso, especialmente nos municípios vizinhos. Em São José, 19,4% dos habitantes recebem até dois salários mínimos⁵¹. Em Biguaçu, este percentual chega a 26,4% e, em Palhoça, a 29%⁵². E a maior expansão populacional vem ocorrendo nos últimos dez anos nestes municípios. De 2000 a 2005, segundo dados do IBGE, o número de moradores de Palhoça cresceu 20%; Biguaçu, 18%; Florianópolis, 15% e São José, 13%.

A análise da localização dos pobres na área conurbada nos indica que houve um deslocamento e expansão de favelas ou de assentamentos precários em direção à parte continental de Florianópolis, mais especificamente nas periferias de São José, Palhoça e Biguaçu. Num processo contínuo de ocupação das áreas continentais, foram surgindo novas ocupações irregulares, principalmente a partir de final da década de 70 e durante a década de 80, nos municípios de São José, Palhoça e, na década de 90, em Biguaçu. Houve uma evidente expansão dos assentamentos para a parte continental, acentuando-se na última década nos municípios de Palhoça e Biguaçu. (SUGAI & PERES, 2007, p.31)

A densidade demográfica também é maior no continente, variando de nove mil a 20 mil habitantes por quilômetro quadrado em muitos bairros. Na parte insular de Florianópolis, concentrações populacionais como esta são encontradas apenas no Centro. (Figura 55)

E, apesar da população ter aumentado, o número de notícias caiu no decorrer dos anos estudados (1997 a 2005), como visto no final do Capítulo 3. Se em 1997 foram encontradas 122 notícias sobre meio ambiente e mobilidade urbana relacionadas à área conurbada de Florianó-

⁵¹ IBGE, 2000.

⁵² Infosolo, 2007.

polis nas primeiras quinzenas de janeiro, maio e setembro, em 2005 foram apenas 51 – uma queda de quase 60%.

Destacamos também na Figuras 54 as disparidades no volume de notícias sobre o Norte e o Sul na Ilha. Os bairros do Norte foram citados três vezes mais do que os do Sul nas notícias levantadas. Em todos os mapas é possível perceber esta diferença, porém alguns evidenciam mais este quadro.

No mapa de mobilidade urbana (Figura 45), esse desequilíbrio é flagrante. As “zonas cinzentas” predominam no Sul, demonstrando a quase total ausência de notícias sobre esta região. Já para o Norte, os tons escurecem, com apenas a rodovia SC 401 sendo a campeã em número de notícias (junto com o Centro).

Ao analisarmos o mapa de notícias publicadas apenas no *Diário Catarinense* (Figura 49), por exemplo, a cidade parece estar reduzida a alguns poucos bairros que, no caso, são justamente os habitados pelas camadas de maior renda. Enquanto Canasvieiras, Ingleses, Santinho e Jurerê aparecem em, respectivamente, 10, 13, 9 e 6 notícias, os bairros do Campeche, Pântano do Sul e Armação estão em, respectivamente, 3, 3 e 1. Isto porque no distrito do Ribeirão da Ilha, onde foram mapeados cinco bairros, apenas um deles, a Tapera da Base, apareceu no *Diário Catarinense*, e mais, em uma única notícia.

Ora, é de se perguntar o porquê das demandas por uma rede eficiente de coleta de esgoto e abastecimento de água em Canasvieiras devem ser atendidas pelo Estado antes da Tapera da Base, sendo que lá habitavam menos de cinco mil pessoas em 2000 enquanto que na Tapera passavam de sete mil? As contaminações de rios e solos que ocorrem por causa da falta de saneamento são tão prejudiciais para os moradores e o meio ambiente no Sul quanto no Norte da ilha.

As demandas de Canasvieiras são vistas por toda a população como benéficas para Florianópolis porque garantiriam o turismo, que por sua vez, é tido como a ‘vocação econômica da cidade’. É neste ponto que a ideologia está em ação, fazendo com que os “homens creiam que tais idéias representam efetivamente a realidade”, de forma autônoma (sem depender de ninguém) e “representam realidades autônomas (não foram feitas por ninguém)”. (CHAUI, 1989, p.87). Esta idéia mascara, por exemplo, o fato de que tais melhorias vão beneficiar diretamente os empresários que lucram com esta atividade que, na realidade, tem uma baixa participação na vida econômica da cidade.

A geração de emprego e os benefícios ambientais, já que o turismo é colocado como “não poluidor”, são argumentos constantemente usados para defender a vocação turística de Florianópolis. Mas levanta-

mento feito por Ouriques (2007) junto ao Ministério de Trabalho e Emprego revela que, além da baixa participação do setor de alojamento e alimentação no total de empregos gerados, o turismo também é o que pior paga, se comparado com o setor de serviços e comércio. Em 2004, por exemplo, apenas 1,27% dos empregos formais locais eram no setor hoteleiro e 3,99% no setor de restaurantes e estabelecimentos similares. E a expansão dos empregos no setor tem se dado na informalidade, segundo o autor.

Quem fala da “vocação natural” do turismo em gerar empregos e condições dignas de trabalho para os florianopolitanos é, no mínimo, ingênuo, por desconhecer a dura realidade dos empregos do setor. Não há, do ponto de vista dos *dados oficiais*, nenhum indício efetivo do caráter milagroso de tal atividade. (OURIQUES, 1999, p.72)

E o interessante é que, fora da temporada e quando as famílias retornam para suas moradias nos bairros centrais de Florianópolis, as notícias ambientais sobre Canasvieiras desaparecem dos jornais. Em maio, o bairro está em apenas três notícias sobre meio ambiente e, em setembro, em uma. O mesmo ocorre para outros bairros do Norte da Ilha, como Ingleses, Santinho e Cachoeira do Bom Jesus. Deste modo fica evidente que as reclamações de saneamento estão ligadas ao bem estar da classe dominante, que veraneia por ali ou tem negócios no setor turístico e imobiliário local. Quando o verão acaba, a população de classe baixa que mora em alguns bairros destas regiões seguem sem uma solução para o problema, que dificilmente virá. Ao menos é isto que parece ao ver que, ano após ano, as notícias se repetem nos dois jornais com tamanhas semelhanças no assunto que seria possível até publicar uma notícia de 1997 em 2007 sem que ninguém percebesse a diferença temporal. (Figura 57)

O mapa de notícias do *Diário Catarinense* não deixa dúvidas de qual a visão deste veículo sobre o espaço urbano da área conurbada de Florianópolis. Canasvieiras, Ingleses, Santinho, Lagoa da Conceição, Jurerê e Centro se destacam com o maior volume de aparições. O lema parece ser: “Aconteceu ali, aconteceu na cidade, por isso é notícia relevante para ‘nossos leitores’. Se for em outra parte da cidade, ‘veremos se há espaço’”.

Os meios de comunicação oferecem, a longo prazo, “um universo simbólico que condicionará não só a recepção dos produtos midiáticos,

classe dominante podem interferir neste processo de seleção das notícias. Na relação imprensa e espaço urbano, também não se deve desconsiderar a preocupação direta dos proprietários com os lucros, que não vem das assinaturas, mas sim da venda de publicidade. E, basta uma rápida folheada pelos jornais para ver que grandes redes do varejo, fabricantes de automóveis e construtoras locais compõe o grupo dos grandes anunciantes nos veículos locais, acompanhados, claro, pelo Estado, principalmente na esfera municipal e estadual. Segundo a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), o segundo maior setor anunciante é o imobiliário, que investiu R\$ 2.164.132,00 em 2008, posição mantida desde 2001. Assim, não seria difícil imaginar que, ao menos em parte, o espaço urbano que aparece nos jornais precisa ser aquele identificado pelo setor imobiliário como sendo a cidade.

Voltando as relações entre a cobertura jornalística do *Diário Catarinense* e do *A Notícia*, o mapa de notícias deste (Figura 48) em comparação com o do *DC* tem uma gama maior de cores e um número menor de ‘zonas cinzentas’, que são aquelas de bairros que não aparecem nas notícias. Isto mostra que o espaço urbano da área conurbada de Florianópolis aparecia mais neste jornal, o que ocorria principalmente porque foi criado um suplemento dedicado a região – *AN Capital*, como já explicado no Capítulo 2. Somente este fato já mostra a importância da existência de cadernos especiais sobre a cidade, já que ajudam a evidenciar questões que levam a população a refletir sobre o espaço urbano e, muitas vezes, levantar questionamentos que possam ser benéficos para a redução da desigualdade e da exclusão.

O trabalho feito pelo suplemento *AN Capital* também ajuda a desmontar a tentativa de justificar a pouca presença de alguns bairros nos jornais porque não estaria ‘acontecendo nada lá’. No período de 1 a 15 de setembro de 2001, por exemplo, enquanto o *AN Capital* publicava 21 notícias sobre meio ambiente e mobilidade urbana em 13 bairros diferentes, o *Diário Catarinense* publicava apenas seis notícias ligadas aos dois temas. Claro, que apesar de ter feito um melhor trabalho que o *DC*, o *A Notícia* não deixa de priorizar as notícias sobre a cidade hegemônica, como é também possível observar na Figura 54.

Falando em ‘zonas cinzentas’, é importante ressaltar que elas estão presentes em todos os mapas produzidos nesta pesquisa e merecem uma atenção especial. Os bairros que aparecem em tom de cinza são aqueles que não tiveram nenhuma notícia publicada nos períodos analisados. Ratonos, por exemplo, está cinza no mapa de notícias ambientais (Figura 43). Apesar disso, ele é cortado por diversos rios que deságuam em uma unidade de conservação federal, o Mangue de Ratonos, e a ocu-

pação do bairro se intensifica sem nenhuma infra-estrutura de esgotamento sanitário e nem previsões da Casan para disponibilizar este serviço.

Se houve tanto espaço para notícias sobre a falta de saneamento na Lagoa da Conceição ou a coleta inadequada de lixo nos Ingleses, por que nada foi escrito sobre o bairro de Ratoles? Não existem conflitos ambientais por lá? Ou talvez o assunto não chegou às redações? Ou, ainda, seria necessária uma mobilização popular para, assim, gerar um fato que, então, seria considerado uma notícia? Porém será que quando chegar ao ponto de ocorrer uma manifestação, o conflito ambiental já não estaria num estágio muito mais grave e difícil de resolver? Tais questionamentos são importantes para identificar onde está a lacuna entre o que ocorre no espaço urbano e o trabalho da imprensa de modo que questões relevantes que envolvam conflitos urbanos sejam trazidas para a esfera pública. A publicação de notícias poderia ser o primeiro passo para que a existência de tais conflitos fosse conhecida por um número maior de pessoas. A ausência de uma discussão pública dos aspectos relevantes para toda a cidade facilita o controle da estruturação do espaço urbano pela classe dominante (com a condolência do Estado). E com grande parte da Ilha sendo de áreas de preservação permanente (APPs), as disputas entre espaço construído e natural acompanham a história do crescimento urbano da cidade, muito do qual ocorre através de atos ilícitos que não chegam ao conhecimento da população.

[...] está claro em Florianópolis e, em particular, na Ilha de Santa Catarina que, do *ponto de vista do meio ambiente* (grifo original), são as classes média e alta que mais têm contribuído para a destruição e a alteração dos equilíbrios no espaço natural. Seja diretamente, pela construção de suas residências, desobedecendo à legislação federal, estadual e municipal, que protege o meio ambiente e regula o ordenamento do território, ou indiretamente, criando uma demanda cada vez maior de um tipo de ocupação profundamente predatória e mercantilista do ambiente natural. (CECCA, 1996, p.114)

Tanto é que foi justamente em Florianópolis que foram deflagradas duas grandes operações da Polícia Federal envolvendo irregularida-

des ambientais em grandes empreendimentos – Moeda Verde (2007)⁵³ e Dríade (2008)⁵⁴. Tais discussões e a busca pelas respostas aos questionamentos colocados acima mereceriam um estudo a parte devido a sua relevância, já que esta pesquisa não tem a pretensão de respondê-las.

Todavia, ao constatar que os jornais aqui estudados tendem a focar mais sua atenção na cidade habitada pelas camadas de maior renda, chamamos a atenção para as possíveis repercussões disso para o espaço urbano. Os bairros que mais aparecem na imprensa vão se fortalecendo como a representação da cidade para os expectadores e/ou leitores. E esta parte cidade, que já recebe os maiores fluxos de investimentos públicos e privados, seguirá nesta tendência que, como já vimos nos Capítulos 1 e 2, levará ao aumento do valor da terra urbana. Aqueles que não aparecem, por outro lado, vão sendo esquecidos pela população e, também, pelo Estado, em um círculo vicioso que aumenta a tendência de fragmentação do espaço, em áreas bem estruturadas, com disponibilidade de serviços e boa acessibilidade versus as mal estruturadas, com serviços inadequados e má acessibilidade.

A estratégia segregadora de investimento concentrado nas “ilhas de primeiro mundo”, ou bairros de alta qualidade de vida urbana, auxiliada por uma construção ideológica que oculta a cidade real da mídia e da chamada “opinião pública” (espaço abstrato homogeneizador) parece estar sendo elevada ao limite possível como já destacamos antes, principalmente se tivermos em conta o extravasamento da violência para o exterior das áreas de pobreza. (MARICATO, 1995, p.48)

Como os veículos de imprensa são muitas vezes vistos como ‘o local da verdade’, os leitores acabam assimilando, mesmo que em um processo inconsciente, que a cidade que está nos jornais seria, naturalmente, a cidade mais importante, não apenas para os habitantes que ali vivem, mas para toda a população do município. Deste modo, a priori

53 Mais informações na página 91

54 Em setembro de 2009, a Polícia Federal prendeu 14 pessoas, entre empresários, políticos e funcionários públicos, acusados de estarem envolvidos em crimes ambientais, contra a administração pública e venda de licenças no município de Biguaçu, na Grande Florianópolis. Veja notícia publicada no *ClicRBS* em 17/09/08 - **Operação da PF apura suspeitas de crime contra o meio ambiente na Grande Florianópolis** - <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a2186327.htm> (Acesso em 02/05/2010)

zação de ações nestes espaços seria um processo natural, lógico e legítimo para garantir o ‘bom desenvolvimento da cidade’.

Com isso, a imprensa acaba se convertendo em um canal de disseminação da ideologia dominante, não revelando de forma clara as disputas pela produção e consumo do espaço urbano que levam a estruturação de uma cidade segregada. Afinal, como vimos nesta pesquisa, ela foca sua atenção em apenas uma parte desta cidade fragmentada, naquela onde se concentram os investimentos e que interessa a classe dominante. Chauí (2006) afirma que

o discurso ideológico é um discurso feito de espaços em branco, como uma frase na qual houvesse lacunas. [...] O discurso se sustenta, justamente porque *não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer*. Se o disser, se preencher todas as lacunas, ele se autodestrói como ideologia. (CHAUI, 2006, p.32)

Porém, como a própria autora coloca, ao preencher esta lacuna, a ideologia ‘ruim’ não se transformaria em uma ‘boa’, mas ele seria na verdade destruída, pois tiraríamos dela “a condição *sine qua non* de sua existência e força” (CHAUI, 2006, p.33). Assim, se a população percebesse efetivamente o modo como se estrutura o espaço urbano, o que foi explicado no Capítulo 1, a ideologia que ajuda a manter esta desigualdade territorial estaria em xeque. “O conhecimento da situação concreta de cada cidade, ou seja, o combate ao “analfabetismo urbanístico” pode constituir uma vacina contra ideias inadequadas à realidade local” (MARICATO, 2010).

Portanto, a imprensa tem um enorme potencial para ajudar a desconstruir esta imagem fragmentada do espaço urbano, trazendo notícias sobre todas as partes da cidade, seja da cidade legal ou informal. Certamente não basta apenas aumentar a quantidade de notícias sobre os bairros normalmente fora da atenção dos veículos de comunicação. É preciso considerar o atributo qualidade no modo como se reporta sobre a cidade, sem os preconceitos e sem o tom pejorativo normalmente associado às notícias que aparecem sobre esses bairros esquecidos, em geral habitados pelas camadas de menor renda. Deste modo, o jornalismo cumpriria seu papel de informar corretamente ao mesmo tempo que contribuiria para a redução da desigualdade urbana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades brasileiras são marcadas pela desigualdade. Se em algumas partes do território há uma cidade formal – com boa infra-estrutura, disponibilidade de serviços públicos, boa acessibilidade e grande volume de investimentos públicos; ocupando a maior parte está a cidade ilegal – constituída por moradias auto-construídas em ocupações irregulares, sem infra-estrutura urbana, serviços precários, acessibilidade ruim e poucos investimentos públicos.

Esse quadro tem suas raízes no modo como o espaço intra-urbano foi sendo estruturado ao longo da história, sob o controle de uma classe dominante com tendência a segregar-se espacialmente. Fazendo isso, ela tem conseguido controlar a estruturação do espaço e tem garantido a concentração de investimentos públicos e privados em determinadas partes da cidade. Com isso, obtém o melhor consumo do espaço urbano, a acessibilidade privilegiada e a contínua valorização imobiliária.

Como foi visto nesta pesquisa, esta dominação é alcançada através do controle do mercado (fundamentalmente o imobiliário), do Estado e do uso da ideologia, tópico esse que foi largamente discutido nesta pesquisa. Esse processo foi ainda facilitado por uma herança histórica colonial de privilégios seguida pelo desenvolvimento agrícola e processo de industrialização com base em salários baixos e na concentração de renda, respaldadas por longos períodos de regimes políticos ditatoriais.

Tais heranças patrimonialistas também estão no desenvolvimento da imprensa brasileira, com empresas jornalísticas sendo geridas com práticas de favoritismo e estreitas relações com o poder.

Os jornais são geridos hedonisticamente como uma grande propriedade familiar, na qual o gozo pelo exercício do poder é tão importante quanto o lucro capitalista. Mantêm-se os métodos, valores e mentalidade dos mandatários iniciais da colonização brasileira. (KUCINSKI, 1998)

Parte deste poder vem também do fato de que os produtos resultantes dessas empresas – as notícias – repercutem socialmente e, muitas vezes, definem a agenda dos assuntos que merecem a atenção da sociedade. Esta agenda normalmente vem com um posicionamento, ou melhor, os fatos já chegam ao público embebido pela ideologia dominante.

E a ideologia sobre o espaço urbano tem como intuito justamente mascarar esse controle da classe dominante, apresentando explicações desligadas do tempo e espaço sobre a realidade concreta.

Esta dissertação partiu desses entendimentos para investigar qual é o perfil da cidade que aparece na imprensa e se os espaços desiguais são expostos de forma equilibrada, contribuindo para que as pessoas entendam como se organiza a cidade real e de quais são as efetivas necessidades da maioria dos seus habitantes. Para chegar a respostas para estes questionamentos, a presente pesquisa analisou um conjunto de 389 notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana referentes à área conurbada de Florianópolis levantadas em dois jornais estaduais – *Diário Catarinense* e *A Notícia* – nos meses de janeiro, maio e setembro de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Além disso, foram estudados aspectos ligados ao espaço urbano brasileiro e sua estruturação e as relações da imprensa com o poder, tanto em nível nacional quanto a nível local.

Florianópolis e os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu, que juntos formam a área conurbada, têm a questão ambiental e da mobilidade urbana como pontos centrais no seu desenvolvimento urbano. Isso ocorre devido a suas características naturais e ao intenso processo migratório vivido a partir dos anos 70. A imprensa local, por outro lado, tem um histórico de forte ligação com o poder político e se configura em um oligopólio de mídia, mesmo quadro encontrado em outros estados brasileiros.

Deste modo, partiu-se para as análises das notícias, as quais mostraram que alguns bairros aparecem com mais frequência no noticiário impresso do que outros. Isto poderia ser justificável, por exemplo, se a população estivesse concentrada nas áreas mais noticiadas, o que, contudo, não ocorre. Porém, quando é levada em conta a renda nominal média, observa-se que os bairros mais noticiados tendem a ser os habitados pelas camadas de maior renda.

Quase metade das notícias levantadas (47,3% ou 184) referem-se a apenas 23 bairros, que são ou habitados por populações de maior renda ou historicamente tem sido usados como áreas predominantemente de lazer (com casas de veraneio). Ao todo, foram mapeados 102 bairros nos quatro municípios da área conurbada de Florianópolis. E, apesar de 62% da população total desta área habitar na parte continental, apenas pouco mais de ¼ (ou 25,8%) das notícias estudadas nesta pesquisa tratavam dos bairros ali localizados, onde estão as maiores concentrações das camadas de menor renda. Como explicado no Capítulo 3 e 4, quase ¾ (74,2%) das notícias levantadas relatavam acontecimentos da Ilha, onde o valor do solo urbano é muito superior em comparação com o continen-

te e onde se encontram as camadas de maior rendimento. Vale ainda destacar a disparidade entre Norte e Sul na ilha, com os bairros do Norte – onde se concentram as casas de veraneios e investimentos no setor turístico e imobiliário local das camadas de maior renda – tendo sido citados três vezes mais que os do Sul. Outro ponto que evidencia um foco maior nas populações de maior renda é que, se em janeiro o número de notícias sobre o Norte da Ilha é recorde, nos outros meses – maio e setembro – ele cai consideravelmente. Ou seja, quando a temporada turística acaba e as famílias retornam para as moradias nos bairros centrais de Florianópolis, não há mais porque falar desta parte da cidade, onde, claro também habitam populações de menor renda e que seguirão com as piores infra-estruturas, serviços públicos e acessibilidade.

Observa-se com isso que os veículos de comunicação de certa maneira contribuem para a reprodução da ideologia sobre o espaço urbano e não o inverso, que seria revelar a fragmentação sócio-espacial. Isto porque os jornais estudados tendem a reconhecer apenas uma parte da cidade – a legal e habitada pelas camadas de maior renda – como sendo ‘a cidade’.

A notícia pode ter sido escrita pelo jornalista com objetividade e distanciamento, mas o que se pretende evidenciar é outro aspecto da ação. A contribuição dos veículos na percepção da população de que apenas partes de uma cidade representam a totalidade da cidade ocorre no momento da escolha por noticiar um fato sobre um bairro deixando de fora da edição um fato ocorrido em outro bairro. Nestas escolhas, que privilegiam e/ou desconsideram alguns bairros, está embutida a visão do veículo sobre o espaço urbano que, como demonstrado no Capítulo 4, coincide com a visão ideológica da classe dominante. O que, aliás, não é nada surpreendente quando considerado que

A elite dominante é ao mesmo tempo a fonte, a protagonista e a leitora das notícias: uma circularidade que exclui a massa da população da dimensão escrita do espaço público definido pelos meios de comunicação de massa. (KUCINSKI, 1998, p.26)

Assim, esta dissertação conclui que, ao exibir com maior frequência alguns bairros nos jornais - pelo que vimos normalmente os de maior renda -, mais esses se consolidarão como a imagem da cidade como um todo e maior legitimidade terá o Estado para investir ali. De certo modo, a população passa a aceitar tal concentração de investimen-

tos acreditando ser o melhor para a cidade. Enquanto isso, os bairros que estão fora da esfera pública e que pouco aparecem no noticiário – pelo que vimos, normalmente são os de menor renda – vão sendo ignorados pelo Estado, pois depende apenas das populações que neles habitam exigirem investimentos. Fecha-se assim um círculo vicioso de tendência de fragmentação do espaço urbano. Como visto no Capítulo 4, a imprensa colabora na perpetuação da ideologia dominante sobre a cidade, deixando de revelar claramente os conflitos que ocorrem em torno da produção e consumo deste espaço.

Esta pesquisa também levou a refletir sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, onde se entrelaçam uma forte concentração de mídias e um histórico de estreitas relações do poder com os interesses do setor hegemônico local. Inevitavelmente, o interesse público acaba perdendo espaço para interesses privados.

As fusões dos meios de comunicação entre empresas de entretenimento e aquelas dedicadas só ao jornalismo, intensificada nos anos 90, levantaram ainda a questão da independência dos veículos de conglomerados dos próprios donos. No Brasil, os maiores veículos jornalísticos não fogem da regra e também são de grupos com ramificações no ramo do entretenimento, com a Rede Globo sendo o principal exemplo.

A partir das megafusões, o problema da independência editorial mudou de patamar – e ser independente do dono se tornou tão essencial quanto ser independente dos governos e dos anunciantes (BUCCI, 2000, p.122)

Os dois veículos analisados nesta pesquisa têm, desde 2006, um mesmo proprietário, justamente o maior conglomerado regional brasileiro – o Grupo RBS. O seu alcance, sua superior qualidade técnica (no caso dos veículos audiovisuais) e sua posição como filiada da Rede Globo, maior grupo nacional de mídia, tornam qualquer nova concorrência difícil, tanto na disputa por leitores, quanto por publicidade (principalmente se consideradas as relações políticas dos proprietários). Quanto mais cresce economicamente e ganha poder político, mais fácil se torna para a empresa acabar com a concorrência. Quando não pode vencê-la, a compra.

Foi exatamente isto que ocorreu com o último combatente do *Diário Catarinense* no setor de impressos diários em Santa Catarina. O *A Notícia* acabou virando mais um produto do Grupo RBS em 2006, depois de anos de uma disputa sem sucesso pela liderança em Joinville,

única cidade no estado que o *DC* não conseguia ser o número um em vendas. Os florianopolitanos, contudo, não ficaram sem opção por muito tempo. No mesmo ano, era lançado na Grande Florianópolis, o *Notícias do Dia*, do Grupo RIC – Rede Record, uma grande rede de mídia também em franco crescimento e que busca ocupar o lugar deixado pelo diário joinvilense na capital.

É a ausência de verdadeira concorrência que acarreta a mediocridade da mídia. Vê-se isso nos Estados Unidos onde a televisão está quase que totalmente entregue ao mercado. Não se pode admitir que um punhado de sociedades tomem conta de um serviço público crucial para explorá-lo com finalidade somente lucrativa; nem admitir que elas pretextem, para refutar toda regulamentação, que a imprensa-instituição deve ser totalmente livre. (BERTRAND, 1999, p.36)

E, por esta razão, o mercado não bastaria para garantir uma boa comunicação social.

No melhor dos casos, permite a uma maioria exprimir-se. No pior, a mídia põe-se a serviço de uma minoria rica, por um lado; e por outro distribui a uma massa indiferenciada o que parece desagradar-lhe menos. Foi perfeitamente demonstrado no tempo do capitalismo selvagem, na segunda metade do século XIX, que na ausência de regulamentação estatal, o mundo dos negócios não se preocupa de modo nenhum com serviço público, dito de outro modo, com deontologia. (Ibid)

A concorrência leva a um melhor jornalismo, já que incentiva as “pautas novas” e olhares diferenciados sobre um mesmo fato. Ao criar o Suplemento *AN Capital*, o jornal forçou a equipe de jornalistas buscarem um maior contato com a população, que acabou resultando em reportagens que traziam os problemas urbanos da Grande Florianópolis para a atenção da opinião pública. Certamente a tendência de modo geral em ambos os jornais analisados é de publicar mais fatos da cidade hegemônica. Porém quando um jornal se dispõe a abrir mais espaço para tratar da cidade, naturalmente aparece uma maior diversidade de bairros do que quando não há essa abertura.

Assim como a maioria dos grandes e médios jornais em circulação no país, os dois veículos aqui estudados são de circulação estadual, o que naturalmente já limitava o espaço dedicado para a cobertura de notícias sobre o espaço urbano da área conurbada de Florianópolis. Porém, o lançamento do suplemento *AN Capital* mostrou que, se a empresa tiver o interesse em discutir o espaço urbano, há modos de fazer isto sem perder a característica de veículo estadual. Claro que esta decisão envolve custos e só seria tomada se fosse interessante para os proprietários dos veículos, seja por questões políticas ou econômicas (aumento das vendas ou publicidade, por exemplo).

No caso do Grupo RBS, parecem não existir ainda razões de nenhuma natureza que justificassem a criação de um suplemento dedicado à capital catarinense, como o extinto suplemento *AN Capital*. Aliás, como já comentado no Capítulo 2, uma das principais mudanças feitas pelo Grupo RBS no jornal *A Notícia* após adquiri-lo em 2006 foi extinguir o suplemento. Tendo o DC como principal jornal na Grande Florianópolis, não havia mais razão para manter uma equipe em um suplemento de outro jornal seu dedicado a esta região.

Finalmente, apesar de ter sido focado em dois veículos de única área conurbada, espera-se que esta pesquisa abra caminho para aprofundar estas reflexões sobre a relação imprensa e espaço urbano, desenvolvendo também estudos similares em outras cidades brasileiras, uma vez que tanto o processo de construção e consumo do espaço intra-urbano quanto o quadro de concentração de veículos de imprensa são similares por todas as diferentes e desiguais regiões do país.

Além disso, no decorrer desta pesquisa, observou-se que este é um campo com vasto potencial para estudos e que precisa ser melhor explorado. Os próprios apontamentos desta dissertação mereceriam estudos a parte para aprofundar as relações entre as visões de jornalistas, dos veículos de comunicação e os caminhos para melhorar o entendimento destes profissionais sobre o espaço urbano, fatores que poderiam contribuir para a construção de cidades menos desiguais e mais inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marce-neiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública. In: **Imprensa e poder**/MOTTA, Luiz Gonzaga. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ANFAVEA. **Indústria Automobilística Brasileira – 50 anos**. 2006. Disponível em <http://www.anfavea.com.br/50anos.html> (Acesso em 13.03.2010)

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 1992

BACELAR, Tânia. Globalização e território. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p.8-10, jun.2008.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.

_____.Pauta e Dominação (Palestra). **I Congresso de Jornalismo Cultural**. São Paulo. 05.05.2009. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=e4zH_XWYSm4> Acesso em 21.03.2010.

BAUER, Martin W & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Trad.: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENEVOLO, Leonardo. **As origens da urbanística moderna**. Lisboa: Presença, 3.ed., 1994.

BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: Edusc, 1999.

BOPPRÉ, Afrânio Tadeu. **Expansão urbana em Florianópolis: Conflito entre a cidade real e a cidade legal**. . Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGCN0258.pdf>>. Acesso em 23.07.2009.

BORJA, Jordi e FORN, Manuel de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, n.39,1996, p.32-67. **

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CAMPOS, Édson Telê. **A gestão territorial urbana no município de Florianópolis: Uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais**. 2004. Dissertação (mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CARUSO, Mariléa M. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. Florianópolis: UFSC. 1983

CASAN. **Diagnóstico do Esgotamento Sanitário** – Florianópolis. 2007 (arquivo digital)

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**: Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3.ed.rev. São Paulo: Summus, 2007.

CHAUI, Marilena de Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez.. 11 ed rev. E ampl., 2006.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense. 30. ed., 1989.

CHOINACKI, Luci. Uma nova história para velhos fatos. In: **História e Poder** – a reprodução das elites em Santa Catarina/RAMPINELLI, Waldir José. Florianópolis: Insular, 2003.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (CECA). **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular. 1996.

_____. **Unidades de Conservação e outras áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina**. 1997. Disponível em <<http://www.agrorede.org.br/ceca/ucs/Livro1.html>> Acesso em 29.10.2008.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século**. Economia e Sociedade, v.4, p.1-30, dez.1995.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Monitorando – O fim do AN Capital**. 31.01.2008. Disponível em <<http://monitorando.wordpress.com/2008/01/31/o-fim-do-ancapital/>>. Acesso em 15.12.2008

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade** – Para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget. 1994

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio**: a RBS em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996. .

FERREIRA, João Sette Witaker. **O mito da cidade global** – O papel da ideologia na produção do espaço urbano. Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

FERNANDES, Ana Cristina. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. **Espaço & Debates**, n.41, p. 36 – 45. 2001.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HARVEY, David. (1989). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo: NERU, n.39, 1996, p.48-64.

_____ **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____ El Derecho a La ciudad. In: **New Left Review**. Londres, No.53, Set/out 2008.

HERZ, D.; OSÓRIO, P.L.; GÖRGEN, J. Quem são os Donos. **Carta Capital** nº 179, ano 8, p. 17-19. São Paulo: Confiança, 2002

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: 2000.

IPUF. **Plano Diretor Participativo de Florianópolis: Leitura Integrada da Cidade**. Florianópolis: [s.n]. 2008. Disponível em <www.planodiretorfloripa.sc.gov.br/wp-content/uploads/2008/12/final-leitura-integrada-da-cidade.pdf>. Acesso em 22.06..2009.

JANUÁRIO, Sérgio Saturnino. **Organização, ação e representação de interesses do empresariado do setor turístico em Florianópolis**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica – Ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Resenhas: Chatô - o Rei do Brasil, de Fernando Moraes - Barões da imprensa. **Teoria e Debate**. [S.I.]: Fundação Perseu Abramo. nº 28 - março/abril/maio de 1995. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/conteudo/resenhas-chato-o-rei-do-brasil-de-fernando-moraes>>. Acesso em 21.03.2010.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento Urbano no Brasil. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos/ARANTES**, Oflíia; **VAINER**, Carlos, e **MARICATO**, Ermínia. Petrópolis: Vozes. 2000

_____. Na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MEYER, Mario Francisco Figueiredo; **SARTORATO**, Jair; **SILVA**, Maria Aparecida da. **Os serviços de esgoto no município de Florianópolis – SC: Histórico, situação atual e perspectivas**. Casan/RFL/DIOES. 1998

MICK, Jacques. Jornalismo em cima do muro. IN:**Jornalismo em perspectiva**/Maria José Baldessar e Rogério Christofolletti (org.). Florianópolis: Ed. Da UFSC. 2005.

MITTMANN, Michel de Andrade. **Uma cidade na areia: diretrizes urbano-ambientais para a planície do Campeche**. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MÜLLER, Glaucia Regina Ramos. **A influência do Urbanismo sanitaria na transformação do Espaço urbano em Florianópolis**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MITTMANN, Michel de Andrade. **Uma cidade na areia: diretrizes urbano-ambientais para a planície do Campeche**. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. **Espaço & Debates** n.6, jun/set 1982, p. 36-54.

OURIQUES, Helton Ricardo. A apologia do turismo em Florianópolis – SC: mitos e contradições. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, n.25, abril/1999, p.63-81.

_____. Turismo, meio ambiente e trabalho em Florianópolis – SC. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol.7, Nº2. 2007. Disponível em <http://www.ivt.coppe.ufjf.br/caderno/ojs/viewarticle.php?id=239&layout=abstract> (Acesso em 29.03.2010)

PALENZUELA, Salvador Rueda. Nuevas Comunidades sostenibles em Europa – Eco barrios. **FAUD-UNC**. Maio de 2005

PELUSO JR, Victor Antonio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC. 1991

PEREIRA, Moacyr. Jornalismo e Política. In: BALDESSAR, Maria José; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Jornalismo em perspectiva**. Florianópolis: UFSC. 2005.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche (org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005.

PRADILLA, Emilio. **Crise das metrópoles latino-americanas**. Palestra proferida no dia 22.08.2008 na Universidade Federal de Santa Catarina.

RAMONET, Ignácio. O quinto poder. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. N°45, outubro de 2003. Disponível em < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd211020032.htm> >. Acesso em 11.07.2010.

RAMOS, Átila. **Saneamento Básico Catarinense: história dos fatos relacionados ao saneamento básico catarinense**. Florianópolis: IOESC, 1991

RIZZO, Paulo. A natimorta Tecnópolis do Campeche em Florianópolis – delírio de tecnocratas, pesadelo dos moradores. In: **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994a, p.48-58.

_____. **A urbanização brasileira**. SP: Hucitec, 1994b

SCHOENBERGER, Erica. Competition, time, and space in industrial change. In: GEREFFI, Gary; KRZENIEWICZ, Miguel. **Commodity chains and global capitalism**. Westport: Praeger, 1994.

SEABRA, Roberto. Dois séculos de imprensa no Brasil. In: **Imprensa e poder**/MOTTA, Luiz Gonzaga. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SILVA, Dalton da. **Os esgotos sanitários em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC. 1989

SILVER, Beverly J. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

SPIRN, Anne Whiston. **O Jardim de Granito**: A Natureza no Desenho da Cidade. Trad. Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: USP, 1995.

SUGAI, Maria Inês e PERES, Lino Fernando B. Relatório INFOSOLO – Habitare/FINEP. **Mercados Informais de Solo Urbano nas Cidades Brasileiras e Acesso dos Pobres ao Solo: Área Conurbada de Florianópolis** Coordenação Geral: Pedro Abramo, IPPUR; Coordenação local: Maria Inês Sugai, UFSC/PGAU-Cidade. 2007. Disponível em <<http://www.habitare.org.br/DetalleProyecto.aspx#rel>>. Acesso em: 20.06.2009.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa**: Investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) São Paulo: FAU-USP. 2002.

_____. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano**. A via de contorno norte-Ilha. 2v. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo 1994.

TERNES, Apolinário. A Imprensa no norte de Santa Catarina. **Jornalismo em perspectiva**/Maria José Baldessar e Rogério Christofoletti (org.). Florianópolis: Ed. da UFSC. 2005.

VALENTE, César. A imprensa na grande Florianópolis. IN:**Jornalismo em perspectiva**/Maria José Baldessar e Rogério Christofoletti (org.). Florianópolis: Ed. Da UFSC. 2005.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina – A Ilha**. Florianópolis: IOESC, 1984.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: Ed. da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global Editora, 1986

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel. 2.ed., 2001

_____. Segregação Urbana e a justiça (ou A Justiça no Injusto Espaço Urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Ano 11, no44, julho/setembro 2003, pgs 341/346.

_____. **As ilusões do plano diretor**. Divulgado apenas pela internet. 2005. Disponível em

<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em: 10/05/2010

Notícias consultadas e citadas

Acesso à Tapera está em fase final. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 02 set. 1997. Geral, p.31.

Congestionamento bate recorde do ano em horário de pico. **O Estado de São Paulo**. 25/02/2010 Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,congestionamento-bate-recorde-do-ano-no-horario-de-pico,515989,0.htm> (Acesso em 13.03.2010)

FELKL, Aline. São José retirou a PC-3 do Plano Diretor. **A Notícia**. 20.02.2000

LIMA, Lara Viviane de. Tapera terá novo acesso até outubro. **A Notícia**, Joinville, 02 set. 1997. Suplemento AN Capital, p.6.

MOLINA, Matías. Otimismo apesar da queda. **Valor Econômico** – Caderno Fim de Semana Eu&. 19,20 e 21 de março de 2010.

POGGETTO, Priscila Dal. Brasil tem novo recorde nas vendas de automóveis e comerciais leves. **Portal G1**. 03.03.2010. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL1512909-9658,00-BRA-SIL+TEM+NOVO+RECORDE+NAS+VENDAS+DE+AUTOMOVEIS+E+COMERCIAIS+LEVES.html> (Acesso em 13.03.2010)

¹SCHEIDT, Paula. Urbanista alerta para o limite ecológico que vivem as cidades da América Latina. **CarbonoBrasil**. 25.08.2008 Disponível em http://www.carbonobrasil.com/#reportagens_carbonobrasil/noticia=628333 (Acesso em 13.03.2010)

SHERWOOD, SETH. The Place to Be: Florianópolis, Brazil. **New York Times**. 11/jan/2009 Disponível em: <http://travel.nytimes.com/2009/01/11/travel/11party.html?scp=1&sq=Florian%F3polis&st=nyt> Acesso em: 16/fev/2009.

VOGEL, Cristiano. Moradores da Tapera pedem pavimentação na rua. **A Notícia**, Joinville, 05 jan.2001. Suplemento ANCapital.

ANEXOS

Tabela 9 Assuntos abordados nas notícias levantadas sobre meio ambiente

Saneamento
Infra-estrutura geral de saneamento (canais, obras)
Água (falta, abastecimento, mananciais, carro-pipa)
Esgoto (falta, estações de tratamento, poluição de recursos hídricos e praias, banheiros-públicos)
Lixo (campanhas, coleta, aterros sanitários, mutirões de limpeza, limpeza dos espaços públicos e recursos hídricos)
Enchente (riscos e consequências, drenagens urbanas)
Espaço construído X Ambiente Natural
Parques e áreas verdes (criação, preservação, recuperação, benefícios)
Impacto sobre Recursos Hídricos (assoreamento, alteração da faixa de areia, conflitos com animais silvestres)
Construção em áreas de preservação (mangue, topos de montanha, dunas) - consequências (deslizamentos, soterramentos), impactos e ações
Extração de recursos (Pedreira, areia para construção ou aterros, pesca irregular)
Degradação ambiental (ameaças, conflitos e destruição)
Planejamento do uso do solo
Energia renovável
Fenômenos naturais (ressacas)

Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

Tabela 10 Assuntos abordados nas notícias levantadas sobre mobilidade urbana

Infra-estrutura
Grandes obras (Beiramar Continental, PC3, duplicação SC 401, Elevado Santa Rita, Elevado CIC, Via Expressa Sul, Túnel), construção, pedágio e infra-estrutura complementar (faixas de trânsito, sinalização, passarela)
Melhorias no sistema viário (construção de rótulas, trevos, garagens, instalação de sinaleiros e sinalização, pavimentação, abertura de ruas)
Manutenção de vias (buracos, calçamento, escoamento de água, precariedade da infra-estrutura)
Estrutura náutica
Meios de Transporte
Pedestre (faixa de segurança, calçadas)
Transporte Coletivo (mudança de horário de ônibus, lotação, novas linhas, novos pontos, terminais, gratuidade, irregularidades, marítimo)
Automóveis (trânsito, radares)
bicicleta

Fonte: Paula Scheidt Manoel (2010)

Tabela 11 Rendimento Nominal mensal médio no município de Florianópolis

Município, Distritos e Bairros	Valor (R\$)	S.M.
Sta. Catarina	814,25	5,4
Florianópolis	1 618,11	10,7
Florianópolis (Distrito Sede)	1 862,37	12,3
Sede Ilha		
Agronômica	2 178,90	14,4
Centro	2 898,84	19,2
Córrego Grande	2 068,60	13,7
Costeira do Pirajubaé	685,91	4,5
Itacorubi	1 787,95	11,8
João Paulo	1 765,76	11,7
José Mendes	853,36	5,7
Monte Verde	863,74	5,7
Pantanal	1 647,55	10,9
Saco dos Limões	1 380,08	9,1
Saco Grande	736,96	4,9
Santa Mônica	3 676,16	24,3
Trindade	1 766,35	11,7
Sede Continente		
Abraão	1 716,94	11,4
Balneário	1 920,29	12,7
Bom Abrigo	3 172,94	21,0
Canto	1 830,76	12,1
Capoeiras	1 224,00	8,1
Coloninha	1 313,21	8,7
Coqueiros	1 936,91	12,8
Estreito	1 553,73	10,3
Itaguaçu	3 127,82	20,7
Jardim Atlântico	1 286,09	8,5
Monte Cristo	518,07	3,4
Barra da Lagoa	890,34	5,9
Barra da Lagoa	921,52	6,1
Cachoeira do Bom Jesus	831,59	5,5
Cachoeira do Bom Jesus	1 236,36	8,2
Cachoeira do Bom Jesus Leste	699,07	4,6
Lagoinha do Norte	651,85	4,3

(Continuação Tabela 11)

Município, Distritos e Bairros	Valor (R\$)	S.M.
Ponta das Canas	983,57	6,5
Praia Brava	2 405,37	15,9
Vargem do Bom Jesus	597,24	4,0
Vargem Grande	804,02	5,3
Campeche	1 158,39	7,7
Autódromo	1 030,26	6,8
Campeche Central	1 258,61	8,3
Campeche Leste	1 411,30	9,3
Campeche Norte	1 349,85	8,9
Campeche Sul	1 107,74	7,3
Lagoa Pequena	1 392,51	9,2
Moenda	827,07	5,5
Morro das Pedras	1 137,50	7,5
Pedrita	721,40	4,8
Rio Tavares Central	974,41	6,5
Rio Tavares do Norte	1 301,29	8,6
Canasvieiras	1 701,87	11,3
Canasvieiras	1 203,45	8,0
Canto do Lamim	714,24	4,7
Daniela	2 541,67	16,8
Forte	572,96	3,8
Jurerê	-	-
Jurerê Leste	1 455,26	9,6
Jurerê Oeste	3 952,75	26,2
Vargem de Fora	959,82	6,4
Inglese do Rio Vermelho	927,28	6,1
Capivari	826,65	5,5
Inglese Centro	1 134,77	7,5
Inglese Norte	2 059,59	13,6
Inglese Sul	1 179,58	7,8
Santinho	848,77	5,6
Lagoa da Conceição	1 767,56	11,7
Canto da Lagoa	1 770,63	11,7
Canto dos Araçás	2 138,61	14,2
Dunas da Lagoa	1 604,84	10,6
Lagoa	2 015,83	13,3

	Porto da Lagoa	1 723,45	11,4
Município, Distritos e Bairros		Valor (R\$)	S.M.
	Praia Mole	1 387,84	9,2
	Retiro	1 273,51	8,4
	Pântano do Sul	885,75	5,9
	Açores	1 070,93	7,1
	Armação	1 000,94	6,6
	Pântano do Sul	763,81	5,1
	Rio das Pacas	686,05	4,5
	Ratones	727,52	4,8
	Ratones	648,00	4,3
	Vargem Pequena	857,02	5,7
	Ribeirão da Ilha	876,95	5,8
	Alto Ribeirão	844,82	5,6
	Alto Ribeirão Leste	730,74	4,8
	Base Aérea	1 768,91	11,7
	Caiacanga	911,70	6,0
	Caieira	725,08	4,8
	Campus	750,00	5,0
	Carianos	1 388,81	9,2
	Costeira do Ribeirão	1 014,05	6,7
	Morro do Peralta	-	-
	Pedregal	547,60	3,6
	Ribeirão da Ilha	833,16	5,5
	Ressacada	1 001,56	6,6
	Tapera	647,27	4,3
	Tapera da Base	574,76	3,8
	Santo Antônio de Lisboa	1 528,51	10,1
	Barra do Sambaqui	676,79	4,5
	Cacupé	2 313,68	15,3
	Recanto dos Açores	1 105,89	7,3
	Sambaqui	1 562,49	10,3
	Santo Antônio	1 627,83	10,8
	São João do Rio Vermelho	765,82	5,1
	Rio Vermelho	750,99	5,0
	Sem especificação	891,22	5,9

Salário Mínimo: R\$151,00

Fonte de Dados Brutos: IBGE, Censo 2000 /

Elaboração: Maria Inês Sugai (2002)

Tabela 12 Rendimento Nominal mensal médio no município de São José

Município, Distritos e Bairros	Valor (R\$)	S.M.
SÃO JOSÉ	965,94	6,4
SÃO JOSÉ (Distrito Sede)	860,83	5,7
Bosque das Mansões	3 826,96	25,3
Centro	1 360,11	9,0
Distrito Industrial	714,68	4,7
Fazenda Santo Antônio	776,48	5,1
Flor de Nápolis	786,65	5,2
Forquilha	793,53	5,3
Picadas do Sul	869,01	5,8
Ponta de Baixo	1 511,73	10,0
Potecas	543,06	3,6
Praia Comprida	1 087,42	7,2
Roçado	902,22	6,0
Morro do Avaí	590,16	3,9
Rural		
Colônia Santana	573,04	3,8
Forquilha	631,10	4,2
Sertão do Maruim	677,42	4,5
CAMPINAS	1 500,51	9,9
Campinas	1 524,79	10,1
Kobrasol	1 482,91	9,8
BARREIROS	870,31	5,8
Areias	818,14	5,4
Barreiros	1 096,10	7,3
Bela Vista	886,89	5,9
Cidade Id. de Florianópolis	788,29	5,2
Ipiranga	839,22	5,6
Jardim Santiago	846,07	5,6
Nossa Senhora do Rosário	1 173,88	7,8
Pedregal	353,11	2,3
Serraria	612,69	4,1

Salário Mínimo: R\$151,00

Fonte de Dados Brutos: IBGE, 2000 / **Elaboração: Maria Inês Sugai (2002)**

Tabela 13 Rendimento nominal mensal médio nos municípios de Biguaçu e Palhoça

MUNICÍPIOS, DISTRITOS E BAIROS	Rendimento nominal médio mensal	
	Valor (R\$)	S.M.
Sta. CATARINA	814,25	5,4
BIGUAÇU		
Biguaçu (Distrito Sede)	676,64	4,5
Guaporanga	690,50	4,6
Sorocaba do Sul	587,19	3,9
PALHOÇA		
Enseada de Brito	392,86	2,6
Palhoça (Distrito Sede)	713,72	4,7
Ponte do Imaruim	621,03	4,1
SEM ESPECIFICAÇÃO	727,46	4,8
	795,26	5,3
	701,36	4,6

Salário Mínimo: R\$151,00

Fonte de Dados Brutos: IBGE, Censo 2000 /

Elaboração: Maria Inês Sugai (2002)

(Continuação Tabela 14)

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro		Soma Jan., Mai		População	
	AN	DC total	AN	DC total	AN	DC total	% *	Total	Relação ao Total (%)	
BARRA DA LAGOA	6	1 7	4	1 5	2	2 4	16	2,9%	4331	1,27
Barra da lagoa	6	1 7	4	1 5	2	2 4	16		3812	
CACHOEIRA DO BOM JESUS	6	12 18	1	1 2	8	0 8	28	5,1%	12808	
Cachoeira do Bom Jesus	3	3 6	0	0 0	3	0 3	9		1199	
Cachoeira do B. J Leste	0	0 0	0	0 0	0	0 0	0		2241	
Lagoinha do Norte	0	3 3	0	0 0	0	0 0	3		651	3,74
Ponta das Canas	2	3 5	0	1 1	5	0 5	11		2473	
Praia Brava	0	3 3	0	0 0	0	0 0	3		130	
Vargem do bom Jesus	0	0 0	0	0 0	0	0 0	0		2286	
Vargem Grande	1	0 1	1	0 1	0	0 0	2		1875	
INGLESES DO R. VERMELHO	11	15 26	1	3 4	6	4 10	40	7,2%	16514	
Capivari	0	0 0	0	0 0	1	0 1	1		8 686	4,82
Inglezes	8	8 16	1	2 3	5	3 8	27		4668	
Santinho	3	7 10	0	1 1	0	1 1	12		2 521	
RATONES	3	0 3	0	0 0	0	0 0	3	0,5%	2871	0,83
Ratones	1	0 1	0	0 0	0	0 0	1		1 023	
Vargem Pequena	2	0 2	0	0 0	0	0 0	2		418	
CAMPECHE	5	2 7	8	2 10	3	1 4	21	3,8%	18570	
Campeche	5	2 7	5	0 5	1	1 2	14		10432	
Lagoa Pequena	0	0 0	2	0 2	0	0 0	2		857	5,42
Morro das Pedras	0	0 0	0	1 1	0	0 0	1		1527	
Rio Tavares	0	0 0	1	1 2	2	0 2	4		4284	
CANASVEIRAS	22	14 36	7	3 10	8	0 8	54	9,8%	10129	
Canasvieiras	19	8 27	2	2 4	5	0 5	36		4822	
Canto do Lamim	0	0 0	0	0 0	0	0 0	0		348	
Daniela	0	0 0	2	0 2	0	0 0	2		426	2,96
Forte	0	1 1	1	0 1	0	0 0	2		266	
Jurere	3	5 8	2	1 3	3	0 3	14		3252	
Vargem de fora	0	0 0	0	0 0	0	0 0	0		345	

(Continuação Tabela 14)

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro			Soma Jan, Mai		População		
	AN	DC	AN	DC	AN	DC	total	% *	Total	Relação ao		
LAGOA DA CONCEIÇÃO	7	4	11	13	5	18	7	3	10	39	7,1%	9849
Lagoa	4	3	7	11	5	16	2	2	4	27		8943
Prata Mole	1	0	1	1	0	1	3	1	4	6		108
Joaquina	1	0	1	1	0	1	0	0	0	2		
Costa da Lagoa	1	1	2	0	0	0	2	0	2	4		
PÂNTANO DO SUL	4	0	4	2	4	6	4	0	4	14	2,5%	5824
Açores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		608
Armação	3	0	3	0	1	1	3	0	3	7		2.247
Pântano do Sul	1	0	1	2	3	5	1	0	1	7		2.234
RIBEIRÃO DA ILHA	3	0	3	5	0	5	6	1	7	15	2,7%	20392
Ribeirão da Ilha	0	0	0	4	0	4	3	0	3	7		6265
Base Aérea	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		610
Carianos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		5346
Pedregal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		1038
Tapera da Base	3	0	3	1	0	1	3	1	4	8		7.081
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	8	1	9	1	0	1	1	1	2	12	2,2%	5367
Cacupé	2	0	2	0	0	0	0	0	0	2		863
Sambaqui	4	1	5	1	0	1	0	0	0	6		2126
Santo Antônio	2	0	2	0	0	0	1	1	2	4		1734
SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO	4	1	5	0	0	0	6	1	7	12	2,2%	6791
Rio Vermelho	3	1	4	0	0	0	6	1	7	11		5.571
Moçambique	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1		
Sem Especificação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		10130
SC401	2	2	4	4	3	7	6	2	8	19		
Norte c/ todos distritos	0	0	92	0	0	23	0	0	41	156	28,3%	69373
												14,34

* em relação ao total de bairros citados

** IBGE, Censo 2000

Bairros divididos c/ base na Definição de Bairros e Distrito sede: Lei no 5504-21/07/1999

Elaboração: Paula Scheidt Manoel (2010)

Tabela 15 Notícias sobre meio ambiente e sobre mobilidade urbana relacionadas aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu publicadas nos jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense* nos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005.

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro			Soma Jan, Mai, Set		População Total	
	AN	DC	AN	DC	AN	DC	total	% *			
	9	18	13	2	12	3	15	48	8,7%		
SÃO JOSÉ	9	18	13	2	15	12	3	15	48	173559	
SÃO JOSÉ (DISTRITO-SEDE)	3	9	7	2	9	7	2	9	27	62686	
Centro	0	1	0	0	0	1	2	3	4	4187	
Ponta de Baixo	2	1	3	5	2	7	3	0	13	2265	
Fazenda Santo Antônio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5708	
Distrito Industrial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	164	
Picadas do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3679	
Flor de Nápolis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3214	
Forquilha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11791	
Praia Comprida	0	0	0	0	0	1	0	1	1	4653	
Morro do Avaf	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1623	
Rocão	0	0	2	0	2	1	0	1	3	5118	
Bosque das Mansões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	595	
Porecas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3124	
Forquilha	1	4	5	0	0	0	0	0	5	7756	
Sertão do Manuim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3078	
Colônia Santana	0	0	0	0	0	1	0	1	1	3402	
São José - demais áreas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2329	
BARREIROS	3	3	6	3	0	3	2	0	2	11	89088
Barreiros	0	2	2	3	0	3	0	0	0	5	18342
Nossa Senhora do Rosário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7061	
Bela Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9185	
Cidade Jardim de Epólis	3	0	3	0	0	0	0	0	3	6856	
Ipitanga	0	0	0	0	0	0	1	0	1	17546	
Pedral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1236	
Areias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8798	
Jardim Santiago	0	0	0	0	0	0	0	0	0	566	
Serraria	0	1	1	0	0	0	1	0	1	19498	
CAMPINAS	3	0	3	3	0	3	3	1	4	10	21785
Kobrasol	1	0	1	3	0	3	3	1	4	8	12192
Campinas	2	0	2	0	0	0	0	0	2	9593	

* em relação ao total de bairros citados

** IBGE, Censo 2000

(Continuação Tabela 15)

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro		Soma Jan, Mai, Set % *	População Total
	AN	DC	AN	DC	AN	DC		
PALHOÇA	6	4	10	12	6	18	45	102742
PALHOÇA (DISTRITO-SEDE)	4	2	6	8	5	13	34	89468
Palhoça - demais áreas	2	1	3	2	3	5	13	
Caminhão Novo	1	0	1	0	0	0	1	
Brejari	0	1	1	0	0	0	0	76581
Pedra Branca	0	0	0	1	0	1	0	
Pacheco	0	0	0	1	0	1	0	
Passa Vinte	0	0	0	1	0	1	3	
Ponte do Imarum	1	0	1	3	2	5	4	12887
ENSEADA DE BRITO	2	2	4	4	1	5	2	13274
Enseada de Brito	0	0	0	1	0	1	1	13274
Praias ***	2	2	4	3	1	4	1	
*** Guarda do Embaú, Pinheira, Sonho e Ponta do Papagaio								
BIGUAÇU	2	2	4	7	1	8	3	48077
Biguaçu - demais áreas	2	2	4	0	0	0	1	5
Tijuquinhas	0	0	0	7	1	8	2	11
Área Conurbada Florianópolis	125	81	210	118	45	168	128	653419
							44	
							174	
							552	

* em relação ao total de bairros citados

** IBGE, Censo 2000

Bairros divididos c/ base na Definição de Bairros e Distrito sede: Lei no 5504-21/07/1999

Elaboração: Paula Scheidt Manoel (2010)

(Continuação Tabela 16)

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro		Somatório		População	
	AN	DC total	AN	DC total	AN	DC total	% *	Total	Relação ao Total (%)	
	6	1 7	4 1 5	4 1 5	2 1 3	1 3 15	4,4%	4331	1,27	
BARRA DA LAGOA	6	1 7	4 1 5	4 1 5	2 1 3	1 3 15	4,4%	4331	1,27	
Barra da lagoa	6	1 7	4 1 5	4 1 5	2 1 3	1 3 15		3812		
CACHOEIRA DO BOM JESUS	6	8 14	1 1 2	6 0 6	22	22	6,5%	12808		
Cachoeira do Bom Jesus	3	2 5	0 0 0	2 0 2	7	7		1199		
Cachoeira do B. J Leste	0	0 0	0 0 0	0 0 0	0	0		2241		
Lagoinha do Norte	0	2 2	0 0 0	0 0 0	2	2		651	3,74	
Ponta das Cansas	2	2 4	0 1 1	4 0 4	9	9		2473		
Praia Brava	0	2 2	0 0 0	0 0 0	2	2		130		
Vargem do bom Jesus	0	0 0	0 0 0	0 0 0	0	0		2286		
Vargem Grande	1	0 1	1 0 1	0 0 2	2	2		1875		
INGLESES DO R. VERMELHO	6	12 18	1 3 4	4 3 7	29	29	8,6%	16514		
Capivari	0	0 0	0 0 0	1 0 1	1	1		8 686	4,82	
Inglese	3	6 9	1 2 3	3 2 5	17	17		4668		
Santinho	3	6 9	0 1 1	1 1 1	11	11		2 521		
RATONES	0	0 0	0 0 0	0 0 0	0	0	#####	2871	0,83	
Ratones	0	0 0	0 0 0	0 0 0	0	0		1 023		
Vargem Pequena	0	0 0	0 0 0	0 0 0	0	0		418		
CAMPECHE	5	2 7	8 2 10	2 1 3	20	20	5,9%	18570		
Campeche	5	2 7	5 0 5	1 1 2	14	14		10432		
Lagoa Pequena	0	0 0	2 0 2	0 0 0	2	2		857	5,42	
Morro das Pedras	0	0 0	0 1 1	0 0 0	1	1		1527		
Rio Tavares	0	0 0	1 1 2	1 0 1	3	3		4284		
CANASVIEIRAS	16	8 24	3 3 6	2 0 2	32	32	9,5%	10129		
Canasvieiras	14	6 20	1 2 3	1 0 1	24	24	#DIV/0!	4822		
Canto do Lamim	0	0 0	0 0 0	0 0 0	0	0		348		
Daniela	0	0 0	1 0 1	0 0 0	1	1		426		
Forte	0	0 0	0 0 0	0 0 0	0	0		266		
Jurere	2	2 4	1 1 2	1 0 1	7	7	#DIV/0!	3252		
Vargem de fora	0	0 0	0 0 0	0 0 0	0	0		345		

(Continuação Tabela 16)

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro		Soma Jan, Mai		População		
	AN	DC	AN	DC	AN	DC	AN	DC	Total	Relação ao	
LAGOA DA CONCEIÇÃO	4	3	7	9	5	14	7	2	9	30	9849
Lagoa	3	2	5	9	5	14	2	1	3	22	8943
Prata Mole	0	0	0	0	0	0	3	1	4	4	108
Joaquina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	
Costa da Lagoa	1	1	2	0	0	0	2	0	2	4	
PÂNTANO DO SUL	4	0	4	2	4	6	4	0	4	12	5824
Açores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	608
Armação	1	0	1	0	1	1	2	0	2	4	2.247
Pântano do Sul	3	0	3	2	3	5	2	0	2	11	2.234
RIBEIRÃO DA ILHA	2	0	2	4	0	4	4	0	4	10	20392
Ribeirão da Ilha	0	0	0	3	0	3	2	0	2	5	6265
Base Aérea	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	610
Carianos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	5346
Pedregal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-	1038
Tapera da Base	2	0	2	1	0	1	2	0	2	5	7.081
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	5	1	6	1	0	1	0	1	1	8	5367
Cacupé	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	863
Sambaqui	3	1	4	1	0	1	0	0	0	5	2126
Santo Antônio	1	0	1	0	0	0	0	1	1	2	1734
SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO	4	1	5	0	0	0	5	0	5	10	6791
Rio Vermelho	3	1	4	0	0	0	5	0	5	9	5.571
Mocambique	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	
Sem Especificação	0	0	0	0	0	0					10130
Norte c/ todos distritos			61			12			20	93	69373
											14.34

* em relação ao total de bairros citados

** IBGE, Censo 2000

Bairros divididos c/ base na Definição de Bairros e Distrito sede: Lei no 5504-21/07/1999

Elaboração: Paula Scheidt Manoel (2010)

Tabela 17 Notícias sobre meio ambiente relacionadas aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu publicadas nos jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense* nos anos de 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Mato		Setembro		Soma Jan, Mai		População Total		
	AN	DC	AN	DC	AN	DC	total	total			
	5	8	1	0	1	4	0	4	18		
SÃO JOSÉ (DISTRITO-SEDE)	1	6	7	0	0	2	0	2	9	62686	
Centro		1	1					0	1	4187	
Ponta de Baixo		1						0	1	2265	
Fazenda Santo Antônio			0					0	-	5708	
Distrito Industrial			0					0	-	164	
Picadas do Sul			0					0	-	3679	
Flor de Nípolis			0					0	-	3214	
Forquilha			0					0	-	11791	
Praia Comprida			0					0	-	4653	
Morro do Avai			0					0	-	1623	
Rocha			0		1	1	1	1	1	5118	
Bosque das Mansões			0					0	-	595	
Potecas			0					0	-	3124	
Forquilha	1	4	5					0	5	7756	
Sertão do Maritim			0					0	-	3078	
Colônia Santana			0			1	1	1	1	3402	
São José - demais áreas			0					0	-	2329	
BARREIROS	3	2	5	1	0	1	2	0	2	8	89088
Barreiros		1	1	1	1	1	0	0	2	18342	
Nossa Senhora do Rosário			0					0	-	7061	
Bela Vista			0					0	-	9185	
Cidade Jardim de Fpolis	3		3					0	3	6856	
Ipiranga			0			1	1	1	1	17546	
Pedregal			0					0	-	1236	
Areas			0					0	-	8798	
Jardim Santiago			0					0	-	566	
Serraria		1	1			1	1	2	2	19498	
CAMPINAS	1	0	1	0	0	0	0	0	1	5,6%	21785
Kobrasol			0					0	-	12192	
Campinas	1		1					0	1	9593	

* em relação ao total de notícias sobre São José nos percentuais dos distritos

(Continuação Tabela 17)

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro		Soma Jan, Mai, Set		População Total			
	AN	DC	AN	DC	AN	DC	total	% *				
	total		total		total		total					
PALHOÇA	4	3	7	8	2	10	6	2	8	25	7,4%	102742
PALHOÇA (DISTRITO-SEDE)	2	1	3	5	1	6	5	2	7	16	64,0%	89468
Palhoça - demais áreas	2	1	3	3	1	4	1	1	2	9		
Caminho Novo			0			0			0	0		
Brejaru			0			0			0	0		76581
Pedra Branca			0	1		1			0	1		
Pacheco			0			0			0	0		
Passa Vinte			0	1		1	3		3	4		
Ponte do Imarumim			0			0	1	1	2	2		12887
ENSEADA DE BRITO	2	2	4	3	1	4	1	0	1	9	36,0%	13274
Enseada de Brito			0			0			0	0		13274
Pratas ***	2	2	4	3	1	4	1		1	9		
*** Guarda do Embau, Pinheira, Sonho e Ponta do Papagato												
BIGUAÇU	1	2	3	7	1	8	3	1	4	15	4,4%	48077
Biguaçu - demais áreas	1	2	3	0	0	0	1	0	1	4		
Tijuquinhas	0	0	0	7	1	8	2	1	3	11		
Área Conurbada Florianópolis	87	56	143	74	32	106	72	17	89	338		65349

* em relação ao total de notícias sobre Palhoça nos percentuais dos distritos

** IBGE, Censo 2000

Bairros divididos c/ base na Definição de Bairros e Distrito sede: Lei no 5504-21/07/1999

Elaboração: Paula Scheidt Manoel (2010)

(Continuação Tabela 18)

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro		Soma Jan, Mai		População		
	AN	DC	AN	DC	AN	DC	AN	DC	Total	Relação ao	
LAGOA DA CONCEIÇÃO	3	1	4	0	4	0	1	1	9	4,2%	9849
Lagoa	1	1	2	2	2	2	1	1	5		8943
Prata Mole	1		1	1	1			2			108
Joaquina	1		1	1	1			2			
Costa da Lagoa			-	-	-	-	-	-	-		
PANTANO DO SUL	0	0	-	0	0	-	0	0	-	0,0%	5824
Açores			-	-	-	-	-	-	-		608
Armazém			-	-	-	-	-	-	-		2 247
Plântano do Sul			-	-	-	-	-	-	-		2 234
RIBEIRÃO DA ILHA	1	0	1	1	0	1	2	1	3	5	20392
Ribeirão da Ilha			-	1	1	1	1	1	2		6265
Base Aérea			-	-	-	-	-	-	-		610
Carianos			-	-	-	-	-	-	-		5346
Pedregal			-	-	-	-	-	-	-		1038
Tapera da Base	1		1		-	1	1	2	3		7 081
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	3	0	3	0	0	-	1	0	1	4	5367
Cacupê	1		1		-	-	-	-	1		863
Sambaqui	1		1		-	-	-	-	1		2126
Santo Antônio	1		1		-	-	1	1	2		1734
SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO	0	0	-	0	0	-	1	1	2	2	6791
Rio Vermelho			-	-	-	-	1	1	2	2	5 571
Mocambique			-	-	-	-	-	-	0		
Sem Especificação			-	-	-	-	-	-	-		
SC401	2	2	4	4	3	7	6	2	8	19	10130
Norte c/ todos distritos			31		13		21	65		30,4%	69373
											14,34

* em relação ao total de bairros citados

** IBGE, Censo 2000

Bairros divididos c/ base na Definição de Bairros e Distrito sede: Lei no 5504-21/07/1999

Elaboração: Paula Scheidt Manoel (2010)

Tabela 19 Notícias sobre mobilidade urbana relacionadas aos municípios de São José, Palhoça e Biguaçu publicadas nos jornais *A Notícia* e *Diário Catarinense*

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro		Soma Jan., Mai e Set.		População Total		
	AN	DC	AN	DC	AN	DC	total	% *			
	4	1	5	12	2	14	8	3	11	30	14,0%
SÃO JOSÉ	2	0	2	7	2	9	5	2	7	18	60,0%
SÃO JOSÉ (DISTRITO-SEDE)											
Centro			-	-	-	-	1	2	3	3	4187
Ponta de Baixo	2		2	5	2	7	3	3	12		2265
Fazenda Santo Antônio			-	-	-	-	-	-	-	-	5708
Districto Industrial			-	-	-	-	-	-	-	-	164
Picadas do Sul			-	-	-	-	-	-	-	-	3679
Flor de Nápolis			-	-	-	-	-	-	-	-	3214
Forquilhaes			-	-	-	-	-	-	-	-	11791
Praia Comprida			-	-	-	-	1	1	1	1	4653
Morro do Avai			-	-	-	-	-	-	-	-	1623
Rocado			-	2	-	2	-	-	2	-	5118
Bosque das Mansões			-	-	-	-	-	-	-	-	595
Poteças			-	-	-	-	-	-	-	-	3124
Forquilhaes			-	-	-	-	-	-	-	-	7756
Sertão do Maruin			-	-	-	-	-	-	-	-	3078
Colônia Santana			-	-	-	-	-	-	-	-	3402
São José - demais áreas			-	-	-	-	-	-	-	-	2329
BARREIROS	0	1	1	2	0	2	0	0	-	3	10,0%
Barreiros			1	1	2	2	-	-	-	3	18342
Nossa Senhora do Rosário			-	-	-	-	-	-	-	-	7061
Bela Vista			-	-	-	-	-	-	-	-	9185
Cidade Jardim de Fpolis			-	-	-	-	-	-	-	-	6856
Ipiranga			-	-	-	-	-	-	-	-	17546
Pedralgal			-	-	-	-	-	-	-	-	1236
Areias			-	-	-	-	-	-	-	-	8798
Jardim Santiago			-	-	-	-	-	-	-	-	566
Serraria			-	-	-	-	-	-	-	-	19498
CAMPINAS	2	0	2	3	0	3	3	1	4	9	30,0%
Kobrasol	1		1	3		3	3	1	4	8	12192
Campinas	1		1			-			-	1	9593

* em relação ao total de notícias sobre São José nos percentuais dos distritos

(Continuação Tabela 19)

MUNICÍPIO/DISTRITO/BAIRRO	Janeiro		Maio		Setembro			Soma Jan, Mai		População Total		
	AN	DC	AN	DC	AN	DC	AN	DC	% *			
PALHOÇA	2	0	2	5	3	8	7	3	10	20	9,3%	102742
PALHOÇA (DISTRITO-SEDE)	2	0	2	5	3	8	6	3	9	19	95,0%	89468
Palhoça - demais áreas			0	1	1	2	1		1	3		
Caminho Novo	1		1			0			0	1		
Brejara			0			0			0	0		76581
Pedra Branca			0			0			0	0		
Pacheco			0	1		1			0	1		
Passa Vinte			0			0			0	0		
Ponte do Imanim	1		1	3	2	5	5	3	8	14		12887
ENSEADA DE BRITO	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	5,0%	13274
Enseada de Brito			0			0	1		1	1		13274
Pratas ***			0			0			0	0		
*** Guarda do Embau, Pinheira, Sonho e Ponta do Papagato												
BIGUAÇU	1		1			-			-	1	0,5%	48077
Biguaçu - demais áreas												
Tijuquintas												
Area Conurbada Florianópolis	38	26	64	49	15	64	59	27	86	214		653419

* em relação ao total de notícias sobre Palhoça nos percentuais dos distritos

** IBGE, Censo 2000

Bairros divididos c/ base na Definição de Bairros e Distrito sede: Lei no 5504-21/07/1999

Elaboração: Paula Scheidt Manoel (2010)